



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**PIRÍ:
Um estudo sobre povos tradicionais, ambiente e práticas políticas.
Ilhas de Abaetetuba, Amazônia Oriental**

Belém-PA

2024

Maria das Graças da Silva Pereira

PIRÍ:

**Um estudo sobre povos tradicionais, ambiente e práticas políticas. Ilhas de
Abaetetuba, Amazônia Oriental**

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará – UFPA e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.
Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Belém-PA

2024

Maria das Graças da Silva Pereira

PIRÍ:

**Um estudo sobre povos tradicionais, ambiente e práticas políticas. Ilhas de
Abaetetuba, Amazônia Oriental**

Tese apresentada para obtenção do grau de
Doutora em Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-
Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto
Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade
Federal do Pará – UFPA e Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Orientadora: Prof. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa
Magalhães Santos

Data de aprovação 20/02/2024.

Banca Examinadora



Prof. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa
Magalhães Santos PPGAA/UFPA (Orientadora)



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida
PPGAS/UNICAMP (Titular externo)



Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões
PPGEDAM/UFPA (Titular externo)



Prof. Dra. Voyner Ravena Cañete PPGSA/UFPA
(Titular externo)

Documento assinado digitalmente



MONIQUE MEDEIROS

Data: 04/12/2024 14:23:51-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Monique Medeiros
PPGAA/UFPA (Titular interno)

Prof. Dr. Mauricio Gonsalves Torres PPGAA/UFPA
(Membro suplente)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

P436p Pereira, Maria das Graças da Silva.
 PIRÍ: : Um estudo sobre povos tradicionais, ambiente e
 práticas políticas. Ilhas de Abaetetuba, Amazônia Oriental /
 Maria das Graças da Silva Pereira. — 2024.
 191 f.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa
 Magalhães Santos

 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Doutorado
 em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,
 Belém, 2024.

 1. Comunidade Santo Afonso. 2. Autoetnografia. 3.
 Encantados. 4. Resistencia. 5. Ribeirinhos. I. Título.

CDD 363.7009811

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que lutaram e deram suas vidas em defesa das ilhas de Abaetetuba e seu povo, em especial Domingos Trindade Ferreira Pereira, Assopra, meu avô (*in memoriam*) e Romildes Assunção Teles – Ró (*in memoriam*) fundadores do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA, e inspiração na luta.

Aos meus pais (Maria Antônia e Manoel), ao meu companheiro (Wanderson), aos meus irmãos (Jéssica e Ivamilton) e a minha sobrinha (Eloá), meus incentivadores e suportes ao longo da construção desta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador de todas as coisas e aos encantados que habitam e protegem as Ilhas de Abaetetuba.

Agradeço à Fapespa pelo financiamento da bolsa de doutorado que possibilitou minha dedicação integral a esta pesquisa. Aproveito para agradecer a todos que fazem o Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas e o Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, dos funcionários de serviços gerais às coordenações. Em especial, agradeço a cada professor que compartilhou seus conhecimentos através das disciplinas, todas foram valiosas na construção desta tese.

Meus profundos e sinceros agradecimentos à minha orientadora, Dra. Sônia Magalhães, pelo comprometimento com que me orientou e construiu comigo esta tese. Ao longo desse período de doutoramento, nutri imensa admiração pelo seu profissionalismo, mas principalmente pela empatia e ternura com que sempre me tratou e trata. Como você está?” e “como está sua família?” sempre vieram antes de questionamentos sobre a tese. Sem dúvidas, isso tudo foi fundamental para uma recém chegada às ciências humanas construir esta tese. E contribuiu profundamente para eu atravessar os momentos de incertezas vindouros da pandemia, as perdas e lutos que tive nesse período, e mesmo assim, trilhar um caminho de pesquisa que olho com amabilidade e orgulho.

A qualificação desta tese foi crucial para este resultado final, por isso, agradeço a banca de qualificação (Prof. Mauro Almeida, Prof. Aquiles Simões, Prof^a Ângela May e Prof^a Voyner Cañete) pelas preciosas contribuições, que naquele período pandêmico foram essenciais para eu não perder o ânimo.

Meus sinceros agradecimentos a Comunidade Santo Afonso, onde pude, não somente realizar a pesquisa que resultou nesta tese, como construí laços de afeto, amizade e admiração com homens e mulheres que lutam, existem e reexistem pelos seus territórios e todas as formas de vida que nele habitam. Em especial às famílias que me acolheram nesse período de campo, e aos interlocutores, obrigado por me apresentarem e me ensinarem a admirar e respeitar o Pirí e seus habitantes visíveis e invisíveis, gratidão especialmente por dividirem comigo o peixe, o açaí e os saberes.

Meus agradecimentos a toda Comunidade São João Batista, em especial a coordenação da Comunidade Católica por abraçar a construção do Protocolo de Consulta e proporcionar todo subsídio necessário para a elaboração deste documento.

Agradeço a Cáritas (Diocesana de Abaetetuba, Paroquial Rainha da Paz e Regional Norte 2), em especial a Prof^a Antônia Botelho, por toda a partilha de informações, mobilização e lutas.

Agradeço aos meus colegas de doutoramento da turma DAFDS 2019 pela parceria, em especial aos meus amigos Luíz Carlos e Karla Souza, pelos mapas e a revisão

gramatical desta tese, mas principalmente pela partilha dos momentos bons e ruins que o caminho da pós graduação sempre apresenta, mas que no doutorado não foi solitário graças a vocês dois.

Meus agradecimentos ao LARC (Laboratório de Representação Geográfica e Geoprocessamento) do NUMA, pela elaboração dos mapas e por toda a paciência em realizar cada modificação solicitada. Aproveito para agradecer à Comunidade de Pirocaba que permitiu o uso, nesta tese, da imagem dos maretórios que elaboraram para ação judicial.

O mais especial de todos os agradecimentos, à minha família, que contribuiu ativamente na construção desta pesquisa. Aos meus tios, tias e tia-avó por me ensinarem um pouco mais sobre a nossa história de povo ribeirinho de Abaetetuba, espero ter feito jus, nesta tese, a tudo que me contaram.

Obrigada, minha irmã Jéssica, por embarcar comigo na construção dos Protocolos de Consulta pelas ilhas de Abaetetuba. Obrigada, meu irmão Ivamilton pelas viagens de lancha ou de rabudinho até a comunidade, pelo suporte, carinho e bom humor. Obrigada, Pai (Manoel) e Mãe (Maria Antônia), pelo incentivo incondicional a educação na minha vida, obrigada por todas as viagens a campo, e principalmente o amplo conhecimento que vocês partilham comigo e meus irmãos no cotidiano e que fazem parte desta tese. Ao meu companheiro de vida, Wanderson Luis, pelo apoio com todos os pormenores de edição de imagem e formatação da tese, que só seus olhos detalhistas conseguem ver, gratidão pelo suporte emocional sempre que precisei neste caminho. Gratidão imensa a minha sobrinha Eloá, o meu refúgio quando tudo parecia muito pesado, seu olhar infantil sobre o mundo aliviou as dificuldades do caminho.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção desta tese. Este trabalho só foi possível porque teve a contribuição de muitas mãos.

Na Amazônia vive-se o apelo obcecante do olhar. Uma trajetória do olhar tornando-se ato de leitura do mundo. Leitura de olho ontológico. Um olho ontológico lendo o mundo amazônico.

João de Jesus Paes Loureiro.

Trate bem a terra. Ela não lhe foi doada pelos seus pais. Ela foi-lhe emprestada pelos seus filhos.

Provérbio antigo do Quênia

RESUMO

As ilhas de Abaetetuba há 30 anos sofrem com os desastres causados pelos Grandes Projetos em municípios vizinhos, entretanto, desde 2015 a empresa Cargill busca instalar um TUP no arquipélago de Abaetetuba, mais precisamente na Ilha Xingu, onde está localizada a Comunidade Santo Afonso. Esta tese tem como objetivo compreender as inter-relações entre a luta política contra a instalação do TUP e a relação que a Comunidade Santo Afonso mantém com o ambiente, a partir da defesa de um ambiente específico chamado Pirí. Esta é uma pesquisa cuja base metodológica é a autoetnografia conciliada com a etnografia, visto que embora o trabalho de campo principal tenha sido realizado na Comunidade Santo Afonso, minhas experiências pessoais, como ribeirinha, também fazem parte da pesquisa. A comunidade de Santo Afonso apresenta uma relação singular com a natureza, em especial com um microecossistema Pirí, que além de temporalidades e biodiversidade singular, abriga muitos encantados que fazem parte da cosmologia da comunidade. São diversos seres sencientes que coabitam o mesmo território com a comunidade e tem agência nas atividades cotidianas e também nas decisões políticas dos ribeirinhos de Santo Afonso. Fato que se evidencia ainda mais nas lutas e resistências contra o TUP Abaetetuba, onde se apresentam basicamente duas linhas de argumentação: 1) pública – baseada nos impactos socioambientais que o TUP causará, caso seja instalado; 2) interna – baseada na cosmologia e nos sinais que os encantados têm manifestado para a comunidade. O que se constata é que de fato os ribeirinhos e sua relação com o ambiente têm conexão direta com suas manifestações, lutas e resistências contra o TUP utilizando variados argumentos, desde os socioambientais aos cosmológicos, e estes são evocados de acordo com o público a quem se dirige.

Palavras-chave: Comunidade Santo Afonso, Autoetnografia, encantados, resistências, ribeirinhos.

ABSTRACT

The islands of Abaetetuba have suffered for 30 years from disasters caused by large-scale projects in neighboring municipalities, however, since 2015 the company Cargill has sought to install a TUP in the Abaetetuba archipelago, more precisely on Xingu Island, where the Santo Afonso Community is located. In this sense, this thesis aims to understand the interrelationships between the political struggle against the installation of the TUP and the relationship that the Santo Afonso Community maintains with the environment, based on the defense of a specific environment called Pirí. This is research whose methodological basis is autoethnography combined with ethnography, since although the main fieldwork was carried out in the Santo Afonso Community, my personal experiences, as a riverside dweller, are also part of the research. The community of Santo Afonso has a unique relationship with nature, especially with a Pirí microecosystem, which in addition to unique temporalities and biodiversity, houses many enchanted people who are part of the community's cosmology. There are several sentient beings that co-inhabit the same territory with the community and have agency in the daily activities and also in the political decisions of the people living on the riverside of Santo Afonso. A fact that is even more evident in the struggles and resistance against the TUP Abaetetuba, where two lines of argument are basically presented: 1) public – based on the socio-environmental impacts that the TUP will cause, if it is installed; 2) internal – based on cosmology and the signs that the enchanted have manifested to the community. What can be seen is that in fact the riverside people and their relationship with the environment have a direct connection with their manifestations, struggles and resistance against the TUP using various arguments, from socio-environmental to cosmological, and these are evoked according to the public to whom is heading.

Keywords: Santo Afonso Community, Autoethnography, enchanted, resistance, riverside dwellers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Abaetetuba e os municípios que fazem fronteira e em destaque a localização da Ilha Xingu.....	20
Figura 2 - Mapa do Território ribeirinho das ilhas de Abaetetuba – PAEs e Território Quilombola, Ilha Xingu.....	21
Figura 3 - Imagem mostrando os empreendimentos instalados e em planejamento nos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Ponta de Pedras todos próximos às Ilhas de Abaetetuba.....	22
Figura 4 - Freteira para o Rio Xingu.....	39
Figura 5 - Pirí: Pirí do meio, Pirizinho e Lago Pirí grande, sobreposição do terreno do TUP no Pirí grande.....	45
Figura 6 - Mapa do PAE Santo Afonso. Apresenta as Comunidades de Igarapé São José, Igarapé Vilar e Santo Afonso, e também o Pirí e o terreno onde está planejada a construção do TUP Abaetetuba.....	50
Figura 7 - Ilustração de Júlio Paternostro das casas tradicionais do Baixo Tocantins.....	52
Figura 8 - A simbiose da paisagem de Santa Afonso.....	53
Figura 9 - As malocas da Comunidade Santo Afonso.....	54
Figura 10 - Embarcação comercializando Sarda na Comunidade de Santo Afonso....	59
Figura 11 - Fluxograma apresenta a dinâmica semanal de distribuição de razas, coleta, recolhimento e venda do açaí em Santo Afonso.....	61
Figura 12 - Fluxograma apresentando as duas dinâmicas de coleta de açaí em Santo Afonso.....	63
Figura 13 - Artesanato de cuia.....	64
Figura 14 - Produção de razas na Comunidade de Santo Afonso.....	67
Figura 15 - Cronograma de atividades produtivas realizadas na comunidade Santo Afonso no decorrer do ano nas diferentes estações.....	68
Figura 16 - Cronograma de atividades realizadas de acordo com a lua e as marés.....	70
Figura 17 - Engenhos de cachaça nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri.....	77
Figura 18 - Mapa do terreno do TUP Abaetetuba.....	101
Figura 19 - Pontos de coleta de fauna realizados no diagnóstico biótico.....	103
Figura 20 - Parcelas de coleta de flora realizadas no diagnóstico biótico.....	103
Figura 21 - Pesqueiros identificados pelos pescadores da comunidade Pirocaba na Baía do Capim.....	107
Figura 22 - Card publicado em redes sociais para divulgação do Projeto de Inclusão Produtiva.....	111
Figura 23 - Desenho esquemático das variações de marés entre o rio Xingu e o Pirí.....	115
Figura 24 - Ciclo de cheia e seca do Pirí.....	116
Figura 25 - Paisagem do Pirí durante a seca.....	117
Figura 26 - Caminhos formados pelo caminhar dos frequentadores do Pirí sobre o Junco.....	118
Figura 27 - Poço formado com a seca do Pirí.....	124
Figura 28 - Pontos de Caça na Comunidade de Santo Afonso.....	126

Figura 29 - Imagem situacional do “território de vida” da Ilha Xingu e a diversidade de pescado e caça presente no Pirí.....	128
Figura 30 - Cronograma de atividades realizadas no Pirí ao longo do ano de acordo com a sazonalidade.....	129
Figura 31 - Croqui representativo do Pirí, elaborado pelo pescador Antônio.....	132
Figura 32 - Croqui representativo do Pirí, elaborado pelo pescador José.....	133
Figura 33 - Mapa mostrando a proximidade entre as comunidades Santo Afonso e o TUP Abaetetuba e o Complexo Industrial de Barcarena.....	154
Figura 34 - Convite das rodas de conversa divulgado nos grupos de WhatsApp.....	161
Figura 35 - Atos públicos contra a implantação do TUP Abaetetuba.....	167
Figura 36 - Ribeirinhos no evento Grito das águas.....	168
Figura 37 - Instalação de boias atracadoras à leste da Ilha do Capim, sobre pesqueiro centenário.....	171
Figura 38 - Protesto “Trancaço” com embarcações cercando a balsa que fazia a instalação das boias.....	172
Figura 39 - Comboio de balsas atracadas as boias que permanecem instaladas.....	172
Figura 40 - Ribeirinhos durante o “Trancaço”	173
Figura 41 - Ribeirinhas durante o “Trancaço” com cartaz “aqui existe vidas”	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espécies de peixe de piracema capturados no Pirí.....	105
Quadro 2 - Espécies vegetais encontradas no Pirí.....	113

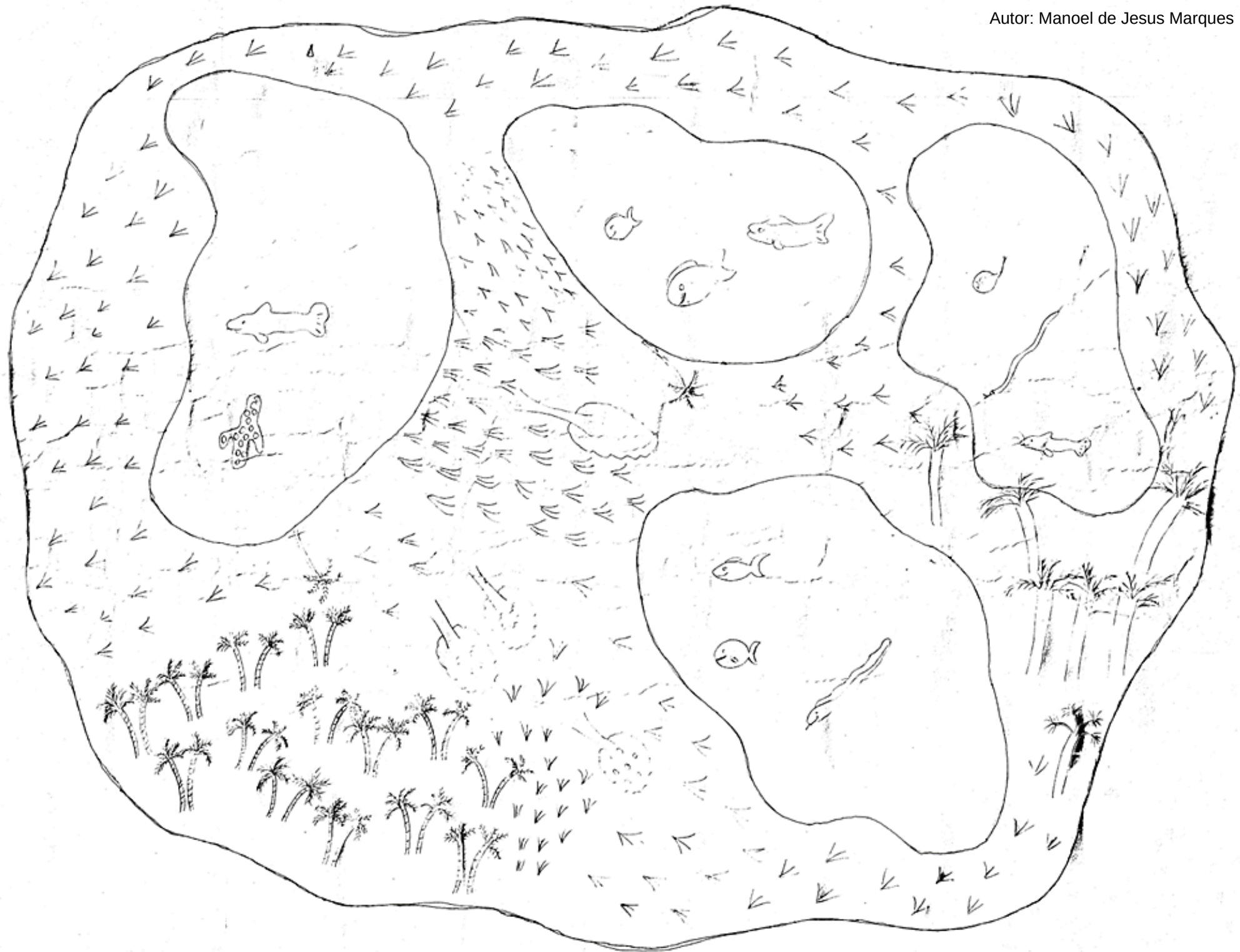
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA - Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba
APG IV – Angiosperm Phylogeny Group IV
APT - Ação Popular Transformadora
ARQUIA - Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
COFRUTA - Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
FADECAM - Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LDC - Louis Dreyfus Company Brasil S.A
MORIPA - Movimento dos Ribeirinhos dos PAEs de Abaetetuba
MORIVA - Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PPGAA - Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas
PU - Plano de Utilização
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TAUS - Termos de Autorização de Uso Sustentável
TUP - Terminal Portuário de Uso Privado
TFM - Terminal Flúvio Marítimo
TJE/PA - Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UHE - Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: Introdução.....	18
1.2 Contextos e caminhos de uma pesquisa autoetnográfica.....	27
1.2.1 Aproximação com a temática e entrada na comunidade.....	27
1.2.2 Algumas observações da pesquisa de campo construída no cotidiano.....	34
1.2.3 Primeira visita de campo.....	35
1.2.4 Segunda visita de campo.....	37
1.2.5 Terceira visita de campo.....	43
1.2.6 Caminhos até o Pirí.....	44
CAPÍTULO 2: “Sempre teve gente morando aqui”: Santo Afonso a comunidade que se mobiliza em defesa do Pirí.....	48
2.1 - A comunidade de Santo Afonso.....	49
2.1.1 O inverno e o verão na Comunidade Santo Afonso.....	60
2.1.2 A lua, as marés e as atividades produtivas.....	69
2.2 “Sempre teve gente morando aqui”: a formação histórica social da população tradicional ribeirinha Abaetetubense.....	70
2.2.1 As comunidades tradicionais e a economia hegemônica.....	73
2.2.2 A permanência nas ilhas, após a decadência dos engenhos.....	84
CAPÍTULO 3: A materialidade do Conflito: o TUP Abaetetuba e as violações aos direitos das comunidades tradicionais.....	91
3.1 O TUP ABAETETUBA.....	92
3.2 TUP Abaetetuba e as violações às comunidades.....	99
3.2.1 As invisibilidades do RIMA.....	100
3.2.2 Subdimensionamento de atividades de reprodução econômica e social no EIA/RIMA.....	105
3.3 Atuação das empresas terceirizadas.....	108
CAPÍTULO 4: Pirí: materialidade e imaterialidade.....	112
4.1 O Pirí.....	113
4.2 A Sazonalidade do Pirí.....	114
4.3 A construção e a interpretação da Paisagem do Pirí.....	131
4.4 A cosmologia da Comunidade Santo Afonso e os seus moradores.....	134
CAPÍTULO 5: “NÃO É SÓ A TERRA”: Conflito Ontológico e as resistências das comunidades das Ilhas de Abaetetuba.....	142

5.1 As resistências das Ilhas de Abaetetuba.....	148
5.2 Os protocolos de consulta ribeirinho como artefato político	149
5.3 A luta ribeirinha na arena jurídica: ações judiciais.....	163
5.4 Grito das Águas	167
5.5 O Trancaço	170
5.7 “Não é só a terra”: o conflito ontológico.....	174
CONCLUSÃO.....	179
REFERÊNCIAS.....	182
GLOSSÁRIO.....	191



CAPÍTULO 1: **Introdução**

A empresa Cargill Agrícola S.A busca, desde 2015, instalar um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) em Abaetetuba, dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso na Ilha Xingu em Abaetetuba - Pará, para o escoamento de grãos vindos do sudeste paraense e centro-oeste do país, ou seja, um porto graneleiro que faz parte da expansão da malha ferro e hidroviária do Estado do Pará onde, hoje, também, tem planejados a Hidrovia Araguaia Tocantins, o TUP LDC (Louis Dreyfus Company Brasil S.A) Rio Pará e a Ferrovia Paraense, todos incidindo sobre o município de Abaetetuba.

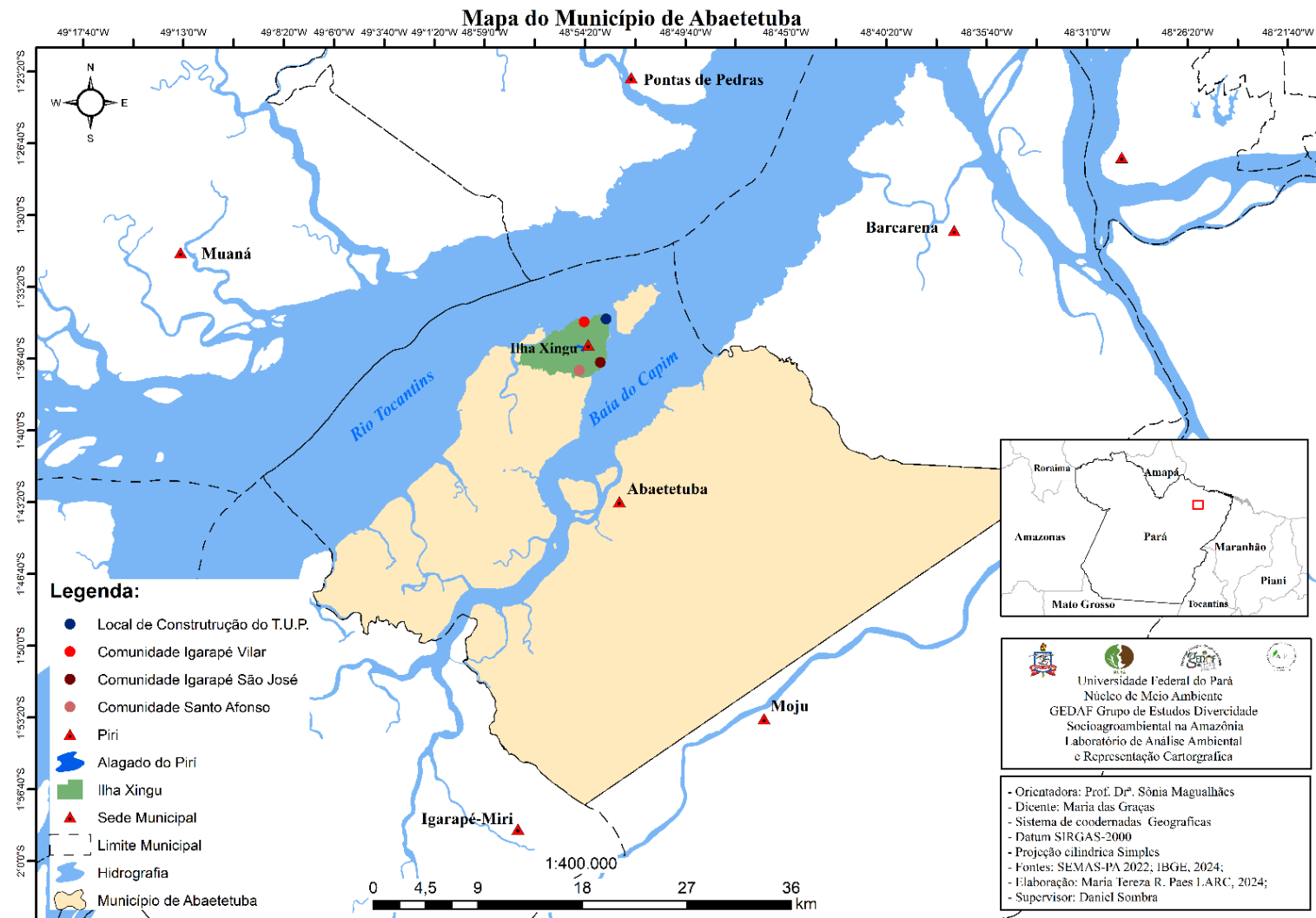
O PAE Santo Afonso abriga três localidades que se autodenominam comunidades ribeirinhas: Igarapé São José, Igarapé Villar e Santo Afonso, com cerca de 280 famílias que têm a pesca tradicional como sua principal atividade, juntamente, com o extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e outros produtos florestais, além da agricultura tradicional de base familiar. Este faz parte de um conjunto de 24 PAEs e dois territórios quilombolas em que estão as comunidades tradicionais das ilhas de Abaetetuba, cerca de 40 000 ribeirinhos e quilombolas¹(Figuras 1 e 2).

Os modos de reprodução social e econômica dessas comunidades estão, diretamente, ligados à natureza (a pesca, o extrativismo vegetal e a agricultura tradicional) e têm sido atingidos, historicamente, por grandes empreendimentos, como a hidroelétrica de Tucuruí e o Complexo Albrás Alunorte, hoje, transformado em Distrito Industrial em Barcarena (Figura 3).

O Complexo Albrás Alunorte começou a ser implantado em Barcarena, nas décadas de 80 e 90, com o objetivo de implantar a cadeia produtiva do alumínio e da bauxita. Ao longo dos anos, esse complexo vem agregando novas empresas do ramo da mineração e do agronegócio, chegando à configuração atual de Distrito Industrial de Barcarena, com mais de 90 empresas, que, há mais de 30 anos, causam danos às ilhas de Abaetetuba.

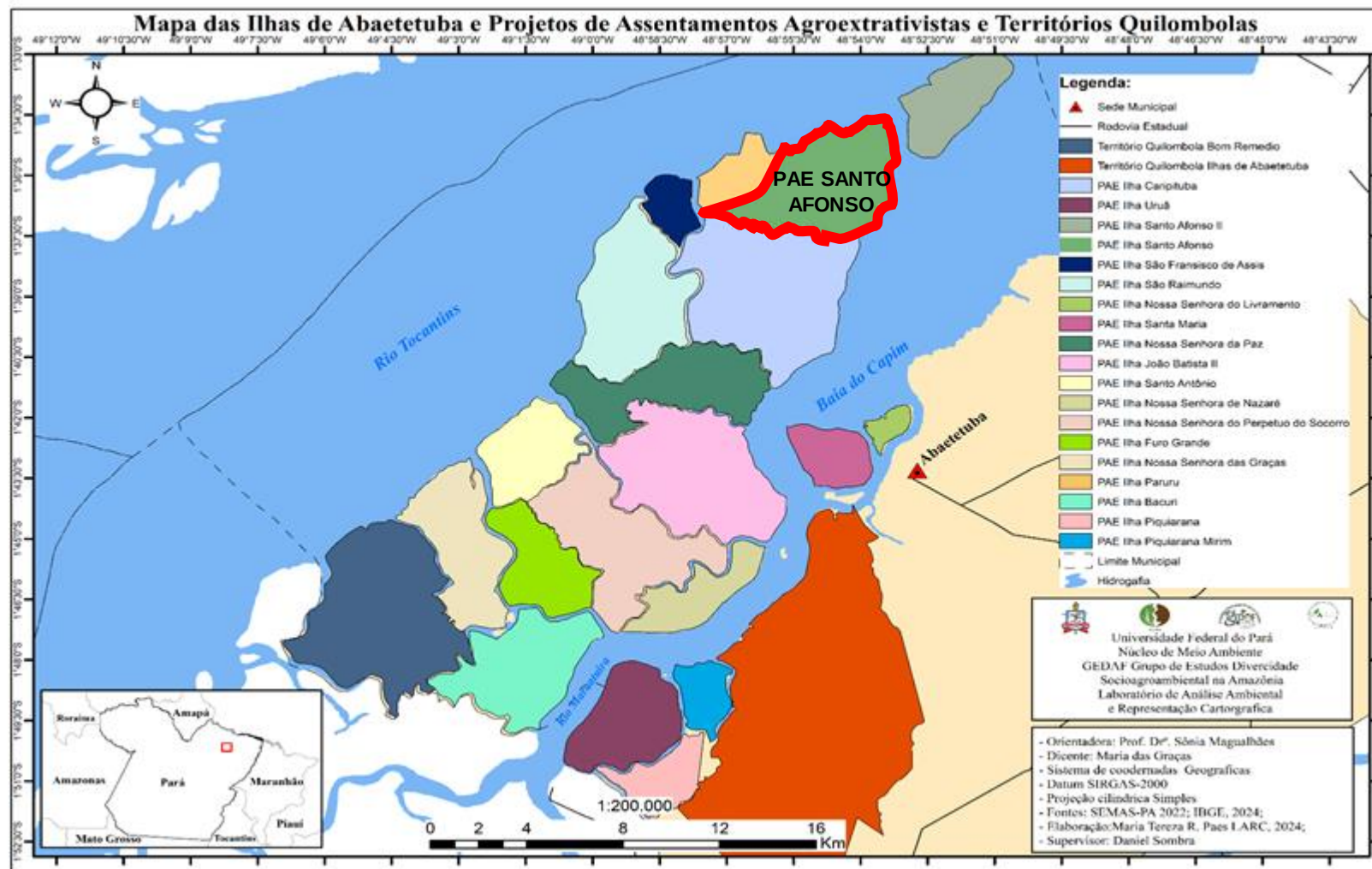
¹O PAE e os Territórios Quilombolas são de fato processos de reconhecimento territorial de ocupação secular na região, conforme será tratado posteriormente.

Figura 1 - Mapa do município de Abaetetuba e os municípios limítrofes. Em destaque a localização da Ilha Xingu em verde.



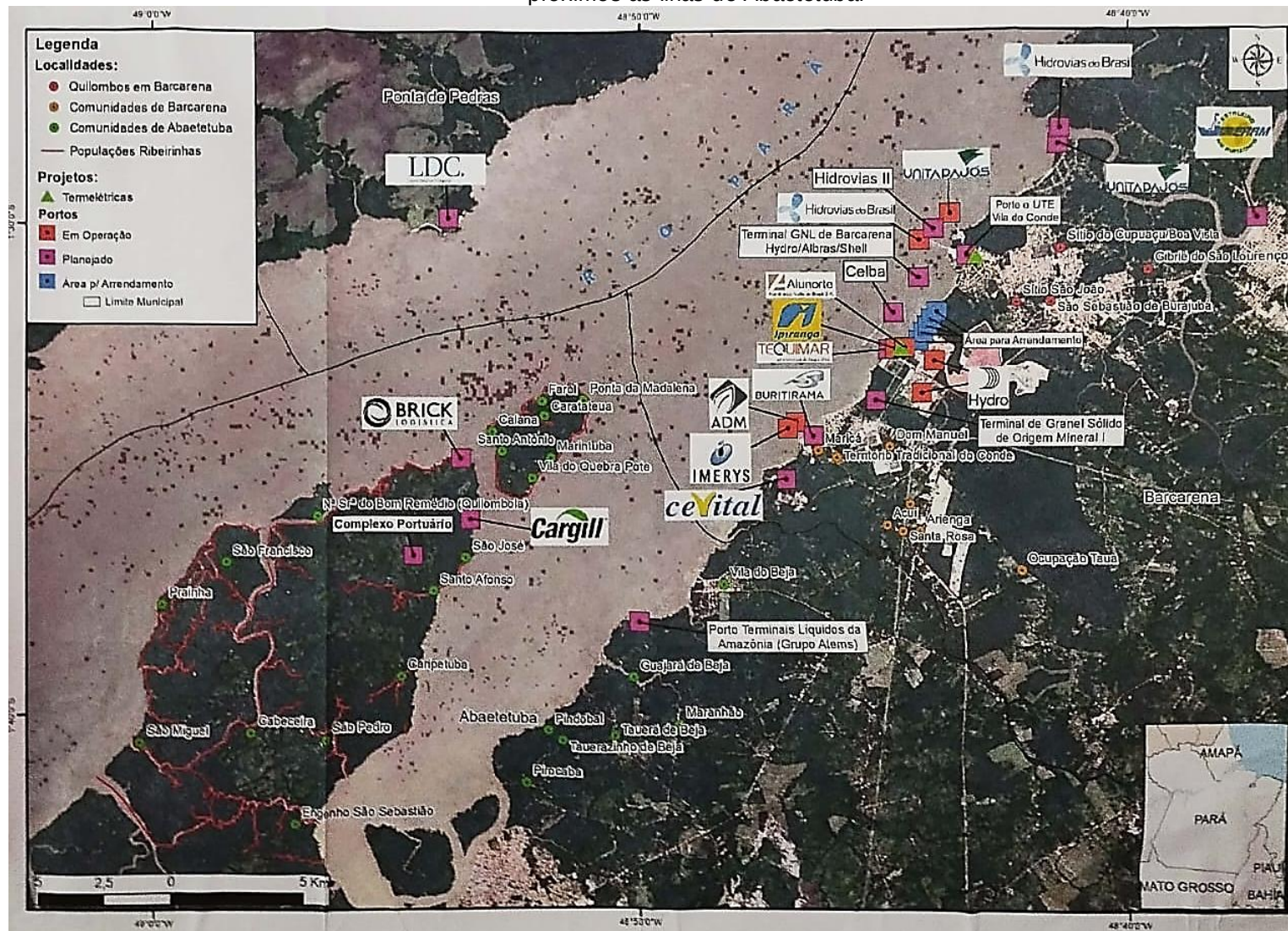
Fonte: LARC - Laboratório de Representação Geográfica e Geoprocessamento, NUMA/UFPA, 2023

Figura 2 - Mapa do Território ribeirinho das ilhas de Abaetetuba – PAEs e Território Quilombola. Ilha Xingu na cor verde circundada em vermelho.



Fonte: LARC – Laboratório de Representação Geográfica e Geoprocessamento, NUMA/UFPA, 2024.

Figura 3 - Imagem mostrando os empreendimentos instalados e em planejamento nos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Ponta de Pedras, todos próximos às Ilhas de Abaetetuba.



Fonte: Protocolo de Consulta da Comunidade Quilombola Bom Remédio.

Diversos crimes ambientais têm sido cometidos por esses empreendimentos aos quais as comunidades foram e seguem expostas. Por exemplo, os vazamentos de rejeitos de bauxita que ocorreram em 2009² e 2018 e alcançaram o território abaetetubense, culminando na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do estado do Pará para investigar e responsabilizar as empresas. Esta CPI concluiu que os desastres ambientais, ocorridos em Barcarena, atingem não apenas a população desse município, mas também os residentes nos municípios de Abaetetuba e nos demais situados às margens do rio Pará.

A silhueta do Distrito Industrial de Barcarena no horizonte da Baía do Capim, que banha a Ilha Xingu, revela as alterações que a paisagem das Ilhas de Abaetetuba vem sofrendo devido a essa sucessão de crimes ambientais, continuamente, cometidos por esses empreendimentos, ou seja, onde, anteriormente, se via apenas pequenas embarcações de pescadores tradicionais, atualmente, se vê gigantes navios e barcas em uma disputa por espaços, a contaminação das águas e, conseqüentemente, dos peixes que se alimentam com grãos de soja e milho cheios de agrotóxicos que são despejados diretamente na água.

Entretanto, muitos desses crimes, principalmente, os vazamentos de rejeitos são quase invisíveis e isso eleva o risco de contaminação. Além disso, há nas águas de Abaetetuba um histórico de acumulação de metais pesados e de mudanças perenes das suas características físico-químicas.

Em 2015, ocorreu, em Barcarena, um dos crimes ambientais mais marcantes para os ribeirinhos abaetetubenses: o naufrágio do navio Haidar³ que lançou diretamente na água cerca de cinco mil cabeças de gado bovinos vivos e toneladas de óleo, resultando em contaminação de todas as ilhas de Abaetetuba, o que refletiu a real dimensão do alcance das contaminações geradas pelos empreendimentos em Barcarena.

²<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/hydro-alunorte-acusada-de-vazamento-de-rejeitos-ja-foi-multada-em-2009-por-esse-crime.ghtml>.

³O naufrágio do navio Haidar ocorreu em 2015. Um navio com uma carga de mais de cinco mil bois vivos e mais de 700 toneladas de óleo naufragou quando saía do Porto de Vila do Conde e toda essa carga se espalhou pelos rios alcançando as ilhas de Abaetetuba.

Esse evento, também, é um marco nas comunidades devido ao cercamento do terreno, ilegalmente adquirido, pela Brick Logística Ltda⁴ (anteriormente, KF de Menezes). Quando questionei os ribeirinhos quando havia sido colocada a cerca, a resposta que foi dada é *“no mesmo ano do navio Haidar porque os encarregados de instalar a cerca foram liberados para ir “pegar” boi”*. É importante salientar que há encadeamentos entre os eventos, pois os moradores do PAE Santo Afonso se referem aos dois de forma simultânea, o naufrágio em Barcarena como o primeiro sinal de construção do TUP da Cargill em Abaetetuba.

Em 2011, as comunidades do PAE Santo Afonso já haviam sido surpreendidas com boatos de que a empresa Brick Logística comprou, ilegalmente, uma área de cerca de 400 hectares na comunidade, o que será explicitado adiante, mas não tinham conhecimento do projeto de instalação do porto. Este fato só foi confirmado quatro anos depois com diversas violações praticadas pelos “compradores”, evidenciado pelo cercamento do terreno “adquirido”.

Até 2018, todas as informações sobre tramitação e planos de instalação do TUP estavam muito restritas às diretorias de PAEs e de outros movimentos sociais, às comunidades dos PAEs Santo Afonso, Santo Antônio e Caripetuba e a algumas pessoas da academia e de organizações sociais que acompanhavam essas comunidades. Neste ano, a notícia se propagou, sobretudo com a divulgação do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do Rima (Relatório de Impacto Ambiental) que apresentam o uso indevido de imagens e informações.

Durante a elaboração do Rima, a empresa Ambientare e o Instituto Peabiru, encarregados da realização do estudo, omitiam das comunidades o real objetivo da pesquisa. Dessa forma, conseguiram obter informações e fotografar diversos espaços das comunidades.

⁴Brick Logística Ltda é uma empresa cujo CNPJ está cadastrado como prestadora de Consultoria Em Gestão Empresarial. Entretanto, aparece em reportagens como empresa que desenvolve projetos portuários na região, tendo como atuação a identificação de terrenos na Amazônia e depois os estrutura para a sua transformação em portos. Fontes: <https://abras.com.br/clipping/geral/43070/empresa-logistica-investira-r-1-bilhao-para-escoar-graos-pelo-tapajos>; <https://www.econodata.com.br/consulta-cnae/m7020400-atividades-de-consultoria-em-gestao-empresarial-exceto-consultoria-tecnica-especifica>

Com a publicação do documento e a exposição real da intenção da pesquisa, a igreja católica, principalmente a Paróquia das Ilhas⁵, na figura do Padre Adamor, pároco da época, começou a informar as comunidades nas missas, explicando o que era o TUP e orientando para que não assinassem papéis nem permitissem fotografias e vídeos sem saber do que se tratava.

A partir das orientações da Paróquia das Ilhas, a notícia do TUP começou a disseminar nas ilhas de Abaetetuba. Assim, eu que estava na ilha Campompema, a cerca de 15 km da Ilha Xingu, não tinha qualquer informação sobre o TUP até 2018. Ao ter conhecimento do que estava acontecendo, me fez optar pela comunidade de Santo Afonso como área de estudo do doutorado (início no ano de 2019). Essa escolha será melhor detalhada adiante neste mesmo capítulo.

Em 2019, em minha primeira visita à comunidade de Santo Afonso, observo que o argumento contra o porto extrapola as questões referentes ao cercamento e se exprime com um discurso em defesa do “Pirí”, um ecossistema local formado pelo encontro de diversas nascentes de igarapés, na Ilha Xingu, no qual habitam seres não humanos com agência sobre a caça, a pesca e a gestão do ambiente em toda a ilha.

Este trabalho tem como objetivo compreender as interrelações entre a luta política contra a instalação do TUP e a relação que a Comunidade Santo Afonso mantém com o ambiente, a partir da defesa de um ambiente específico chamado Pirí.

Uma vasta literatura (Zhourí; Laschefski, 2010; Bastos, 2020; Damasceno *et al.*, 2020; Mesquita; Navegantes, 2020 etc.), que aborda situações similares, têm afirmado que se tratam de conflitos socioambientais decorrentes de formas diversas de relação com o território. No entanto, poucos trabalhos têm enfatizado o conteúdo ontológico desta relação e, conseqüentemente, dos conflitos.

Com essa tese, pretendo compreender como as lutas e resistências em defesa do território na Comunidade Santo Afonso estão, diretamente, ligadas às relações que os ribeirinhos mantêm com o ambiente e estão ancoradas em uma cosmologia específica, expressa na relação com o Pirí.

⁵A Paróquia das Ilhas é a nomenclatura popular para a Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz que congrega todas as comunidades católicas das Ilhas de Abaetetuba e tem grande importância na luta contra a construção do TUP. Sua organização e contribuições nas lutas e resistências serão tratados mais detalhadamente adiante.

A tese está estruturada em cinco capítulos dos quais apresento um breve resumo:

O capítulo inicial é a introdução que abarca os objetivos e referenciais teóricos desta tese, além dos “*Caminhos e contextos de uma pesquisa autoetnográfica*” que trata da metodologia, desde a aproximação com a temática e com a comunidade de Santo Afonso, até as viagens a campo, os caminhos até o Pirí. Aqui, também, apresento os interlocutores, as pessoas-chave para a realização desta pesquisa que compartilharam um pouco de seus conhecimentos comigo.

O capítulo 2 tem como título “*Sempre teve gente morando aqui*”: Santo Afonso a comunidade ribeirinha que se mobiliza em defesa do Pirí”. Nele, apresento a comunidade de Santo Afonso, o cotidiano das atividades produtivas, as vidas regidas pelas águas e pela lua, mas que também se mobiliza em defesa de seu território, essa mobilização é fruto de um processo de formação histórica, social e econômica do povo ribeirinho. Apresentar esse cenário histórico é fundamental para a compreensão da configuração atual das lutas e resistências das ilhas de Abaetetuba. Este capítulo terá como abordagem teórica a memória, a partir de relatos e experiências minhas, de meus familiares e pessoas ligadas aos movimentos sociais.

O capítulo 3 intitula-se “A materialidade do Conflito: o TUP Abaetetuba e as violações de direitos das comunidades”, ou seja, vai destacar, diretamente, do conflito entre a comunidade Santo Afonso e as empresas que buscam instalar o TUP Abaetetuba na Ilha Xingu, a presença das empresas Cargill, Brick e todas as suas terceirizadas, que cometem diversas violações, assim como todos os procedimentos da empresa desde a “compra” do terreno que é explanada neste capítulo.

O Capítulo 4 “O Pirí é o centro da Ilha: materialidade e imaterialidade” apresenta o Pirí, do ponto de vista da sua biodiversidade material e imaterial, dando destaque a toda a ontologia desse lugar e como esta é fundamental para a resistência que a comunidade constitui contra o porto. Aqui, serão apresentados e identificados os animais caçados e pescados no ambiente, e parte de sua flora, visto que a singularidade do ecossistema do Pirí e a exclusividade de algumas espécies de animais e plantas nesse local estão sob potencial ameaça de desaparecimento devido à construção do TUP. Além disso, os encantados e toda imaterialidade do Pirí será descrita e como estão conectadas com este ambiente.

Por último, o capítulo 5 “NÃO É SÓ A TERRA”: Conflito Ontológico e as resistências das comunidades” aborda as lógicas argumentativas do conflito que resultam em diferentes formas de resistências, e como a ontologia permeia essas resistências. Neste último capítulo, será analisada a criação do Protocolo de consulta da comunidade Santo Afonso (Rio Xingu) e São João Batista (Rio Campompema), que diante desse conflito ontológico está sendo um dispositivo político de luta contra a instalação do TUP, e todos os protestos e movimentos de luta e resistência contrários a implantação do porto. Partindo da compreensão de que em todo esse cenário trata-se de uma experiência da diversidade de ontologias, pretendo analisar como as memórias das lutas anteriores e as relações com o ambiente do Pirí serão utilizadas nesse momento de atuação política.

1.2 Contextos e caminhos de uma pesquisa autoetnográfica

1.2.1 Aproximação com a temática e entrada na comunidade

A aproximação com a temática desta tese acontece em 2018, quando as notícias da instalação do TUP começam a se intensificar pelas ilhas de Abaetetuba. Até então, essa informação havia ficado muito restrita à comunidade de Santo Afonso e outras próximas, como Santo Antônio e Igarapé São José. Eu que resido na comunidade São João Batista, há 15km da Comunidade de Santo Afonso, só venho ter conhecimento do empreendimento, em 2018.

Nesse período eu estava atuando como professora substituta na Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM) na Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba e foi através dessa instituição que eu ouvi falar pela primeira vez em TUP Abaetetuba. Até aquele momento, eu não tinha a real dimensão do empreendimento, dos prováveis impactos ambientais nem dos riscos que a população ribeirinha estava exposta.

Após esse primeiro momento, eu começo a pesquisar por mais informações sobre esse porto, até chegar ao EIA/Rima, e perceber a dimensão do grande projeto que estava em vias de se instalar tão perto da comunidade em que vivo e ver o quão invisibilizada foi a população ribeirinha naquele documento que poderia ser o passaporte para a implantação do TUP.

Com a viva memória do recente crime ambiental, ocasionado pelo naufrágio do navio Haidar, tive a certeza que queria acompanhar os próximos passos em relação

ao TUP através da elaboração da minha tese, que naquele momento era apenas um plano. Ao iniciar o processo de seleção de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), vinda de um mestrado em Botânica no Museu Paraense Emílio Goeldi, inscrevi um projeto na Área de etnobotânica, na qual eu sempre atuei em minha vida acadêmica, tendo como local de estudo a comunidade de Santo Afonso.

Concomitante às minhas descobertas e planos, a igreja católica, mais precisamente a Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, popularmente chamada de paróquia das ilhas, pois congrega todas as comunidades católicas ribeirinhas, começa a falar abertamente sobre o TUP Abaetetuba, nas missas e diversas celebrações católicas, explicando sobre os riscos para a população ribeirinha abaetetubense como um todo, já que até aquele período a discussão sobre esse grande projeto estava bastante restrita às comunidades mais próximas ao local onde o porto estava planejado para ser instalado. Isso dava a falsa impressão de que os riscos se restringiam apenas a essas comunidades, o que não é a realidade.

As ilhas de Abaetetuba contam com diversas organizações sociais (Coutinho, 2016; Gonçalves, *et al.* 2016; Maia *et al.*, 2017) com um amplo histórico de luta, que juntamente com instituições da igreja, nesse mesmo período iniciam movimentações contrárias a esta implantação, de forma que ficou evidente que seria um tempo de luta pela garantia de existir, de manutenção e do controle dos territórios e de seus recursos naturais.

Em 2019, eu ingressei no doutorado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável no PPGAA/INEAF/UFGA. Porém, não houve orientador disponível para o projeto que eu havia submetido e a coordenação selecionou a Dra. Sônia Magalhães como minha orientadora. Naquele momento, sabia que teria que mudar minha área de atuação e que iria iniciar um imenso desafio pelas ciências sociais, área onde até aquele instante tinha pouca imersão, devido eu ser formada em Biologia.

Em conversa com a Dra. Sonia Magalhães, ela me faz a fatídica pergunta “*o que você quer fazer na sua tese?*” Eu não sabia exatamente o que eu queria fazer, mas sabia onde eu queria fazer. E é nessa busca por descobrir o que queria fazer em

minha tese que viajo pela primeira vez para a Comunidade de Santo Afonso, no Rio Xingu.

Vale destacar que nesse período de decisão sobre que caminho tomar na tese, eu já estava cursando algumas das disciplinas exigidas pelo programa, entre elas a disciplina 'Povos tradicionais e grandes projetos na Amazônia' que foi essencial para a minha nova proposta de projeto de tese. A partir dessa disciplina, percebi uma mudança da minha ótica para uma realidade que sempre foi comum a mim, a realidade ribeirinha.

Ribeirinha, essa palavra tem ganhado significado para mim a partir da construção desta tese que tem me conduzido a refletir e investigar minha identidade, as minhas origens, para além de um processo profissional. Esta pesquisa vem sendo uma experiência pessoal, pois sou nascida nas ilhas de Abaetetuba, comunidade São João Batista – Rio Campompema. Por conta dos estudos, saio muito jovem da minha comunidade, mas retorno, também, pelo mesmo motivo.

Porém, é com as leituras para a tese, as visitas à comunidade de Santo Afonso e as disciplinas no doutorado que descobri que os outros seres que outrora eu fui convencida a acreditar que não existiam, que eram visagem ou assombração, ou qualquer nomenclatura que os cidadãos dão, que eles existem e eu acredito, por que meu povo acredita nisso. Logo, a tese tem sido fundamental para eu me empoderar da minha identidade ribeirinha furtada de mim pela ideia de que isso só era possível se eu estivesse vivendo constantemente na comunidade, como se isso se resumisse apenas à esfera geográfica.

Ao longo da construção dessa tese venho sendo desafiada a atuar de forma mais efetiva na minha comunidade, por exemplo, na construção do protocolo de consulta. Com a notícia da implantação do TUP Abaetetuba e, posteriormente, na construção do Protocolo de consulta da comunidade de Santo Afonso, percebi que todas as ilhas de Abaetetuba sofrerão os impactos da instalação do TUP e senti necessidade de tomar alguma atitude efetiva já que tudo isso também me impactará, impactará minha família, a comunidade São João Batista onde moro. Assim, iniciei e faço parte da equipe, atualmente, de coordenação da construção do protocolo de consulta.

Minha aproximação com a comunidade de Santo Afonso dá-se por meio do Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA, na figura do Senhor Romildes Teles⁶ (Ró) que me colocou em contato telefônico com a Dona Ana, uma importante liderança na comunidade.

Antes de tratar de minha primeira incursão ao campo, preciso destacar aqui que, por esta comunidade ser parte de um conflito onde lideranças já sofreram ameaças, como forma de protegê-los, mantereí suas identidades em sigilo e farei uso de nomes fictícios ao longo de todo o texto.

Em junho de 2019, realizei uma visita ao campo, inicialmente indo até a casa de Dona Ana. Partir da comunidade em que moro em direção à comunidade Santo Afonso é uma viagem de cerca de 40 minutos em uma lancha rápida. Quase na entrada do rio consigo ver a silhueta do Distrito industrial implantado no município de Barcarena, que fica cerca de 18km em linha reta da entrada da comunidade Santo Afonso. Também, é possível observar a quantidade de fumaça que essas empresas despejam no ar e que pela proximidade com a localidade é bem provável que os atinja não só a poluição do ar, mas também da água.

Na entrada do rio, tenho um outro obstáculo: a profundidade. Nesse ponto, é muito raso com bastante bancos de areia, necessitando diminuir a velocidade da lancha e até mesmo parar, deixando claro que alí só entra quem tem bastante conhecimento daquele local, caso contrário fica encalhado na entrada do rio.

Na casa de Dona Ana, sou recebida de forma acolhedora. Por conhecerem meu pai e meu avô, tenho um diálogo um pouco mais facilitado. Como aponta Silva (2005), as oportunidades e os espaços que se abrem ao antropólogo durante o processo de pesquisa são mediados pela interação de todos os marcadores de sua identidade, tal como são lidos pelos nativos. Meu marcador identitário “ribeirinha” foi fundamental para o contato inicial com a família de Dona Ana.

Minha identidade foi peça fundamental na construção desta tese, pois sendo ribeirinha tenho conexões e compreensões das entrelinhas que pessoas externas

⁶ Romildes Teles foi uma importante liderança dos movimentos sociais do Baixo Tocantins que esteve diretamente ligado às lutas contra a implantação do porto e em defesa do território ribeirinho das Ilhas de Abaetetuba, e teve contribuição significativa na elaboração desta tese, e esteve presente na luta até seus últimos dias e veio a falecer 15/05/2023.

levariam um tempo maior e, talvez, nem conseguissem compreender, a abertura para falar em não humanos comigo, desde minha primeira visita, a comunidade deve-se ao fato de fazer parte deste povo, pois não é comum essa partilha com pessoas externas, visto que, muitas vezes, somos desacreditados e, até mesmo, ridicularizados por essa conexão com o imaterial.

Além de informações sobre o cotidiano da comunidade, Dona Ana, também, dividiu suas preocupações com a instalação do TUP Abaetetuba. A partir deste momento, continuei visitando a comunidade, participando das reuniões de construção do Protocolo de Consulta, até que, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara pandemia da Covid-19, ficando assim paralisadas todas as minhas atividades de campo.

Porém, destaco que minha participação nas assembleias de construção do protocolo de consulta foi importante na decisão do caminho metodológico da tese. Inicialmente, decidimos que esta tese seria uma etnografia da Comunidade Santo Afonso. Entretanto, com todas as informações que eu absorvia ao longo das assembleias, começou a ficar mais evidente que a ameaça da construção do TUP não se restringia apenas a comunidade Santo Afonso, mas a todas as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, entre elas a comunidade São João Batista (PAE São João Batista) Ilha Campompema, onde eu e minha família residimos.

Diante disso, tornou-se importante considerar na tese as minhas experiências, a minha participação como parte ativa da situação, não apenas como pesquisadora, mas como ribeirinha que está inserida na questão problema.

Dito isso, optamos por alterar a base metodológica, o que antes seria uma etnografia decidimos conciliar com a autoetnografia, um método descrito por Ellis (2004) como possibilidade de ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal a fim de compreender a experiência cultural.

Segundo Adams et al. (2011) a autoetnografia combina características da autobiografia e da etnografia. Os autores conceituam o método ao juntarem os conceitos de autobiografia e etnografia, ao escrever uma autobiografia, um autor escreve retroativa e seletivamente sobre experiências anteriores. David Hayano (1979) usou o termo para descrever os antropólogos que conduzem e escrevem

etnografias deles mesmos e que escolhem um local ou campo (de pesquisa) para interligar ou “amarrar” uma das suas identidades ou associações de grupo.

Essa mudança foi essencial para mim. Na construção da tese, utilizar minha experiência pessoal me deixa mais confortável e segura. Ao mesmo tempo em que esta pesquisa tem me ajudado a reconstituir a minha própria história, descobrir minhas origens, reforçar a construção da minha identidade ribeirinha. Muñoz (2017) corrobora como a pesquisa autoetnográfica é um caminho de introspecção e das reflexões pessoais do autor da pesquisa autoetnográfica, o que implica o início de um itinerário introspectivo e ao mesmo tempo reflexivo, em que as experiências pessoais têm um papel decisivo para a compreensão dos fenômenos e realidades. E destaca que esta é uma jornada que proporciona consciência pessoal e autoconhecimento, por exemplo,

uma característica desta consciência pessoal e cultural emergente, à qual dissemos que o autoetnógrafo acessa numa jornada imprevisível rumo à autodescoberta, é a narratividade. O autoetnógrafo deve criar uma história, um enredo ou um argumento em que se entrelaçam fatos e experiências biográficas. (Muñoz, 2017, p.131).

As clássicas etnografias seguem sendo essenciais na construção desta tese, tais como, Evans-Pritchard (1976), Malinowski (1978). E conforme Evans- Pritchard (1976) afirma, a teoria é de suma importância para um bem sucedido trabalho de campo, pois o que se traz do estudo de campo depende muito do que se leva para ele.

Os clássicos etnógrafos acima citados fazem parte de uma geração onde as etnografias eram realizadas em longínquas ilhas isoladas habitadas por algum povo originário, Peirano (2014) em seu trabalho ‘etnografia não é método’, atualiza essa concepção,

“[...] hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (Peirano, 2014, P.379).

Cada vez mais, faz-se necessário que os próprios povos e comunidades tradicionais possam refletir e escrever sobre suas culturas e seus cotidianos em todos os espaços, mas sobretudo o acadêmico, que aos poucos tem sido ocupado por nós, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e demais populações tradicionais. É

imprescindível que o que até um tempo atrás era visto e apresentado pelas lentes de pessoas externas, hoje seja mostrado pela nossa ótica de quem constitui e vive o cotidiano de uma comunidade tradicional.

A autoetnografia é a linha de abordagem principal desta tese, entretanto outras abordagens metodológicas foram utilizadas ao longo desta pesquisa, como a memória, o que de acordo com Silva (2019), é uma perspectiva que procura compreender o modo como os indivíduos e as coletividades sociais lidam com os acontecimentos históricos com que se deparam.

Além disso, dados obtidos na pesquisa bibliográfica de teses, dissertações, livros, artigos, registros documentais foram importantes, principalmente no segundo capítulo desta tese, na construção de uma narrativa histórica sobre a formação social e econômica da população ribeirinha que não nos invisibilize.

Também, foi usado o recurso metodológico da história oral como forma de resgate das informações que não se encontram-se registradas nos documentos oficiais, ou registros históricos. Sobre isso, Pollak (1989) aponta que

“ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional”.

(Pollak, p.2, 1989)

Destaco aqui a complementariedade desses dois métodos, a história oral e as pesquisas bibliográficas e documentais, para a escrita desta tese, isto por que ao invés de fazer um recorte temporal, partimos da história oral como ponto referencial, desta forma primeiramente recolhi os depoimentos de familiares mais velhos sobre a história das ilhas, e assim verifiquei qual o ponto mais antigo da história eles chegavam, tendo esses depoimentos, a pesquisa documental se deu no sentido de seguir pistas deixadas nas declarações dos mais velhos, sobre os engenhos, por exemplo, e outros acontecimentos relatados e também para retroceder ainda mais no tempo e alcançar pontos da história que os depoimentos não alcançaram, como os aldeamentos que dão origem a Abaetetuba.

Também preciso destacar que apesar de ter havido os depoimentos mais longos e completos, como o da minha tia-avó, eles não esgotaram o uso da história oral, ao longo de todo o percurso do campo, seja na comunidade de Santo Afonso,

e principalmente quando estava com minha família nas conversas cotidianas, sempre que surgia novas declarações a cerca da história das Ilhas de Abaetetuba elas eram incluídas na tese, desta forma quero dizer que a história oral e a pesquisa bibliográfica e documental ocorreram ao longo de toda a construção da tese.

Portanto, métodos não apenas das ciências sociais foram usados nesta pesquisa, mas também das ciências biológicas, pois toda a flora identificada nesta tese se deu a partir de chaves e descrições taxonômicas, utilizando os sites especializados

Herbário	Virtual	Reflora
https://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC.do		

, Flora do Brasil (<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/consulta/>) e Trópicos Mobot (<https://www.tropicos.org/home>). As famílias botânicas foram circunscritas de acordo com o sistema de classificação proposto pela APG IV – Angiosperm Phylogeny Group IV (2016). E a pesquisa registrada no SisGen com o código A0B8779, em cumprimento ao previsto na Lei nº 13.123/2015 e seus regulamentos.

Para identificação de caças e pescado, foram utilizados estímulos visuais como descrito por Medeiros et al. (2010), apresentando fotografias para que os interlocutores identificassem e tecessem comentários a respeito de tal espécie. Para a busca das fotografias, utilizei os nomes populares descritos pelos moradores da Comunidade de Santo Afonso e, ainda, os levantamentos de fauna já realizados no município para ter espécies com maiores chances de ocorrerem na Ilha Xingu. A confirmação dos nomes científicos dos pescados foram realizados no site Fishbase (www.fishbase.org/search.php) e dos animais caçados nos sites Encyclopedia of Life (<https://eol.org/>) e Animal Diversity Web (<https://animaldiversity.org/>) do Museu de Zoologia da Universidade de Michigan.

1.2.2 Algumas observações da pesquisa de campo construída no cotidiano

O trabalho de campo desta tese não se esgota na Comunidade de Santo Afonso. Esse campo específico me possibilitou profundidade e concretude com os não humanos. Porém, sendo esta uma autoetnografia, minha vivência como ribeirinha, meu cotidiano com minha família foi parte fundamental na construção deste trabalho.

A autoetnografia me proporcionou um processo de autoconhecimento, resgate e empoderamento da minha identidade ribeirinha, mas também acarretou conflitos internos, pois havia uma sensação de que estava continuamente em trabalho de campo, mesmo em momentos de lazer com a família, não consegui desenvolver uma forma de não observar meu cotidiano sem a lente da tese.

Ao construir um trabalho que, em algum nível, tem um cunho pessoal, tive consciência de que toda minha família e aqueles com quem convivo, mesmo sem o saber, estavam fazendo parte da pesquisa, essa constatação me causou angústia ao imaginar que eles poderiam se sentir como objetos observados e não como sujeitos participantes.

Refletindo sobre o texto *Ser Afetado* de Favret-Saada (2005) tenho consciência que só tive algumas conversas ou acessei determinadas informações por ser ribeirinha de uma comunidade próxima e não por ser pesquisadora da universidade, de fato me deixar ser afetada pelo campo, pela luta da comunidade me deu a possibilidade de aprofundar e acessar sobre os encantados, por exemplo, que é um assunto mais restrito dentro da comunidade.

Ao mesmo tempo que ser ribeirinha, também, contribuiu muito nesse processo de campo em Santo Afonso, que irie apresentar em seguida. Minha adaptação a comunidade foi imediata, a convivência com a família, a alimentação, o vocabulário, os hábitos, tudo isso era muito semelhante ao que vivo na minha casa. Até mesmo o que provavelmente causaria incômodo as pessoas de fora da comunidade, como as contínuas faltas de energia elétrica, a inacessibilidade de rede de telefonia e internet, fizeram parte do meu cotidiano por muitos anos e não me traziam estranhamento.

O estranhamento é importante, muito embora houve situações, como as acima descritas, que encarei com naturalidade. Há uma necessidade na pesquisa pelo estranhamento que leva a curiosidade, já que, em uma autoetnografia onde fazemos parte do objeto de estudo, manter a curiosidade, mesmo com aquilo que parecer trivial, é essencial.

1.2.3 Primeira visita de campo

Minha primeira visita de campo, também, foi de fato meu primeiro contato com a comunidade, apesar de morar nas Ilhas de Abaetetuba, em uma comunidade a 15km

de Santo Afonso, aquela foi a primeira vez em que estive na Ilha Xingu. Neste primeiro momento conheci a casa de farinha da família de Dona Ana onde o esposo (Pedro) e o filho (José) estavam torrando farinha de tapioca.

Conversávamos quando falei sobre o TUP, na intenção de verificar o que eles sabiam até o momento sobre o assunto e o que pensavam sobre a instalação do empreendimento. Imediatamente seu Pedro apontou que a sua maior preocupação era o **Pirí**, perguntei a ele o que era o **Pirí**, ele definiu como um lago onde há o encontro de diversas nascentes de igarapés; no verão esse ambiente seca e os moradores de diversas comunidades além de Santo Afonso caçam e pescam nesse lugar.

Seu Pedro me explica ainda que o **Pirí** fica ilha adentro, não tão próximo das margens do rio e que não tem o mesmo ciclo de marés de 12h dos rios locais, e sim ciclo semestral, que será tratado de forma mais detalhada no capítulo 4. Devido à minha formação de bióloga e as leituras que já havia feito ao longo das disciplinas até aquele momento, o ambiente me chama a atenção rapidamente. Primeiro, pela descrição de Seu Pedro, essa formação de paisagem diferente e incomum principalmente em um ambiente de várzea estuarina, como das ilhas de Abaetetuba; segundo, também, apontado por Seu Pedro, a fartura de caça e pesca nesse local, e o uso coletivo.

Por fim, a preocupação de Seu Pedro com esse local - Seu Pedro me falou sobre o medo do **Pirí** desaparecer com a instalação de um porto tão próximo. O temor do desaparecimento do **Pirí** não se resume apenas ao seu Pedro. Em oficina, realizada por Nelson Bastos na comunidade de Santo Afonso, ele destacou que os moradores da comunidade

[...]construíram um conjunto de croquis do território, mostrando nas imagens tudo que se perdeu dos recursos naturais, o que se tem e o que está ameaçado pela devastação ambiental na Ilha Xingu, inclusive o lago Pirí, que pode desaparecer com a construção do TUP Abaetetuba no PAE Santo Afonso. (Bastos, 2019, P. 31).

O mapa apresentado pelo Projeto Nova Cartografia Social, que foi organizado a partir de metodologias participativas em oficinas em diversas comunidades, incluindo Santo Afonso, que apresento como figura 5, justifica o temor dos ribeirinhos em relação ao desaparecimento do lago **Pirí**, pois parte considerável dele encontra-se no terreno onde pretende-se construir o TUP.

Dona Ana, ainda me contou que o **Pirí** para além da diversidade de animais e plantas, também, é povoado por diversos seres não humanos⁷, por exemplo, a mãe do mato e que esses seres tem agência sobre a caça e a pesca naquele ambiente. Antes de deixar a comunidade, fui convidada a retornar para conhecer o **Pirí**, de acordo com seu Pedro, naquele período, janeiro, o **Pirí** estava muito cheio, o que tornava mais difícil o acesso, ficando previamente combinado um retorno em julho, verão amazônico, onde o local estaria mais seco.

Ficou bem evidente nessa primeira visita na comunidade de Santo Afonso a importância do lago **Pirí**, local definido por Bastos (2019) como um ecossistema singular na várzea da Ilha Xingu, pois representa a soberania e segurança alimentar de doze comunidades tradicionais, pois além da Comunidade de Santo Afonso, ribeirinhos de outras localidades também utilizam esse ambiente para pesca, caça e outras atividades extrativistas.

Após essa visita fiz a primeira proposta de tese, pois percebi que a ontologia ribeirinha expressas nas descrições sobre o **Pirí**, poderia ser uma das chaves para o entendimento do conflito entre a comunidade de Santo Afonso e o Porto da Cargill.

1.2.4 Segunda visita de campo

Em 2020, iniciaria meu trabalho de campo mais intenso, o que subsidiaria a qualificação do projeto de tese. Entretanto, a pandemia causada pelo Vírus SarsCov2 paralisou completamente qualquer atividade na comunidade. Nesse período, a comunidade de Santo Afonso enfrentou um alto número de casos, que culminou inclusive em mortes resultantes das sequelas deixadas pela Covid 19.

De fato, minha primeira incursão a campo só foi possível em maio de 2022, graças às vacinas. Nesses dois anos, mantive contato com a comunidade através de telefonemas, primeiramente, no intuito de saber se estavam bem na comunidade, visto que as primeiras visitas, em 2019, me possibilitaram laços de amizade com algumas famílias. Diante do contexto pandêmico, era inevitável a preocupação, mas as ligações, também, tiveram um papel fundamental de me manter conectada a

⁷ Ver DESCOLA, P. 'Beyond Nature and Culture', Proceedings of the British Academy, volume 139, pp. 137-155. © British Academy, 2006.

comunidade, de modo que meu retorno dois anos depois acontecesse de forma mais natural possível.

Foi nesses contatos telefônicos que consegui me informar e me organizar sobre a logística para chegar até a comunidade, por exemplo, em qual local fica a *freteira*⁸ que leva até a comunidade, quem é a pessoa responsável pela embarcação, detalhes que só foram possíveis por já haver um contato prévio com moradores da comunidade.

A jornada até a comunidade de Santo Afonso começa às 7:30 de uma terça-feira. Quando chego no porto do Branco, um ponto de embarque e desembarque para várias comunidades, como meu objetivo era chegar até a comunidade Santo Afonso fui até a embarcação de nome Expresso Isis Xingu, (Figura 4 A), que é a *freteira* que faz transporte de pessoas e de alguns tipos de cargas até a comunidade.

A *freteira* é uma modalidade de transporte de pessoas e carga (Figura 4 B), presente nas ilhas de Abaetetuba, principalmente para ilhas mais distantes da cidade. Estas funcionam como os ônibus na cidade, com o horário de saída da comunidade e da cidade. No caso da Expresso Isis Xingu, a saída da cidade acontece por volta das 11 horas da manhã, e da comunidade entre 3:30 e 4 horas da manhã. E com valor de passagem, que nos meus dois períodos em campo - 2019 e 2022, variou bastante, principalmente devido à alta nos valores dos combustíveis.

Em 2019 custava R\$ 15,00 ir e voltar na *freteira* e R\$8,00 caso fosse apenas uma viagem. Contudo, em 2022, custou R\$ 25,00 a ida e R\$12,00 a volta quando apenas uma viagem. Esse alto custo de deslocamento faz com que as idas até a cidade sejam planejadas com antecedência e sempre com objetivo de resolver o máximo de demandas possível em apenas um dia.

⁸ Palavras regionais estão em itálico e seu significado está melhor detalhado no glossário na página 174.

Figura 4 - *Freteira* para o Rio Xingu. A - Expresso Isis Xingu ancorada no porto do Branco em Abaetetuba; B - Cargas diversas e as pessoas conversando no interior da *freteira* Expresso Isis.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Este é um espaço de intensa interação social. Pelo alto número de pessoas da comunidade entre moradores e ex-moradores, que circulam na embarcação, presenciei muitas trocas nesse espaço. É na *freteira* que as pessoas conversam sobre o cotidiano, quem está doente, se houve melhora, a pessoa que teve bebê, ou a que está levando o bebê para consulta. Por exemplo, em um dos períodos de campo, Dona Ana esteve doente e era na *freteira* que os vizinhos se informavam sobre o estado de saúde dela, quando os familiares, que haviam vindo visitá-la na cidade, estavam retornando para a comunidade.

A intensa circulação de pessoas na *freteira* se dá devido a embarcação chegar por volta das 6 horas da manhã na cidade e lá fica até a hora da saída às 11 horas. Nesse período em que fica atracada, as pessoas vêm até a rabeta deixar compras, deixar os parentes que irão para comunidade, mandar encomendas para a comunidade e, até mesmo, se encontrar para tratar de algum assunto.

Após às 10h da manhã, as pessoas foram chegando ao Expresso Isis. Antes disso, durante todo o período que permaneci na embarcação, houve um intenso fluxo de pessoas, deixando mercadoria, muitas delas seguiram viagem conosco, algumas apenas mandaram encomendas para alguém da comunidade.

Meu primeiro período de campo na comunidade, optei por ir na *freteira*. Assim, poderia conhecer mais gente da comunidade, entender a dinâmica cotidiana e assim

fiz. Porém, por não saber os horários, cheguei às 7:30 na embarcação e lá fiquei até a saída às 11 horas, foi bom chegar bem cedo porque pude acompanhar toda essa circulação de pessoas.

Da cidade até a entrada da comunidade Santo Afonso é 1 hora percorrida. Porém, ao chegar na comunidade vão deixando as pessoas de casa em casa e com isso são mais 1 hora rio a dentro. Saímos da cidade às 11h07min, fizemos uma rápida parada para abastecer e seguimos rumo à Baía do Capim. A viagem é cansativa, principalmente, para quem veio de madrugada da comunidade, logo iniciam os cochilos e os olhos cansados não resistem ao barulho e ao balançar ritmado da embarcação.

A primeira parada da embarcação foi no Rio Caripetuba, uma comunidade antes da entrada de Santo Afonso. Chegamos ao nosso destino ao meio dia. Porém, a primeira família que me acolheu foi o último encoste, ou seja, a última parada daquele dia, por volta de 12:40. Descemos na ponte coberta pela água da maré alta, somos recebidos pelo neto e filho dos donos da casa. Na casa, o almoço já estava na mesa, havia camarão e açaí do nosso que é como chamamos o açaí que é apanhado no quintal da família.

A comunidade Santo Afonso é uma das 64 comunidades presentes nas 72 ilhas de Abaetetuba, havendo, portanto, uma identidade ribeirinha que apresenta uma pluralidade de atividades religiosas, econômicas e culturais. Destaco que a comunidade de Santo Afonso é a organização local, para acesso à reforma agrária e demais políticas públicas, a comunidade foi dividida pelo INCRA em dois assentamentos diferentes, visto que esse órgão utilizou a definição geográfica de ilha, que não condiz com a divisão das comunidades. Dessa forma, a comunidade utiliza a organização de PAE apenas para o diálogo externo, mas no cotidiano utilizam a organização que existia antes da implementação do PAE, conforme pode ser observado na fala de Dona Ana,

“na vida em comunidade somos um só, essa divisão é só nos projetos do Incra, pois o que vem pra cá [referindo-se à margem do rio que está dentro PAE Santo Afonso] pode ir pra lá [referindo-se à margem do rio que está dentro do PAE Caripetuba], e na situação da Cargill, lutamos uma luta só, estamos unidos”.

Por isso estarei utilizando a organização da comunidade.

Nesse primeiro período em campo, tive contato com parte de meus interlocutores como pessoas-chave para a elaboração desta tese, pois compartilharam comigo seus conhecimentos, práticas e vivências de forma muito solícita.

Nesta tese, tive 10 interlocutores principais, seis mulheres e quatro homens, mas ao longo da convivência informações registradas em conversas cotidianas, não necessariamente com a presença dos interlocutores principais, também deram subsídio para esta pesquisa.

Sobre os interlocutores homens, todos são pescadores em exercício ou já aposentados, sendo alguns deles especialista em pesca e caça no Pirí. Já, sobre as mulheres, mesmo declarando-se donas de casa, todas realizam atividades na agricultura e no extrativismo do açaí. Vale destacar que devido à realização de pluriatividades produtivas, marca registrada das comunidades tradicionais, nenhum dos interlocutores realiza apenas uma atividade produtiva. Na verdade, há uma atividade principal em determinado período do ano que a pessoa exerce, mas realiza outras ao longo do ano.

Dona Ana é a primeira interlocutora a que tenho acesso nesta pesquisa, indicada como liderança nos movimentos sociais da comunidade e foi apresentada pelo presidente do MORIVA, como a pessoa que tem amplo conhecimento e participação na história e nas lutas na comunidade de Santo Afonso.

De fato, eu defino Dona Ana como um patrimônio de Santo Afonso, uma mulher com uma extensa carreira na área da saúde, inclusive ajudando centenas de outras a trazerem seus filhos ao mundo. Sempre estive nas lutas por direitos da comunidade de Santo Afonso, como na construção do prédio escolar, do posto de saúde, do PAE Santo Afonso e, mais recentemente, participação ativa na construção do Protocolo de Consulta. Mas não se limita a isso, ela foi a primeira pessoa a me falar sobre as entidades do Pirí, tem uma visão muito aguçada da conexão desses seres com a natureza e com o cotidiano da comunidade. Foram a partir das longas conversas com Dona Ana, enquanto auxiliava nos afazeres domésticos, que ela ia me descrevendo a agência dos encantados, seus gostos, as penalidades e a necessidade do respeito para o convívio harmonioso.

Conhecer Dona Ana é conhecer, automaticamente, Seu Pedro são companheiros de vida há mais de 50 anos. Diferente dela, ele não é um homem

envolvido nos movimentos sociais, mais recluso, mas que muito me ensinou sobre o trabalho com a terra, pescador desde jovem, hoje tem na roça de mandioca sua principal atividade, um homem inquieto na busca de criação de tecnologias que auxilie no trabalho com a mandioca, usando *catitu* movido a motor de rabudo, prensa ao invés de tipiti. Mas, Seu Pedro me marcou por ser o primeiro a me falar e me apresentar o Pirí, através dos olhos dele tenho a primeira dimensão da riqueza que é não só esse ambiente, como toda a comunidade de Santo Afonso.

Seu Pedro e Dona Ana são quem pavimentam minha primeira proposta de tese, são as pessoas que me instigam apenas pela oralidade a necessidade de conhecer mais sobre os encantados. É na conversa com os dois que me acende a primeira faísca de que Santo Afonso abriga uma outra forma de ver a natureza e que isso lhe possibilita acessar outros seres e que estes têm interferência no cotidiano da comunidade.

Dona Carmem trabalha com a Dona Ana auxiliando nos serviços domésticos, as duas são primas. Embora receba um valor ao final do mês, e chamando Dona Ana de madrinha, enxergo ali uma relação fraternal, há uma convivência de irmãs que está além de uma relação de emprego. Então, no cotidiano da casa de Dona Ana, era inevitável as longas conversas com Dona Carmem, uma mulher simples, aposentada como lavradora, mas que ainda planta sua roça, faz a farinha, maneja seu açaí. Foi dela que escutei as mais detalhadas histórias sobre o curupira, como se manifesta e quais as táticas para fugir dele.

Em conversa com Dona Ana, foi possível expor alguns assuntos que me interessavam compreender de forma mais aprofundada, mas sem apontar objetivos e hipóteses desta pesquisa, a fim de não “contaminar” futuras conversas nossas, considerando que Berreman (1975) descreve que devemos deixar clara nossas intenções, mas é desnecessário e metodologicamente incorreto explicitar as hipóteses específicas aos interlocutores, pois pode dificultar a possibilidade de obter inúmeras informações essenciais ao objetivo principal, além de que os interlocutores podem querer gerar as impressões esperadas.

Desta forma, ela me apresentou mais duas pessoas: Seu Antônio e Seu Fernando, ambos pescadores aposentados que, também, desempenhavam atividades relacionadas a caça e ao extrativismo do açaí. Os dois me foram

apresentados como especialistas em pesca e caça no Pirí. Com eles, houveram contatos pontuais, como visitas. Estes dois homens me apresentaram visões muito semelhantes e ao mesmo tempo únicas sobre os encantados do Pirí e suas agências, com visões muito sensíveis e compreensões até mesmo bem sofisticadas sobre como o empreendimento e a comunidade veem o mesmo espaço de óticas completamente diferente e a interferência disso no que cada um consegue enxergar.

Com todas essas pessoas mantive contato no meu primeiro período em campo que ocorreu em maio de 2022. Nesse mesmo período, conheci Joana, que também é ligada aos movimentos sociais na comunidade, mantive contato com ela que morava na parte mais de várzea da comunidade.

1.2.5 Terceira visita de campo

Eu já havia planejado um retorno a campo no verão, por volta do mês de setembro na tentativa de coincidir com uma visita ao Pirí na seca, mas também de conhecer a dinâmica da comunidade nas diferentes estações do ano. Entretanto, Dona Ana, que havia me acolhido anteriormente, passava por problemas de saúde e não estava na comunidade. Então, entrei em contato com a Joana, buscando uma outra família para me acolher, ela me ofereceu a casa de Dona Lúcia. Esse segundo momento em outra família foi oportuno para conhecer a vivência das famílias que estão nas áreas mais baixas da comunidade.

Joana me apresentou Dona Lúcia, Telma e Maria. São todas da mesma família, vivem próximas umas das outras e sempre estavam na casa de Dona Lúcia, já que curiosamente compartilhavam a mesma máquina de lavar. Então, sempre havia boas conversas enquanto lavavam suas roupas. Todas elas têm um contato especial com o artesanato de cuia e de produção de *raza*, este último pude acompanhar enquanto estive em campo. Devo destacar que a pesca e o extrativismo do açaí, também, são atividades que fazem parte da vida delas. Com essas mulheres, pude ter uma visão do cotidiano da comunidade, das divisões de atividade por gênero e pelas estações.

Também, Joana me apresentou seu João, um jovem pescador, mas de muita experiência quando o assunto é o Pirí. Ele, Seu Fernando e Seu Antônio são especialistas em pesca e caça no Pirí. João frequenta o Pirí desde a infância, quando morava na Comunidade de Urubuêua, ele me contou que era comum vir com o pai, tios e irmãos pescar e caçar no Pirí. Seu João é um homem simples, mas que carrega

muito conhecimento e respeito pelo Pirí, foi ele quem me levou em minha segunda incursão ao lago, ele caminha por aquele lugar como se andasse por asfalto, conhece cada lago, cada ponto de caça e teve a generosidade de dividir parte disso comigo.

Esse período de campo compreendeu os meses de agosto a outubro. A estadia na área mais de várzea da comunidade me possibilitou acompanhar um outro cotidiano da comunidade bem como estar na comunidade no período do verão onde as atividades produtivas se voltam para o açaí.

1.2.6 Caminhos até o Pirí

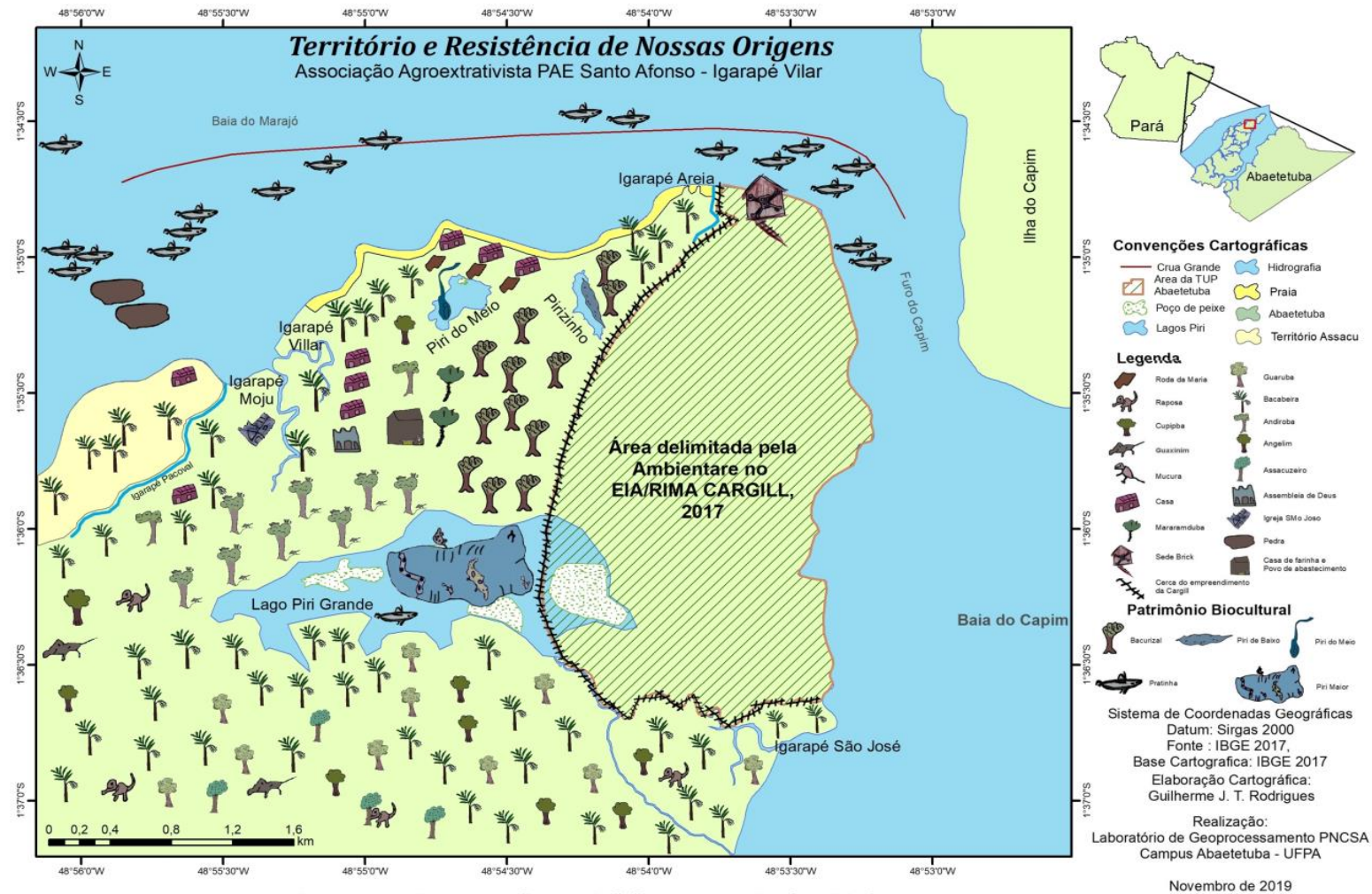
Conforme mencionado, a minha primeira viagem ao Pirí foi em julho de 2019. São mais de 2 km de caminhada longa e cansativa desde a residência do Seu Pedro. Inicialmente, é um caminho limpo, depois de mais ou menos 1 km iniciamos a caminhada por mata fechada, com muitas trepadeiras, o que dificulta muito o acesso.

Nesse caminho seu Pedro apresenta alguns pontos bem marcantes na trilha: uma casa de farinha, muito depois da roça dele, com mais de 200 anos, que é um ponto de descanso. Antigamente, eram comuns as roças e as casas de forno próximas ao Pirí para facilitar o acesso a água, uma vez que não havia eletricidade para bombear a água do rio para quem vai caçar ou pescar no Pirí; o “rêgo da Tia Lourdes”, que é um poço bem fundo de águas cristalinas, que dista 500 metros até o Pirí.

Existem três Pirís, relativamente próximos entre si: Pirí Grande, Pirizinho e Pirí do meio⁹ (Figura 5). O Pirí grande, que visitei, localmente chamado de lago, mesmo que geograficamente não se enquadre no conceito de depressão de formação natural, pois trata-se de um ambiente plano e alagado, onde há o encontro de diversas nascentes de igarapés da Ilha Xingu. Os demais não tive a oportunidade de visitá-los.

⁹No cotidiano refere-se apenas como “Pirí” para os três pirís – Grande, Pirizinho e do Meio, e pelo contexto entende-se de qual está se tratando. Vale ressaltar ainda que apenas o Pirí grande não seca completamente, os demais, Pirizinho e Pirí do meio ficam totalmente secos no verão.

Figura 5 - Pirí: Pirí do meio, Pirizinho e Lago Pirí grande, sobreposição do terreno do TUP no Pirí grande.



Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)

Fonte: Projeto Nova Cartografia, 2019

Apesar de ter ido, em 2019 em julho, no começo do período do verão amazônico, o Pirí estava iniciando sua seca que só ocorre, por completo, entre os meses de setembro e outubro. O primeiro contato é impactante, é desafiador traduzir tamanha grandeza em palavras, há uma energia diferente e sagrada naquele lugar. Entretanto, nesse primeiro momento não consigo explorar tanto o local, pois a água está muito alta, chega à altura dos meus joelhos, que torna a locomoção a pé muito difícil.

Diante disso, decidi voltar para o local durante a seca completa, que só foi possível após dois anos de pandemia, retornei em 2022. Em agosto enquanto estive em campo, fiz uma primeira tentativa de ir até lá, mas Seu João me informou que ainda não estava seco e que a partir de setembro seria o ideal, e assim voltei na primeira semana de outubro para ir até o Pirí Dessa vez, acompanhada pelo Seu João e pela Joana. Tomamos um caminho diferente dessa vez, ainda com uma distância média semelhante do caminho de 2019, mas agora passamos por mais roças e casas, já que, devido ao período de verão, o caminho estava mais seco. Seu João me falou que este é um caminho mais utilizado, principalmente, por ser mais próximo da entrada do rio.

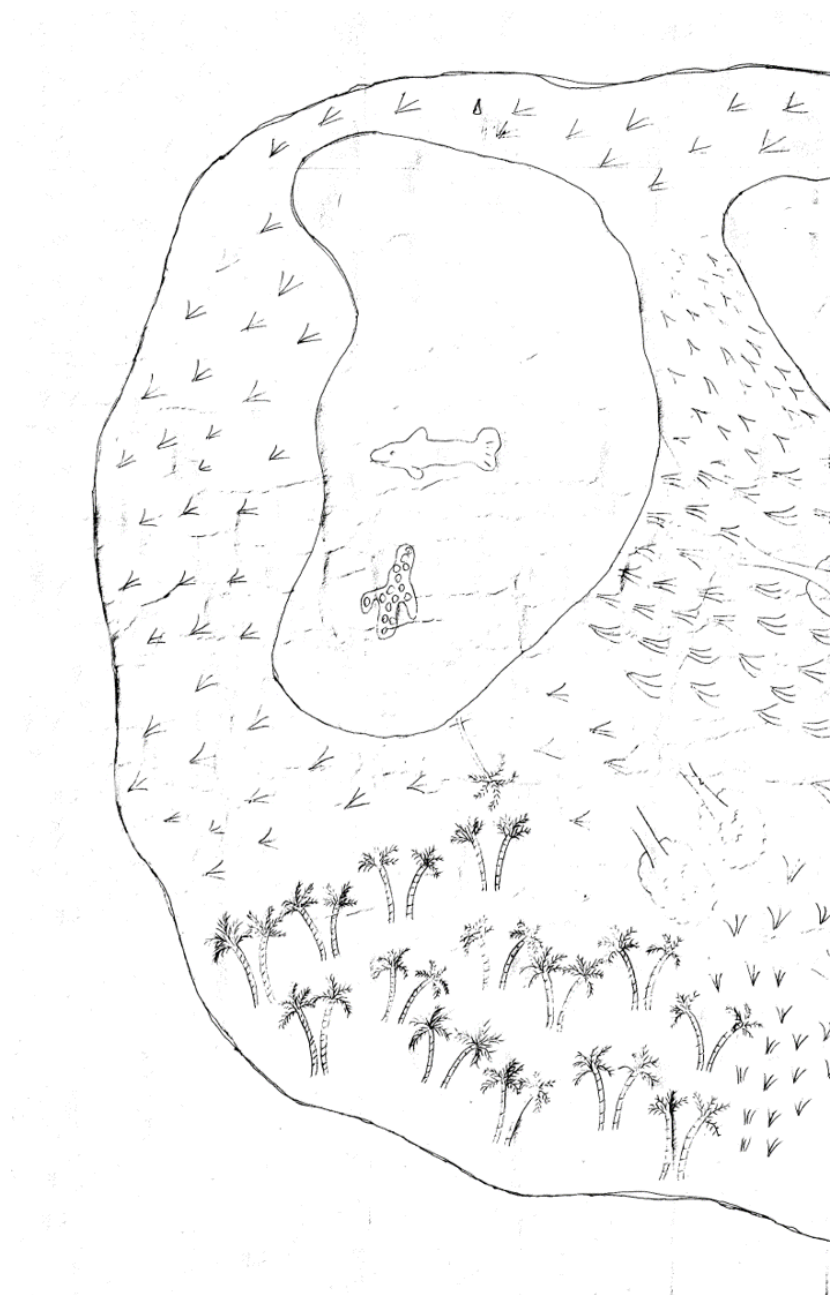
Assim como na trilha que percorri da primeira vez que visitei o Pirí, essa também tem ponto de referência como um campo natural com característica de vegetação de restinga que se forma e marca a metade do caminho e uma casa de farinha que fica a meio quilômetro do Pirí.

Quando chegamos ao Pirí, nesse segundo momento, fiquei novamente atônita, minha primeira visão é um jardim natural de flores laranjas, são helicônias, que florescem no verão. Esse não parece o mesmo lugar que visitei dois anos antes, a paisagem muda completamente, paira um silêncio e ouço apenas os sons da natureza o cantar dos pássaros e do guariba.

Todos esses caminhos me possibilitaram conhecer melhor a comunidade de Santo Afonso, as pessoas que constroem o cotidiano dessa comunidade e que se mobilizam a fim de garantirem a manutenção dos seus modos de vida tradicional bem como o direito de existirem, mas não só apenas os seres visíveis, mas também todos os seres imateriais presente na comunidade. No próximo capítulo, me proponho apresentar a comunidade de Santo Afonso, a partir da minha ótica construída ao longo

da convivência na comunidade, bem como a construção histórica da resistência ribeirinha.

CAPÍTULO 2: “*Sempre teve gente morando aqui*”: Santo Afonso a comunidade que se mobiliza em defesa do Pirí



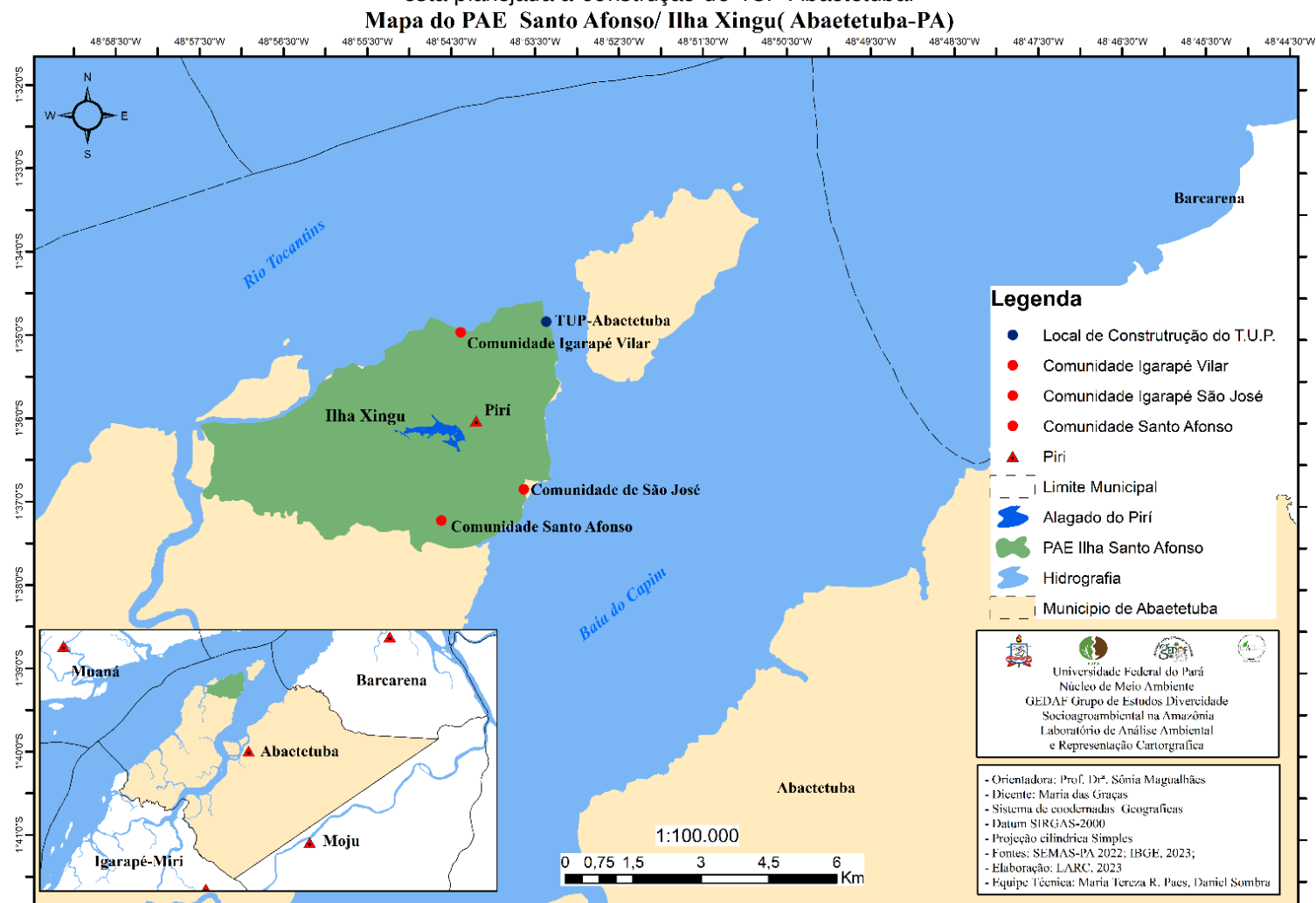
2.1 - A comunidade de Santo Afonso

“Isso aqui é a nossa riqueza, é aqui que meus netos irão morar”, essa frase foi dita por seu Pedro, quando eu perguntei qual a motivação da luta da comunidade contra a construção do TUP. A riqueza a que Seu Pedro se refere, não é monetária, é a manutenção da vida em um território que possibilitou e segue possibilitando a reprodução de um modo de vida tradicional, o ribeirão.

Conforme mencionado, Santo Afonso é uma comunidade ribeirinha que compõe o PAE Santo Afonso (Figura 6), juntamente, com as comunidades Igarapé São José e Igarapé Villar, na Ilha Xingu. Essa ilha está a nordeste do município de Abaetetuba, a cerca de 10 km, separados pela Baía do Capim.

Esta é uma comunidade com cerca de 280 famílias que trilham seu cotidiano às margens do rio Xingu, como é chamado esse braço do Rio Tocantins. Há uma intensa ligação não apenas do uso do rio como recurso, de onde se retira o alimento, mas o rio é uma entidade que rege as vidas, desde as marés que determinam a hora e o lugar da pesca, até o profundo respeito pelas águas que são entendidas como uma poderosa força da natureza.

Figura 6 - Mapa do PAE Santo Afonso: Comunidades de Igarapé São José, Igarapé Vilar e Santo Afonso, e também o Piri e o terreno onde está planejada a construção do TUP Abaetetuba.



Fonte: LARC – Laboratório de Representação Geográfica e Geoprocessamento, NUMA/UFPA, 2023

As construções ribeirinhas são a representação dessa conexão com as águas, as casas são construídas, dependendo da localização, suspensas do solo à pelo menos 1, 50 m, devido as recorrentes enchentes que ocorrem até hoje. Até meados do século XX, a estrutura eram paredes de miriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), o piso de paxiúba – tronco da palmeira de açaí cortado longitudinalmente e o teto coberto com palha, essas habitações tinham que ser reconstruídas a cada cinco anos pois os materiais utilizados não eram duráveis.

Nos registros do médico Júlio Paternostro, em sua viagem ao Rio Tocantins, entre 1934 – 1935, que tinha como objetivo oficial conhecer a distribuição da imunidade da febre amarela, foram realizados importantes registros dos habitantes, seus modos de vida, economia etc. dos locais por onde passou. A caminho de Cametá passa pelo município de Abaeté e registrou (Figura 7), as casas de paxiúba, como chamamos, e as descreveu:

Encontrei, na beira do rio, uma habitação de 200 em 200 metros, aproximadamente. Tais habitações pertencem ao reino das palmeiras: teto, parede, soalho, feitos de talos e folhas. Geralmente, uma tora de buriti serve de acesso à única porta, impedindo que os moradores se atolem na terra fofa da vazante, a qual a circunda.

(PATERNOSTRO, 1945, p. 69)

A não utilização de outros materiais mais resistentes como madeira, por exemplo, se deve inicialmente à ausência de serraria no município, e, posteriormente, pelas famílias serem muito numerosas, de modo a ser necessário muito tempo de trabalho para prover alimentação e não restando tempo e, na maioria das vezes, nem recurso financeiro para comprar madeira para a construção de uma casa mais duradoura. Além disso, era comum morar mais de uma família na mesma casa, levando não somente a divisão de todos os recursos, mas também estreitando os laços entre elas.

Figura 7 - Ilustração de Júlio Paternostro das casas tradicionais do Baixo Tocantins, chamada de casas de marés.



Fonte: Paternostro, 1945.

A ilustração de Paternostro revela um fenômeno que, ainda hoje, se mantém na comunidade de Santo Afonso e em todas as Ilhas de Abaetetuba, que é uma simbiose da paisagem das ilhas, entre pessoas, água e floresta, sendo as casas (Figura 8) a sua maior representação, geralmente construídas de madeiras, por mestres carpinteiros tradicionais, que sabem a que altura deve ficar suspensa para evitar os alagamentos.

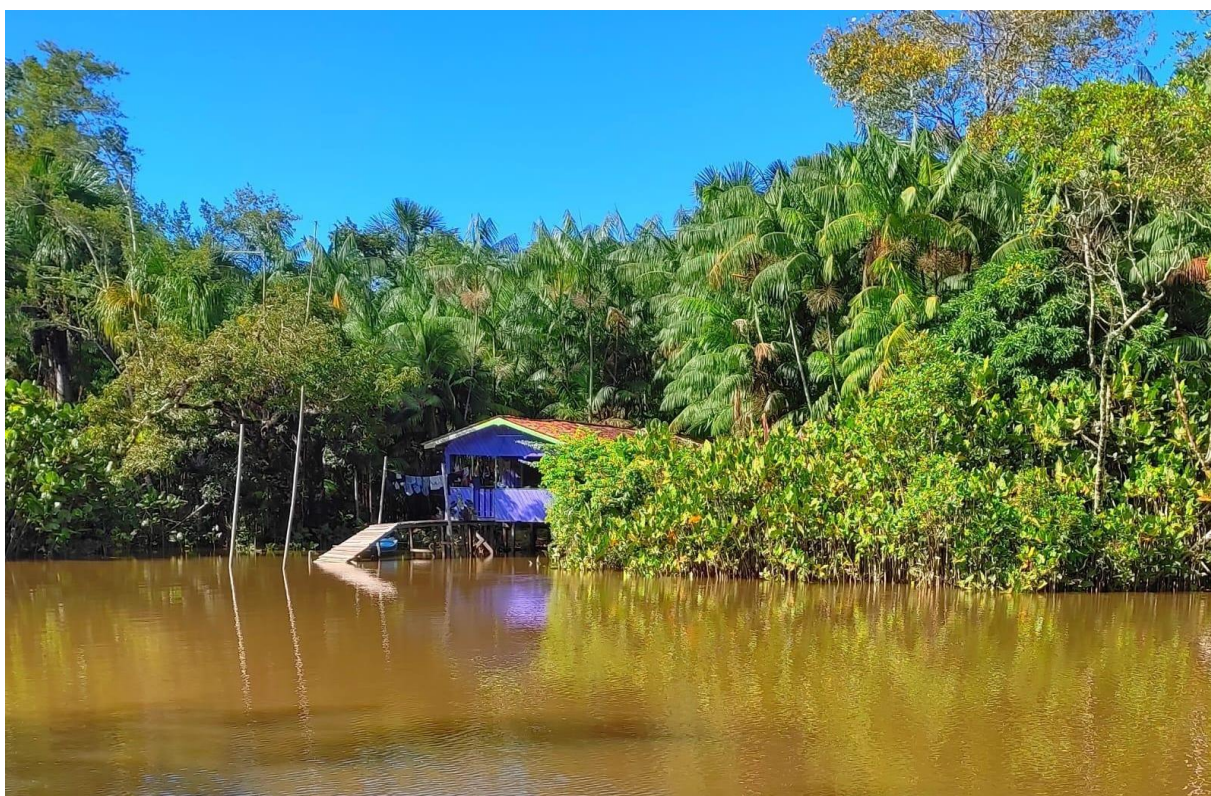
Para além disso as cores vibrantes que contrastam com o verde da mata e o marrom da água barrenta dos rios, destacam as casas com se estas fossem enfeites da paisagem, as *tacaniças* o primeiro cômodo da casa, formam bonitos padrões entalhados no *varandio*, completados pelos belos enfeites que compõe as paredes da sala a cozinha, são fotografias de família, artesanatos coloridos, imagens e gravuras de santos e as panelas reluzentes nas cozinhas.

Extensas pontes ligam as casas às *malocas*, chamamos de trapiche, podem ser ou não cobertos e normalmente seguem o padrão de pintura das casas. As *malocas* nas margens do rio estão presente em quase todas as residências são uma espécie de casa de madeira, com varanda de mesmo material, coberta com telhas de

argila ou amianto, algumas já com bancos, pois este é sem dúvida um dos espaços de maior interação nas casas da comunidade Santo Afonso, ou seja, é o local em que a família se reúne para conversar entre ela e com as visitas, aproveitando a paisagem e a brisa. Destaco que muito do que está escrito nesta tese são frutos de longas conversas nas malocas de Santo Afonso na margem do Rio Xingu.

Esse complexo de arquitetura tradicional e ancestral inicia com a *maloca* (Figura 9) que está diretamente conectada à água, segue pelo trapiche que liga o rio à casa, que está assentada sobre a terra, e todo esse conjunto, por vezes, está completamente sobre as águas ou está completamente sobre a terra. Logo, toda a construção ribeirinha abaetetubense carrega a premissa básica de se adaptar a esse movimento contínuo e diário das marés.

Figura 8 - A simbiose da paisagem de Santa Afonso



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

A importância do rio e suas águas é inegável, é a principal via de locomoção, é local de encontro, é fonte de alimento e vida. E isso é contemplado no cotidiano das comunidades, no banho de rio, na conversa de final da tarde na ponte, na rede de pesca colocada e no peixe capturado que serve de alimento para a família. É importante destacar que essa não é uma realidade exclusiva de Santo Afonso, pois a estreita relação com o rio é comum a todas as comunidades das ilhas de Abaetetuba.

Figura 9 - As *malocas* da Comunidade Santo Afonso. A - A interação social na maloca; B - Trapiche que liga a maloca a casa; C - Vista geral de uma maloca.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A comunidade apresenta duas dinâmicas definidas pela paisagem: a terra firme e a várzea. Eu pude acompanhar as duas durante o trabalho de campo, pois fui acolhida por duas famílias diferentes, cada uma vivendo em uma dessas dinâmicas. É bem interessante observar que, mesmo se tratando de uma só comunidade essa diferença de várzea e terra firme, altera hábitos familiares, horários e atividades econômicas. Entretanto, devo destacar que os ribeirinhos conseguem fluir muito bem nos dois ambientes, mantendo relações distintas com a várzea e a terra firme¹⁰.

A alimentação é uma das formas em que se evidenciam as diferenças e as semelhanças dessas duas dinâmicas em Santo Afonso. Por exemplo, na terra firme, a carne de caça é a proteína mais presente no cardápio diário das famílias, enquanto que, na área de várzea, o consumo de peixe era quase que diário. Porém, o açaí é unanimidade para na alimentação tradicional ribeirinha, já que o fruto substitui o feijão, portanto, a configuração do prato mais comum é uma proteína (carne de caça, peixe etc.), arroz ou macarrão, açaí e farinha. Independente da dinâmica do ambiente, ele está todos os dias na mesa dos ribeirinhos de Santo Afonso, sendo a máquina de bater açaí figura um eletrodoméstico comum nas cozinhas ribeirinhas.

O alto consumo de pescado e baixo de carne vermelha denota um hábito tradicional das Ilhas de Abaetetuba que ainda se mantém em Santo Afonso. Até meados do século XX, pouco se caçava nas ilhas de Abaetetuba devido à ausência e, posterior, custo elevado das armas de fogo. Nesse sentido, a alimentação era, basicamente, composta por pescado e mariscos, além das frutas. A carne vermelha (de gado bovino) era, raramente, consumida, pois custava valores elevados.

A dinâmica produtiva da terra firme se caracteriza pelas roças, produção de farinha e quintal agroflorestal com uma variedade de produtos, como: criação de pequenos animais, frutíferas e hortaliças, mesclado com essências florestais. Alguns espaços são ambientes de intensas relações sociais, como a casa de farinha e a maloca, conforme mencionado. A casa de farinha, onde produzem a farinha, o tucupí, a goma e a farinha de tapioca, fica logo atrás da residência da família.

¹⁰ Ver Do Amaral (2018), a dissertação “Várzea ou terra firme? a (re) produção do sistema família-estabelecimento na microbacia do Aricurá - Cametá – Pará”, apresenta diferentes sociais, produtivas e com a natureza das comunidades tradicionais nos ambientes de várzea e terra firme.

Então, é de fácil acesso, mesmo para aqueles que não realizam atividades produtivas, como crianças e mulheres, visto que uma das famílias que me acolheram a produção da farinha é essencialmente masculina, porém as pessoas circulam e conversam nesse espaço, principalmente, na hora do lanche que ocorrem às 10h e às 15h, quando sempre é servido algum tipo de mingau.

A produção de farinha e o trabalho na roça mesmo sendo uma produção de base familiar, nem sempre tem pessoal suficiente. Então, a depender da demanda de trabalho, são contratadas outras pessoas da comunidade para trabalharem por diárias de R\$50,00. Enquanto, estive com a família de Dona Ana, por exemplo, trabalhavam em média de duas a três pessoas com pagamento de diárias.

Na área de várzea, há uma relação muito maior com a água do que com a mata, começando pelos principais produtos da família que são a pesca e o açaí. Com isso, geralmente, os horários de trabalho são pela manhã, até as 10h, e a tarde, a partir das 16h. Diferentemente da dinâmica da terra firme onde iniciam às 7h e só retornam pra casa às 17h. O açaí é apanhado pela manhã e a pesca, normalmente, no início da manhã e no final da tarde.

Várzea e terra firme se conectam não só nos espaços de intensas relações sociais, como a freiteira já mencionada, mas também por meio das trocas de presente e do comércio interno de seus produtos. Seja na várzea, seja na terra firme, nem toda a produção é comercializada.

Por exemplo, na entressafra do açaí, que acontece no inverno amazônico, é priorizado o consumo familiar, a melhor farinha, e tudo aquilo que é produzido, caçado ou pescado em menor escala ou ainda de qualidade superior é, preferencialmente, consumido pela família ou oferecido como presente aos vizinhos e parentes, como forma de demonstrar carinho e o ato de lembrar que a pessoa aprecia determinada espécie de peixe, caça ou vegetal.

Santo Afonso é uma comunidade que mantém as atividades produtivas ao longo dos séculos. Pela ausência de ciclos produtivos exploratórios, por exemplo, os engenhos de cana de açúcar, comuns em outras ilhas¹¹, a pesca, em suas mais

¹¹ Ver ANDERSON, S. D. Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENA, P. ; OLIVEIRA, A. E. de. (Org). Amazônia : a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. P. 101-121.

diversas modalidades, a agricultura familiar (principalmente as roças) e o extrativismo foram e seguem sendo os principais meios de reprodução social e econômica nessa comunidade.

Essas atividades produtivas são realizadas, tradicionalmente, nas Ilhas de Abaetetuba. Antes mesmo da chegada da cana de açúcar roçado de arroz – nas áreas da várzea; a roça de mandioca e macaxeira – nas áreas de terra firme, eram amplamente realizados. Esses plantios podiam ser de ribeirinhos que pagavam famílias vizinhas para cuidar e colher, e, posteriormente, poderiam ficar com parte da produção como pagamento ou, ainda, eram roças compartilhadas com amigos e/ou parentes onde todas as etapas eram realizadas conjuntamente bem como a produção era dividida igualmente entre todos.

A conexão intra e inter várzea e terra firme é observada no ato presentear pessoas queridas, vizinhos ou familiares, com produtos da agricultura, extrativismo ou da pesca. Em todo meu convívio na comunidade era comum quando iam visitar alguém, levarem limão, ovos, frutas, etc. e retornar, da casa da família visitada, com presentes, também, como: camarão, peixe, etc. Ainda acontece de amigos de outras comunidades, quando colhem alguma fruta pescam ou caçam algo especial, levarem como presentes para pessoas de Santo Afonso. Exemplifico com o pescado, uma das famílias que me acolheram, por vezes amigos da Ilha do Capim, levaram como presente peixes como Tucunaré ou Dourada.

Há uma grande rotatividade de produtos entre as comunidades próximas. É bem comum o comércio entre a comunidade de Santo Afonso e as comunidades do Capim, São José, Igarapé Vilar, Urubueua e Bom Remédio inclusive indo vender diretamente na comunidade parando de porto em porto.

Essa autossuficiência produtiva bem como o comércio com as comunidades próximas, foram muito mais importantes durante a pandemia de COVID-19, pois manteve as pessoas da comunidade em casa, praticamente, sem a necessidade de ir para a cidade, exceto para atendimentos de saúde ou acesso ao banco.

Toda essa relação com a produção, a troca de presentes e o comércio se assemelham ao *Potlatch*, registrado sobretudo por Mauss (2003) e Malinowski (1978), que são trocas não só de bens materiais e úteis, mas também de afeto e amabilidade, onde o mercado é apenas um momento em todo esse ritual.

Como já mencionado, as trocas de presente e o comércio inter-ilhas constituem uma forma de conexão entre as pessoas., já que há trocas daquilo que é produzido e coletado na terra firme e na várzea, principalmente, aquilo que só pode ser encontrado no ambiente específico.

Por exemplo, em uma das visitas que fizemos a um dos interlocutores, que mora na várzea, Dona Ana havia levado limão de presente para a pessoa visitada. Essa fruta, embora possa ser plantada na várzea, é mais abundante nos quintais da terra firme e ela foi presenteada com camarão frito, uma vez que a pesca é mais habitual por quem vive na várzea.

O comércio intra e inter ilhas, também, segue essa conexão, uma vez que a venda de farinha de mandioca e demais subprodutos da macaxeira e da mandioca são comprados principalmente pelos moradores da várzea, que não moram em ambiente propício para plantio de roça. Em contrapartida, os moradores da terra firme comercializam mais intensivamente o pescado, por exemplo.

Essas relações comerciais não são baseadas em relações capitalistas. Há apenas a utilização do dinheiro, mas sem a busca pela acumulação ou lucro. Um exemplo aconteceu em um domingo, quando voltávamos da celebração dominical da igreja católica.

Ao retornarmos, avistamos um pescador da comunidade do Igarapé Villar, com seu “*rabudinho*” carregado de Sardas (Figura 10), ele estava vendendo, paramos nossa embarcação ao lado para comprar os pescados, entretanto dois fatos nesse comércio me chamaram a atenção: o primeiro, o preço, custava apenas R\$ 5,00 reais o quilo (kg), muito abaixo do que é comercializado na cidade; e segundo, ele não usava balança, sequer tinha uma na embarcação, apenas colocava o peixe na sacola e inferia que ali havia um kg de Sarda.

No livro “O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul”, Taussig aponta sobre a indiferença das sociedades camponesas ao capital e seus ganhos econômicos e como isso as difere da sociedade capitalista.

“O camponês utiliza dinheiro - e não capital - e vende para comprar, enquanto o capitalista usa dinheiro como capital para comprar e depois vender com a geração de lucro que ele adicionará ao capital, repetindo o circuito em uma escala sempre crescente, até que o empreendimento morra. O produtor camponês vive em um sistema cujo objetivo é a satisfação de uma variedade de necessidades definidas de maneira qualitativa; por sua vez, o capitalista e

o sistema capitalista possuem como objetivo a acumulação ilimitada de capital”.

(Taussig, 2010, p. 53)

Figura 10 - Embarcação comercializando Sarda na Comunidade de Santo Afonso



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A diversidade de alimentos e de produtos, que as atividades de pesca, agricultura e extrativismo geram na comunidade, abastece as famílias ao longo de todo o ano, garante uma autossuficiência que reduz, consideravelmente, a compra de itens na cidade. Inclui algumas famílias produzem apenas para o consumo próprio a farinha de mandioca. Logo, apenas uma família da comunidade comercializa, ou seja, várias produzem apenas para o consumo familiar.

A mandioca é uma daquelas cultivares que reflete toda a sofisticação dos agricultores ribeirinhos por meio da domesticação e criação de variedades que são verdadeiros patrimônios genéticos familiares. Por exemplo, Seu Pedro cultivava três variedades de mandioca (Pescada, Mirití e Tuíra) e duas de macaxeira (Branca e Amarela) ambas domesticadas em sua família, repassada a ele por sua avó que já

havia recebido dos pais, ou seja, uma variedade de saberes que passa de geração em geração.

No livro organizado por Velthem e Emperaire *et al.* (2016), “Manivas, Aturás, Beijus: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro -Patrimônio Cultural do Brasil” destacam como as variedades de manivas circulam primeiramente entre a família e constituem um patrimônio transmitido de uma geração para outra, além do que definem essa domesticação da mandioca brava e criação de variedades como uma forma de manejo da diversidade única em todo o Brasil.

2.1.1 O inverno e o verão na Comunidade Santo Afonso

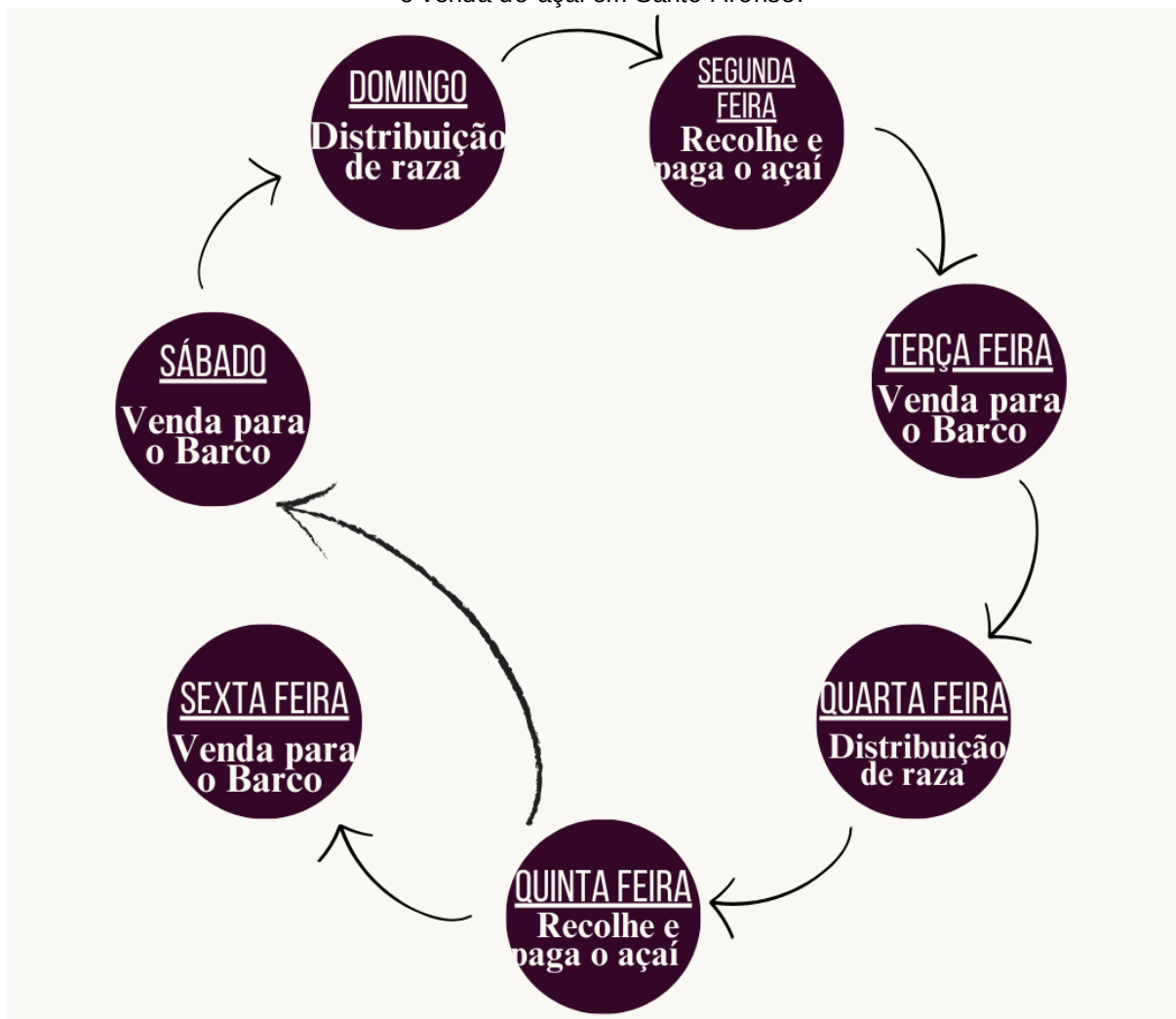
As estações do ano são importantes na definição da produção de cada período. No verão amazônico, que acontece entre os meses de maio a outubro, o açaí é a grande produção, independente se estamos na área de várzea ou de terra firme, pois este é o produto de principal rentabilidade econômica.

O açaí é um dos poucos produtos que é vendido em grandes quantidades para a cidade. No caso de Santo Afonso é vendido em Belém. Um barco vem comprar o açaí na entrada da comunidade que, posteriormente, é comercializado para as fábricas de beneficiamento e exportação do fruto. Há 7 ribeirinhos, 6 da comunidade Santo Afonso e outro da comunidade Caripetuba que atuam como mediadores na comercialização entre as famílias e o barco comprador.

Essa compra e venda (figura 11) funciona da seguinte forma: o barco comprador atraca na entrada da comunidade nos dias de sábado, sexta-feira e terça-feira. Nos dias de domingo e quarta-feira, são distribuídas as *razas* para as famílias que irão vender o açaí, que já informaram, previamente, quantos cestos da fruta conseguem coletar. Na segunda e na quinta-feira, são recolhidos e pago o que foi coletado de açaí.

Sem esquecer que essas famílias sempre priorizam o consumo familiar, como falamos localmente “*primeiro tira o do bebe*”, o que significa dizer que a prioridade é garantir o açaí que a família vai consumir, vai beber. Se houver excedente, é vendido.

Figura 11 - Fluxograma apresenta a dinâmica semanal de distribuição de razas, coleta, recolhimento e venda do açaí em Santo Afonso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A apanha doméstica do açaí para o consumo familiar ou para venda, apresentada na figura 12, acontece em dinâmicas diferentes a depender da formação familiar. A presença masculina ativa na família é o que define se a atividade será ou não realizada por terceiros mediante pagamento. Famílias formadas por mulheres, ou ainda que tem em sua composição um homem idoso ou criança, geralmente, paga um vizinho (homem adulto ou jovem) para apanhar o açaí e as mulheres, o homem idoso ou a criança, se conseguirem, debulham o açaí. As famílias que em sua composição tem um homem adulto ou jovem ativo (avô, pai, filho, neto), normalmente, realizam a coleta e debulha do açaí sem remuneração em dinheiro.

Essa coleta doméstica do açaí pode ou não ser um momento de aprendizado e de desenvolvimento de relação de pai e filho, avô e neto, a depender da composição familiar. Quando o pai ou avô são homens ativos, que ainda realizam a apanha do

açaí, e há na família crianças, e que, geralmente, acompanham o adulto no momento da coleta, vai-se estreitando os laços familiares e, também, aprendendo sobre a atividade que, brevemente, no futuro irão realizar.

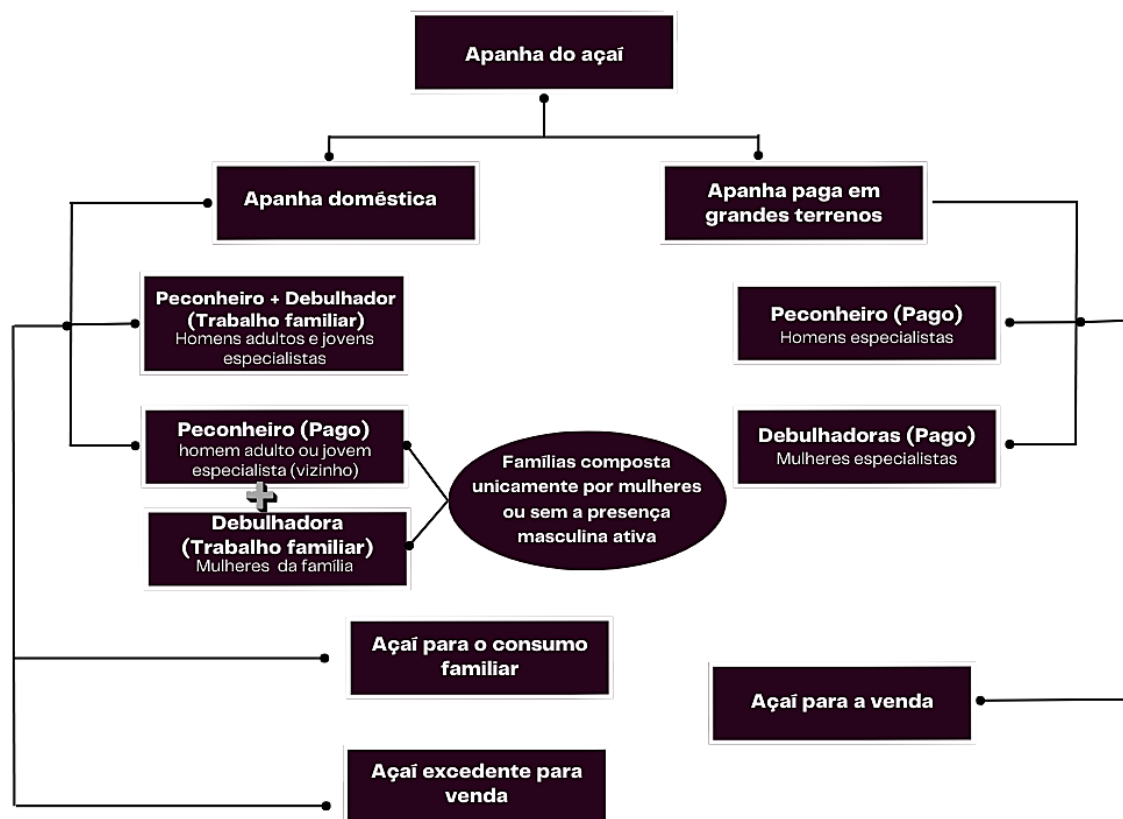
Em Santo Afonso, há ainda grupos familiares que trabalham na apanha do açaí de um proprietário do Caripetuba, o mesmo que compra açaí dos ribeirinhos da comunidade para vender para o barco, sendo posteriormente vendido nas fábricas. Essa é uma outra dinâmica de coleta do fruto (Figura 12) em que todas as etapas são remuneradas e todo açaí coletado é vendido.

Essa dinâmica produtiva do açaí gera uma cadeia complexa de relações, que inclui as atividades de coleta e de beneficiamento e relações de aprendizagem e entretenimento, envolvendo parentes (netos, filhos) e vizinhos, sobretudo aqueles com áreas de açazais menores.

Pessoas, com extensas áreas de açazais, pagam ribeirinhos, geralmente, homens especialistas para coletar o açaí na árvore - chamados de *peconheiros* (devido ao uso da *peconha* para subir na palmeira) que ganham por *raza* de açaí apanhada, uma média de R\$10,00. E, geralmente, mulheres especialistas, as *debulhadoras*, que são responsáveis por debulhar o açaí, ganham por dia (a diária) em média R\$ 50,00. O horário de trabalho em um açazal começa no início da manhã e termina por volta das 14 horas.

No entanto, o trabalho no açazal não reúne apenas *peconheiros* e *debulhadoras*. Em geral, são casais que seguem acompanhados de seus filhos e/ou netos. As crianças tem esse como um momento de lazer, pois, além do aprendizado acerca da atividade tradicional da *apanha* do açaí, é uma oportunidade de lazer na praia próxima ao terreno. Os adultos realizam as atividades de coleta do açaí ao mesmo tempo em que transmitem o conhecimento tradicional para as gerações futuras, mas também são ocasiões de socialização com os vizinhos e demais parentes.

Figura 12 - Fluxograma apresentando as duas dinâmicas de coleta de açaí em Santo Afonso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na várzea, no verão o açaí é a atividade predominante por ser a de maior rentabilidade econômica¹². A pesca no rio, igarapés e no Pirí - que será detalhada no Capítulo 4, segue como atividade secundária, assim como o artesanato - a confecção de cuias e *razas*- e a produção de farinha e outros produtos da mandioca na terra firme, também, podem ser produzidos no verão como um complemento de renda.

O artesanato de cuia (figura 13), embora seja uma atividade secundária, tem uma peculiaridade que o torna especial, pois a Comunidade de Santo Afonso ainda produz cuia, utilizando a tintura tradicional do Cumatê, o que reflete um saber ancestral que vem desaparecendo juntamente com a espécie da planta *Myrcia atramentífera*.

¹² Brondizio (2021), afirma que os valores de produção equivalentes variam de R\$ 592 milhões a R\$ 671 milhões no censo de extração vegetal e de R\$ 532 milhões a R\$ 3,2 bilhões no censo agrícola. Com base em estimativas sobre o valor da produção e agregação de valor equivalente à polpa (sem incluir outras transformações), minha estimativa é de que o açaí gera uma economia de pelo menos US\$ 2 bilhões anuais.

Nas Ilhas de Abaetetuba, apenas duas comunidades produzem cuias, utilizando a pintura tradicional, chamada de apretamento, que consiste no processo de tingimento da cuia com um preparado do Cumatê, que em seguida passa pela a amonização, que é o contato da peça com o gás resultante da mistura de cinza, urina e areia, que dão o aspecto preto e brilhante das cuias.

Quando chega o inverno, entre novembro e abril, observa-se uma maior diversidade das atividades produtivas, incluindo artesanato de cuia e cestarias, o beneficiamento do *urucú*, as roças e produção de farinha e demais produtos da mandioca. Esse é um período que não há um outro produto tão economicamente rentável, como o açaí. Então, na várzea a pesca figura a principal atividade, principalmente, na Baía, a partir de março.

Figura 13 - Artesanato de cuia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

No inverno, a pesca artesanal¹³ é a atividade de maior importância em Santo Afonso, ela é desenvolvida em alguma modalidade por todas as famílias. Há a pesca

¹³ Há uma vasta bibliografia sobre a atividade pesqueira artesanal dentre elas destaco, FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série Antropologia, Belém, n. 79, p. 1-50, abr. 1981, que detalha a pesca artesanal na Amazônia. E mais especificamente para tratar da pesca artesanal em Abaetetuba, indico CAETANO, Marta Coutinho. Memória das Águas: práticas culturais e educativas de pescadores artesanais nas ilhas de Abaetetuba – Pará. 2012. 91f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal

na Baía, no rio, mar aberto e no Pirí. Entre as diferentes formas de pescar, a depender de que peixes e de onde se objetiva pescar, pode ser com matapí, rede de malhar, rede de lancear, tarrafa, espinhel, etc. Alguns destes apetrechos foram descritos no livro *Viagem ao Rio Tocantins*, entre 1934 – 1935, do médico Julio Paternostro, que a caminho de Cametá passa pelo município de Abaeté e faz a seguinte descrição:

“pindá, vara longa com anzol que traz uma pena vermelha, a qual serve de isca ao tucunaré; gamboa, cerca de talos de jupati, marajá ou frecheira, correspondente ao parí dos rios do sul; matapi, gamboa afunilada para pescar camarões; gapuias, usadas na vazante, são poços nos igapós, que se esvaziam com cuias para então se recolherem os mariscos”. (autor, ano, p.)

A tradicionalidade da pesca, também, é apontada por Furtado (2002) que aponta os pescadores tradicionais como fonte da produção dos pescadores ribeirinhos (Furtado, 2002). A diversidade e quantidade de pescado tem sofrido bastante redução, com o aumento de embarcações motorizadas, de modo que o barulho e a agitação que causam nas águas, afastam o pescado e os mariscos.

E, principalmente, após a construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, que impede a migração de algumas espécies de pescado para o baixo Tocantins, conforme Palheta e Silva (2011, p. 155), “*o contexto da pesca artesanal no baixo Tocantins é marcado por uma crise prolongada, provocada pela implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e os impactos socioambientais decorrentes da formação da barragem no rio Tocantins*”

A renda e o tempo de pesca variam. Na pesca em alto mar, passa-se mais tempo em atividade, cerca de 3 meses, mas ganha-se mais dinheiro, enquanto que as outras modalidades tem como primeiro objetivo a alimentação da família, com a venda somente do excedente.

A atividade pesqueira na Baía do Capim é interrompida no mês de setembro por causa do vento portanto, antes do período de defeso estabelecido pela legislação: novembro a fevereiro. Isso porque esse é um período de intensos ventos que agitam muito as águas, tornando a pesca muito arriscada. Desse modo, optam por outras

do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012; e VILHENA, Josiel do Rêgo. Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins no estado do Pará. Orientador: David Gibbis McGrath. 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

modalidades como a pesca nos igarapés e rios. A causa da Baía do Capim ser tão agitada é atribuída

"A baía [Baía do Capim] aqui é respeitada, meu marido me contava que foi um homem que jogou espuma da Pororoca aí, por isso ela é assim [com águas muito movimentadas]".

A agitação das Baías que banham Abaetetuba é histórica. Segundo Bueno (2002), os viajantes que realizaram registros históricos da Amazônia evitavam a Baía do Marajó, saindo de Belém e tomando a direção sul em direção a Cametá. Também os ribeirinhos mais velhos contam que as viagens até a capital eram longas, em média cinco dias, e deviam ser guiadas por pessoas com amplo conhecimento do caminho, pois as águas das Baías do Guajará, do Capim e Marajó são muito movimentadas e levavam facilmente ao naufrágio, e pela ausência de embarcações motorizadas era realizada em grandes canoas movidas a remo e vela.

A Baía do Capim é a porta de entrada para as ilhas de Abaetetuba por via marítima, banha a leste o arquipélago e sem encontra com a Baía do Marajó por meio do furo do Capim. A fartura de pescados, transforma esta, no local de pesca, responsável pelo sustento e a alimentação das ilhas e da cidade de Abaetetuba. Também, são por suas movimentadas águas que navegam centenas de embarcações ribeirinhas diariamente, pois este é o caminho mais rápido para muitas comunidades chegarem até a cidade.

A Baía do Capim, como dito na fala anterior, é respeitada, por que as mesmas águas que fornecem o alimento é a que também se revolta em ondas que causam naufrágios e acidentes. Os ribeirinhos sabem “ler” essa baía e os seus sinais, quando ela vai estar calma e quando vai estar brava, ao mesmo tempo que não a enfrentam, ao passo que, a partir de setembro, a pesca já não é mais realizada na baía nem, em determinados momentos nesse período, se quer há alguém navegando nela.

Nesse período de fechamento da pesca, o artesanato de cestarias (Figura 14) é uma fonte de renda importante. Esse artesanato é tecido com a fibra do arumã que pode ser colhida em Santo Afonso ou fornecida pelo cliente, cujo valor é abatido no produto final. Normalmente, são encomendadas no final do inverno, visando a disponibilidade dos cestos para o verão. Em Santo Afonso, essa é uma atividade pela qual a família de Dona Lúcia é reconhecida, são as mulheres dessa família que tecem. Tecer razas, também, exige diferentes níveis de especialização, das três irmãs que

tecem, apenas uma faz o *beço* da raza, que é a finalização do cesto, pois trata-se de uma técnica diferente.

Figura 14 - Produção de razas na Comunidade de Santo Afonso. A - Ribeirinha tecendo a raza; B - Razas prontas para serem entregues ao cliente



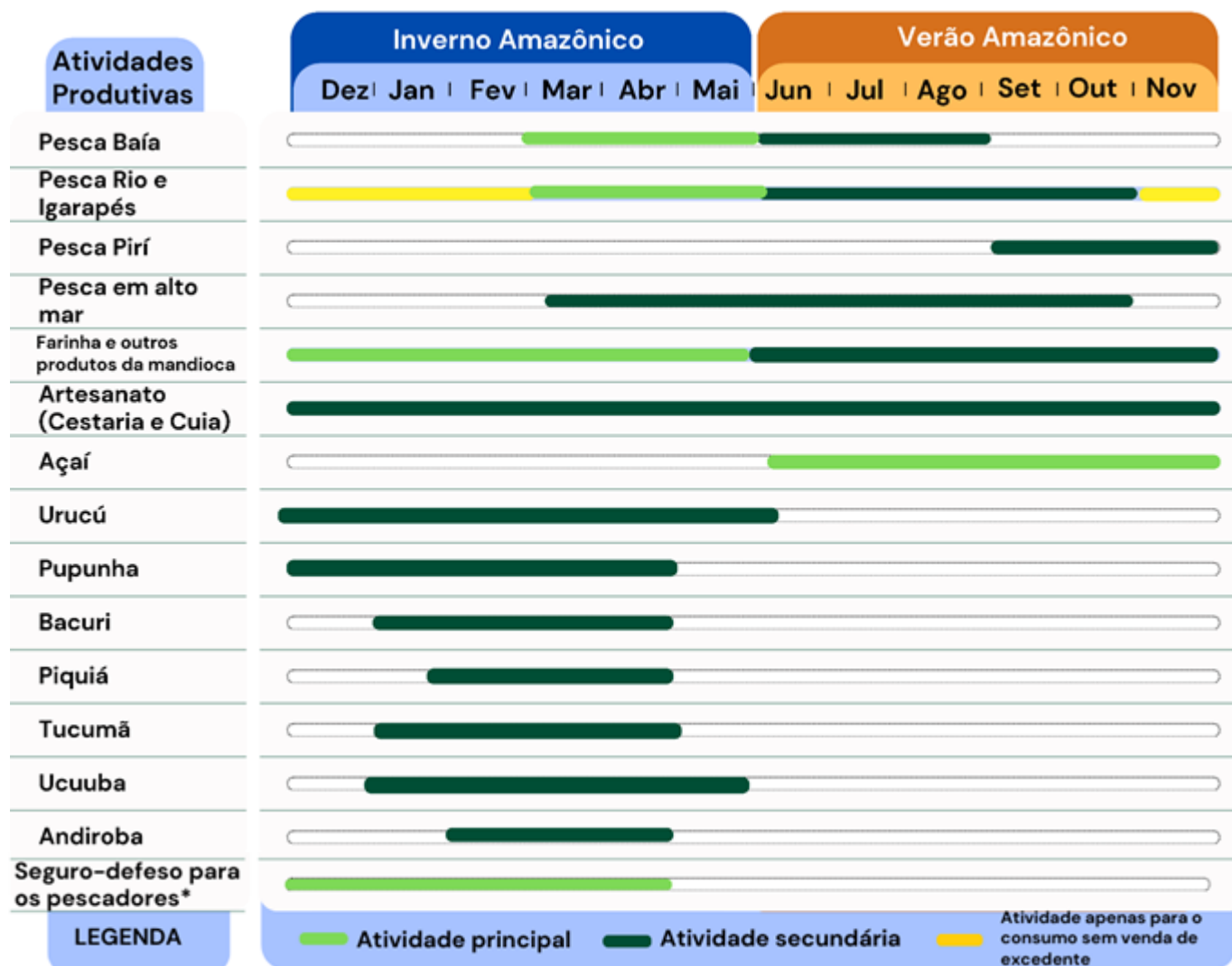
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

O beneficiamento do *urucú* é uma outra fonte de renda secundária importante. Nas ilhas de Abaetetuba, é comum o uso do *urucú* na forma líquida, cujo processo é a extração da semente e, em seguida, acrescenta água aos poucos, macerando as sementes para soltar o pigmento. Além disso, a espessura do *urucú*, se vai ser mais forte ou mais fraco, depende da quantidade de água e a qualidade da semente.

Nas áreas mais altas, a farinha de mandioca e seus demais subprodutos ganham destaque assim como o extrativismo de frutas e sementes como o bacuri, piquiá, pupunha, a andiroba, tucumã, ucuúba etc. As sementes assim como o tucumã são coletadas e comercializadas com a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta) que vende para a Natura. As demais frutas como bacuri, piquiá e pupunha são comercializadas entre as comunidades ou na feira de Abaetetuba.

Para uma melhor visualização da sazonalidade da realização das atividades produtivas de acordo com as estações do ano, apresento a seguir um cronograma elaborado a partir das informações apresentadas (Figura 15).

Figura 15 - Cronograma de atividades produtivas realizadas na comunidade Santo Afonso no decorrer do ano nas diferentes estações.



*Além do seguro-defeso outros benefícios de previdência social, como aposentadorias e pensões, e de assistência social do governo federal com o o Bolsa Família complementam a renda, estes são pagos mensalmente na primeira semana de cada mês.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O extrativismo de sementes como ucuúba, andiroba e da seringueira é uma atividade realizada desde o século XIX. Naquele período, eram trocados por outros produtos em pequenas casas comerciais na cidade de Abaetetuba ou nas ilhas, bem como a coleta de látex, utilizado de duas formas: a confecção de bolas de futebol, vendidas como brinquedo, e a troca do *sanambi* (látex seco que ficava na cuia), que era acumulado até ter um peso suficiente para troca em casas comerciais na cidade. Assim, fica evidente a manutenção de algumas atividades tradicionais em Santo Afonso, podendo alterar as relações comerciais, mas ainda seguem sendo importante na reprodução econômica e social das famílias.

O inverno apresenta uma contradição entre dinheiro e diversidade, mesmo sendo a época economicamente menos rentável, mas é o período do ano com maior diversidade de frutas e pescados. Darcy Ribeiro, em seu livro Uirá sai à procura de Deus, faz uma das descrições mais precisas sobre o inverno amazônico, segundo o autor é nesse período que a floresta amazônica se apresenta dadivosa como nas descrições clássicas.

2.1.2 A lua, as marés e as atividades produtivas

A lua e a sua influência sobre as marés regem não só a pesca, mas outras atividades. Também, basicamente, temos dois tipos de marés: as de **lançante** que são as marés altas, elas vão subindo aos poucos ao longo da semana e atingem o seu maior nível no dia das luas cheia e nova; e as de **quebra** que são as marés baixando seu nível, após a lançante, até chegar ao menor tamanho, que acontece nos dias das luas minguante e crescente.

A partir da observação da lua é possível saber como vai ser a maré e, até mesmo, o horário de enchente e vazante e assim planejar suas atividades, cujo sucesso ou não depende deste satélite natural (Figura 16). A maré de quebra é ideal para a pesca, pois, na lançante, os peixes não são tão facilmente encontrados. A maré quebra da lua crescente é a mais “fama” para pescar o camarão; já, na lançante, eles se deslocam para as nascentes dos igarapés para se reproduzir, logo reduz a oferta deste marisco no rio.

O extrativismo da madeira, também, é guiado pelas fases da lua. Na noite luar, como chama-se popularmente a noite de lua cheia, não se pode retirar madeira, pois ela não seca completamente e acaba quebrando com facilidade. A caça tem mais

sucesso quando realizada na noite escura, como chamamos a lua nova, pois dificulta que o animal veja o caçador.

Outro fato relevante sobre as marés é que no verão essas sempre serão menores do que as do inverno, mesmo as lançantes. Exceto uma maré em setembro, que normalmente ocorre na lua cheia, que é conhecida como lava praia. A maré lava *praia* tem esse nome porque como é muita alta adentra a mata e vem trazendo tudo o que estava na mata, resto de árvore, folhagens etc., ao ponto de que quando ela vaza a praia está limpa.

Figura 16 - Cronograma de atividades realizadas de acordo com a lua e as marés. O símbolo em verde representa o maior sucesso da atividade produtiva.

LUA \ MARÉ	Lua Crescente Maré de Quebra	Lua Cheia Maré Lançante	Lua minguante Maré de Quebra	Lua nova Maré Lançante
PESCA DO CAMARÃO	✓		✓	
REPRODUÇÃO DO CAMARÃO		✓		✓
CAÇA				✓
EXTRATIVISMO DA MADEIRA	✓		✓	✓
PESCA	✓		✓	

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2.2 “Sempre teve gente morando aqui”: a formação histórica social da população tradicional ribeirinha Abaetetubense.

Plantador da cana verde das terras de Abaetetuba, a liberdade é mais doce que a cana nova e polpuda! Plantador de cana verde das terras de Abaetetuba.

(CANTO ANGUSTIADO AOS PLANTADORES DE CANA de João de Jesus Paes Loureiro, 1962)

A configuração atual das ilhas em forma de PAE é recente, pois, no contexto de regularização fundiária, que veio assumir essa configuração de PAE, ou seja, data

de 2004, após o Presidente Lula, no II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, ampliar o público beneficiário da política de reforma agrária às comunidades tradicionais ribeirinhas, em Terras de Marinha.

No ano seguinte foram criados os primeiros PAE's em terras de marinha do país, PAE São João Batista, na ilha Campompema e PAE Nossa Senhora do Livramento na ilha Tabatinga e, desde então, seguem-se os acessos as diversas políticas.

Entretanto as ilhas de Abaetetuba têm um povoamento antigo. Há mais de 200 anos de ocupação desse território, que não foi possível precisar os primeiros moradores nem as primeiras famílias, os relatos orais são sempre os mesmos “*sempre teve gente morando aqui*”.

A partir da história da minha ancestralidade, apresentarei uma narrativa que é similar à de diversas comunidades nas ilhas de Abaetetuba¹⁴. Também para a construção dessa narrativa, utilizarei os relatos do senhor Romildes Teles (Ró), uma importante liderança nas ilhas de Abaetetuba, que fez parte do o Moriva e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A história difundida no município aponta que ele era habitado pelos índios Mortigura e, posteriormente, pelos os padres capuchinos, vindos do convento Una de Belém, por volta de 1653, com o objetivo de catequizá-los, dando origem ao povoado Samaúma, onde hoje é o distrito de Beja.

Porém de acordo com os registros de Leite (1943), em seu livro História da Companhia de Jesus no Brasil, a região de Beja, que é onde se origina o então município de Abaetetuba, era ocupada pelos aldeamentos, Mortigura e Samaúma. Que, de acordo com Barros *et al.*, (2014), eram uma antiga aldeia de índios tupinambá vindos do Nordeste para a Amazônia no século XVI, fugindo dos colonizadores e, posteriormente, em 1653, o Governador Rego Barreto por força do ato do Rei de Portugal “deu” à Companhia de Jesus no estado do Pará para ser catequisada.

¹⁴ No livro *A Memória, a História, o Esquecimento*, Paul Ricouer adverte sobre suas preocupações pessoais, também devo mencionar que partilho destas mesmas preocupações, pois nesta tese venho reconstruindo através da memória não só a história da resistência ribeirinha, como reconstituo minha própria história, minha própria identidade, meus ancestrais, minha narrativa pessoal sempre foi cheia de lacuna, esse já era um desejo meu, porém a tese tem me possibilitado o conhecimento das ferramentas necessárias para conseguir preencher alguns desses espaços.

Estes dois aldeamentos foram os primeiros da Companhia de Jesus no Pará, que inicialmente serviam para o sustento do Colégio Jesuítico em Belém e, posteriormente, parte da sua população passou a trabalhar para os colonos. Dessa forma, tornou-se uma repartição que forneciam mão de obra masculina e feminina bem como produtos como farinha. Estes aldeamentos povoados, inicialmente, por tupinambás tornam-se multiétnicos e muito populosos com os descimentos¹⁵ de outras diversas nações. (Barros *et al.*, 2014; Daniel, 1975).

As epidemias de varíola e sarampo, além de fugas frequentes, foram responsáveis pela diminuição drástica da população indígena de Samaúma e Mortigura entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Em 1745, é que Francisco de Azevedo Monteiro chega. Mesmo ele tendo sido por muito tempo conhecido como o colonizador de Abaetetuba ele aparece 89 anos depois da chegada dos padres jesuítas. O português ganhou uma sesmaria na região do Baixo Tocantins e, em sua viagem, antes de chegar onde atualmente é o distrito de Beja, ele naufragou e conseguiu alcançar as margens do rio Maratauíra na ilha conhecida hoje como Jarumã.

Porém, não encontrando a abundância em drogas do sertão que esperava voltou para Belém; alguns anos depois, doando as famílias que viviam naquele povoado a terra adquirida da Coroa Portuguesa. Muitas destas famílias vindas do Marajó com ajuda do Padre Aloísio Conrado Pfeil, o qual solicitou que Abaeté fosse elevada à categoria de Freguesia.

O Jornal “O Abaeteense” em sua primeira edição publicada em 15 de agosto de 1884, conta a história da recente Villa Abaeté, tendo como ponto de partida a Freguesia de mesmo nome. A freguesia Abaeté foi criada em 1758 e teve como primeiro padre Felipe de Souza e, em 1880, foi elevada a vila. É a Villa Abaeté que o jornal descreve a riqueza agrícola que está sobretudo na região das ilhas *“possue treze engenhos movidos a vapor, que fabricam assucar aguardente, além de muitos outros movidos por animal. Produz, farinha, arroz, cacao, miho, taboado e gomma elástica”*.

¹⁵ O estabelecimento de alianças com os mais diversos grupos nativos, muitas vezes em detrimento do uso da força, na maioria das vezes, se estabelecia por meio de uma recorrente prática de arregimentação de mão-de-obra livre na sociedade colonial, os chamados descimentos indígenas. (Bombardi, 2011)

É notável como a história “oficial” do município é confusa e como a presença indígena é quase que completamente apagada. Por isso, cotidianamente, pouco se sabe sobre como, onde essas populações viveram no município, os ascendentes indígenas quem são? Sabem que são? Paul Ricouer tem uma frase assertiva “*dizer “você lembrará”*”, *também significa dizer “você não esquecerá”*.” A violência com que as populações indígenas foram tratadas pode ser uma das causas para o “esquecimento” e, posterior, desconhecimento de sua existência por seus descendentes.

O mais antigo que consegui alcançar com relatos de meus pais, tia-avó e avó foi até meus trisavós paterno, que devem ter vivido entre o final do século XIX e início do XX.

2.2.1 As comunidades tradicionais e a economia hegemônica

As Ilhas de Abaetetuba compõem a parte rural mais importante de Abaetetuba é nessa região que girava a economia e foi responsável pela constituição da elite canavieira, atual elite política e econômica do município. Também, é dos ciclos exploratórios que resulta esta conformação sócio territorial que vai ser transformada em PAEs e Território quilombola.

No final do século XIX, tem-se início a primeira fase da indústria canavieira nas ilhas. Antes de abordar a chegada da cana de açúcar em Abaetetuba é importante observar que este foi um cultivo amplamente utilizado no país como uma ferramenta de colonização.

De acordo com Rodrigues e Ross (2020); Furtado (1969), a cana-de-açúcar foi escolhida como o primeiro produto cultivado em terras brasileiras, por esta ser uma das especiarias mais apreciadas pelos europeus, pela produção exitosa da coroa Portuguesa de açúcar nas suas colônias insulares do Atlântico (Ilha da Madeira e Açores), visto que o ambiente dessas ilhas era muito similar ao do Brasil, associado a isso, à disponibilidade de terras e de mão de obra indígena na nova colônia.

Na Amazônia e, posteriormente, no Pará, como no restante do Brasil, de acordo com Mourão (2017), a colonização teve por base a implantação da monocultura canavieira e a instalação de engenhos para a produção de açúcar e aguardente,

paralelamente, à exportação de produtos vegetais nativos, também, chamados de “drogas do sertão”.

Entretanto, aqui na Amazônia, a cana-de-açúcar dividia o protagonismo com a coleta da castanha e a produção de borracha; porém, existiram alguns municípios do estado do Pará que tinham a economia baseada na lavoura canavieira (GALVÃO, 1962). Abaetetuba era um deles, nas ilhas, conforme Pacheco (1988), os primeiros engenhos são estabelecidos no final do século XIX quando surgiram de pequenas moendas familiares - construídas de madeira e movimentadas por energia mecânica, através de juntas de bois - onde eram produzidos, inicialmente, melaço e rapadura, como o Engenho do Caripuna, que foi um dos primeiros na então Vila de Abaeté, no final do século XIX.

A cultura da cana-de-açúcar era realizada em terreno de várzeas, ao longo das margens dos rios, igarapés e furos, obtendo-se uma cana não muito produtiva. Por falta de preparo adequado do solo, os engenhos eram muito rústicos e funcionavam movidos a água e bois. Conforme Marques (2004), no interior nas localidades de Acará, Bujaru, Mosqueiro, Santana do Capim, Barcarena, Benevides, Igarapé-Miri, Abaeté, Moju e outros na Ilha de Marajó, os engenhos eram movidos a água, a vapor ou por tração animal.

Entretanto, o açúcar - um dos produtos derivados da cultura canavieira em Abaetetuba - diminuiu drasticamente, o que ocorreu devido ao fato da alta produção de cachaça que era muito mais lucrativa para os donos de engenho e pela ocorrência do produto advindo de outros estados brasileiros que possuíam uma melhor qualidade. Conforme aponta Pereira (1962) em um artigo intitulado *Breves considerações gerais sobre a cultura canavieira na região amazônica*, tem-se que

“Tempos atrás o Pará fabricava açúcar principalmente nos municípios canavieiros do Estado, tais como, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Muaná, Breves e Afuá, sendo que a produção dava em parte, para complementar a importação do produto, porém não houve apóio e incentivo para o desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar em bases técnicas racionais e conseqüentemente para o aumento da produção desse produto. Aliado a êsses fatores, surgiram as restrições de cotas para a fabricação do açúcar, impostas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, sendo que ficamos reduzidos a uma cota inferior a 7.000 sacos. Além do mais, com os métodos de cultura utilizados e a má aparelhagem das indústrias, não é aconselhável a produção do açúcar. Por êsses motivos, os municípios canavieiros do Estado do Pará passaram a fabricar quase que exclusivamente aguardente, o que vem a ser mais lucrativo”. (Pereira, 1962, p.25).

A agricultura, principalmente, o cultivo de cana de açúcar e o, posterior, beneficiamento nos engenhos, será o grande responsável pela chegada da população negra em situação de escravidão nas ilhas de Abaetetuba. Nesse sentido, tem-se registros da compra de escravos já no século XIX, como este de 1872 *“De Cametá também viera comprado pelo tenente-coronel Raymundo Pereira Lima o escravo Gaudêncio, 30 anos mais ou menos, que depois foi vendido a Fabio da Silva Goes, com sítio em Abaeté, outra área do Baixo Tocantins.”* (DIÁRIO GRAM-PARÁ, 1872 *apud*. Laurindo Júnior; Bezerra Neto, 2018).

Também, há formação de quilombos em Abaetetuba, resultado de fugas de municípios vizinhos. Antes da indústria canavieira ser implantada nas ilhas de Abaetetuba, os ribeirinhos e quilombolas já as habitavam. De acordo com os relatos da minha tia-avó Antonia Pereira, a mãe de minha bisavó tinha origem quilombola e indígena da comunidade de Genipaúba e o pai era ribeirinho da Ilha Sirituba, casaram e se estabeleceram na ilha Campompema, onde criaram seus filhos.

O quilombo de Genipaúba se forma a partir das fugas das fazendas de outros municípios do Baixo Tocantins. Conforme Gomes (2006), nas regiões banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes, como Abaeté, Barcarena, Igarapé-Miri, Guamá, Moju, Bujaru, Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras etc., havia desde o século XVIII uma tradição quanto à formação de mocambos, comunidades de fugitivos e desertores.

Mas, é inegável que os engenhos de cana de açúcar aumentaram, substancialmente, a população negra do município de Abaetetuba. Salles (1971) aponta que a entrada do negro no Pará se destina às lavouras de gêneros exportáveis como a cana de açúcar. Costa (2016) destaca que

O principal lugar de presença africana escravizada no Pará colonial e imperial vai ser Belém e seu entorno na Zona Guajarina, principalmente nos inúmeros engenhos e engenhocas de açúcar [...]. O segundo lugar em importância vão ser também os engenhos do Baixo Tocantins no entorno de Cametá e em localidades vizinhas como Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Barcarena. (Costa, 2016, p.79)

E o relato de minha tia-avó Antonia Pereira corrobora:

“Os primeiros Nogueiras, vieram como escravos para trabalhar no engenho de cachaça do velho Murilo e depois se assentaram aí na ilha do outro lado e tão lá até hoje¹⁶.”

¹⁶ Nogueira é uma família de negros tradicional da comunidade São João Batista Rio Campompema.

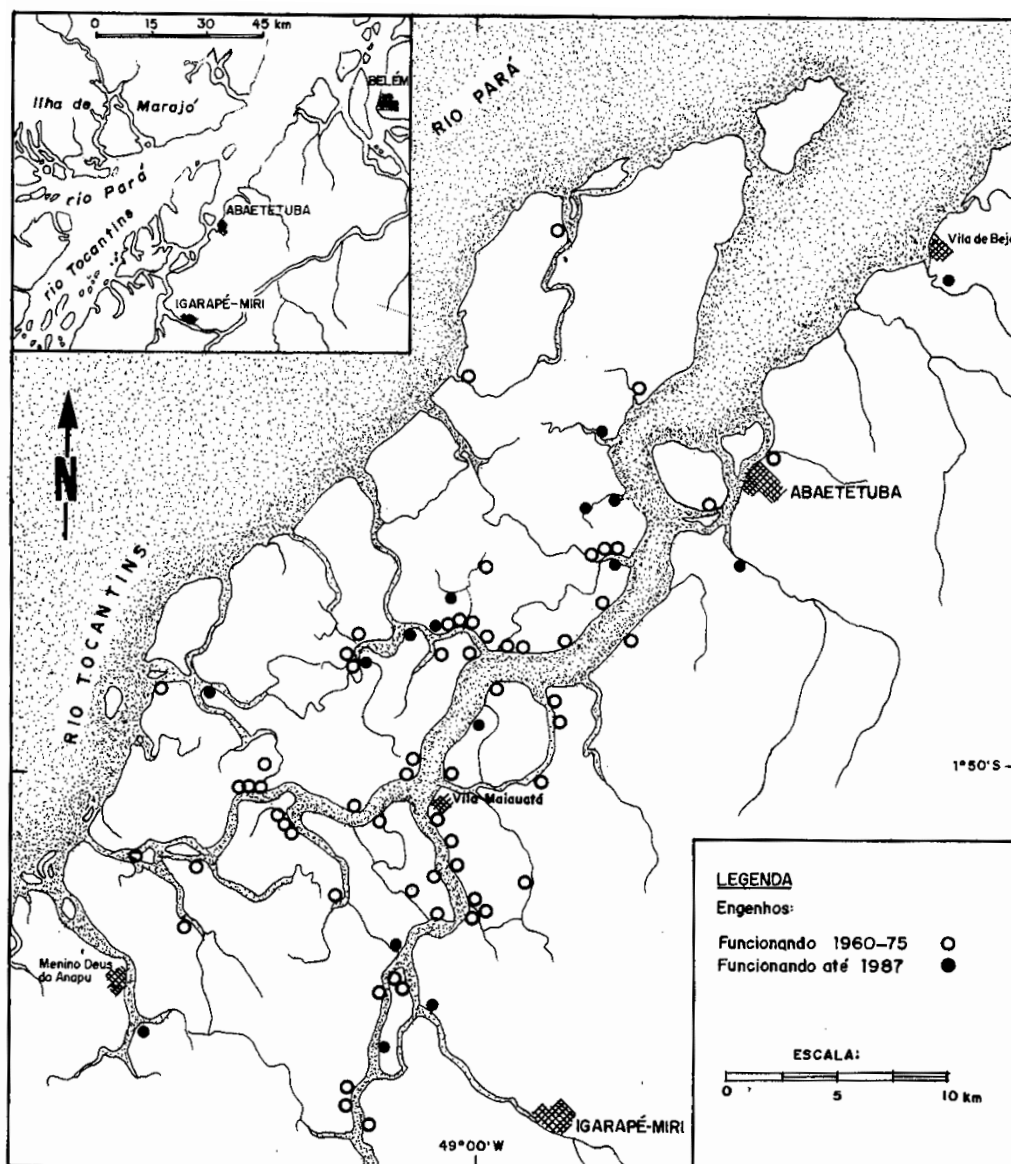
Velho Murilo, a quem minha tia-avó se refere, era Murilo Parente de Carvalho que foi um comerciante, oriundo de uma família que sempre figurou a elite política de Abaetetuba (pai de Francisco Carvalho ex-prefeito de Abaetetuba, e avô da atual prefeita do município) e como dono dos engenhos no Rio Campompema: o “Engenho Santa Margarida” que ficava na frente da cidade e do outro lado do Rio Maratauíra e o Engenho Santa Cruz que produzia a cachaça Santa Cruz, era um consórcio com o Clube Vera Cruz Sport Clube nos anos de 1920, localizado no Rio Abaeté, era o de melhor infraestrutura nos anos de 1950, 1960. Nesse período, ele chegou a possuir quatro engenhos em diferentes ilhas, assim consolidando a família na elite econômica e política do município.

Também, nesse período, inicia a segunda fase da indústria canavieira em Abaetetuba impulsionada pelo comércio de regatão. De acordo com Ferreira (2013), os engenhos que começaram como pequenas moendas tiveram um crescimento de demanda, pois os regatões facilitavam o escoamento da produção. Com isso, iniciaram as instalações das primeiras máquinas a vapor, destinadas à produção de aguardente, sendo que, ao longo do tempo, a qualidade da cachaça produzida ganhou fama e mercado por toda a região, gerando importantes divisas aos donos de engenhos.

Os engenhos chegam ao apogeu e a cachaça se torna o símbolo do município e, também, a forte indústria de bebidas é reconhecida em todo o país, que levou Abaetetuba a ser conhecido como a “terra da cachaça” (Quaresma *et al.*, 2014).

Anderson (1991), ao estudar os engenhos de Várzea de Abaetetuba e Igarapé-Miri, aponta que até o ano de 1950, havia em torno de 30 engenhos no município abaetetubense. Dez anos depois, atinge o apogeu chegando a 60 engenhos e, a partir da década de 70, com a rápida decadência chega em 1987 com apenas 16 em funcionamento, de acordo com o mapa apresentado em seu artigo “*Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia*”. (Figura 17).

Figura 17 - Engenhos de cachaça nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri.



Fonte: Anderson, 1991

Ainda no século XX, apesar dos engenhos estarem, amplamente, distribuído nas ilhas de Abaetetuba, as populações ribeirinhas seguiam desenvolvendo atividades econômicas e de reprodução do modo de vida tradicional, além do engenho, como a coleta de frutas realizada principalmente pelas crianças, a coleta do *sarnambi* realizada pelas mulheres e a pesca.

Dona Rosa, uma senhora de 98 anos, que mora no Campompema, me fez o seguinte relato, “a gente vinha do roçado [de cana-de-açúcar] e no caminho a gente já mexia o poço¹⁷ para pegar o peixe e o camarão e apanhava o açúcar”. Apesar de toda

¹⁷ “Mexer poço” é um tipo de pesca tradicional que consiste em literalmente mexer com as mãos ou madeira pequenos poços que se formam após a seca de um igarapé, de forma que os peixes e mariscos

a exploração que sofreram, essas pessoas manifestaram sua resistência na manutenção do seu modo de vida tradicional representado em primeira instância na produção do alimento.

É importante ressaltar dois aspectos sobre os engenhos nas ilhas de Abaetetuba, a relação com a terra e a mão de obra explorada. As terras onde ocorriam os plantios, sobretudo as várzeas, eram apossadas pelos donos de engenho sem qualquer documentação ou titulação e podiam ser ou não na mesma ilha em que estava o engenho.

O terreno era “doado” para uma família, esse era um sistema chamado financiado, em troca da terra os membros da família (incluindo crianças) trabalhavam para o dono de engenho, todo o trabalho de preparo da terra, plantar, cuidar do roçado e, posterior, colheita da cana-de-açúcar era feita pelo financiado, gratuitamente, e a produção tinha que ser repassada integralmente ao dono do engenho (financiador), em troca de alimentos e ferramentas que eram compradas em cantinas existentes no engenho e, normalmente, custavam preços exorbitantes, o que levava aquele trabalhador a sempre estar devendo mais do que conseguia produzir, ou seja nesse ciclo econômico além da mão de obra negra escravizada, também havia a ribeirinha.

Além disso, este movimento de “doação” da terra criava uma relação de gratidão entre o ribeirinho e o dono do engenho. Segundo relatos de meu pai Manoel, era comum os ribeirinhos darem presentes para expressarem sua gratidão, como por exemplo os melhores produtos de suas lavouras e criações, os animais mais gordos, as frutas e legumes maiores etc.

Essa relação de exploração disfarçada de paternalismo gera uma fidelidade em alguns ribeirinhos que até hoje, estando em um PAE, ainda afirmam que a terra é do dono do engenho e que ele apenas está cuidando e tem o dever de devolvê-la ao seu “dono” na hora que ele quiser. É essa mesma fidelidade que levava a muitos ribeirinhos não se sentirem explorados pelo dono de engenho, mas sim cumprindo um dever moral devido a atitude “benevolente” de doação de terra, mesmo com a negação dos seus direitos trabalhistas.

ficam desorientados e são facilmente capturados com as mãos, em alguns casos podem ser feitas pequenas barragens com lama para evitar que os animais consigam fugir.

Para Aramburu (1992), em seu trabalho *Aviamento modernidade e pós-modernidade no interior amazônico*, é um grande enigma essa formação de uma moralidade especial que liga o patrão ao freguês mediante poderosos laços de fidelidade e deveres morais mútuos.

Porém, Meira (2017) reflete sobre o aviamento e como a condição de patrão ou freguês, nessa estrutura, se confunde com a de “padrinho”, “afilhado” ou “compadre”, conferindo aos patrões e fregueses uma importância social e política que vai além da relação econômica, assumindo, também, uma função sociocultural mais profunda.

Exemplificando sobre a exploração da mão de obra da indústria canavieira, o relato de meu pai aponta algumas das artimanhas usadas pelo dono de engenho, como:

“O pagamento da pessoa que cuidava do roçado era por frascueira¹⁸ que era uns 36 litros, aí o dono do engenho comprava vamo dizer 9 frascueira de cana, ele mandava um batelão com capacidade de 12 frascueira, e dizia pro dono do roçado que o batelão pegava 10 frascueira, ou seja ele já robava aí. O pagamento era feito no final de semana aí o dono do engenho pegava o caderno com a dívida da cantina, e quase sempre o pagamento do dono do roçado só dava pra pagar a dívida, quando muito sobrava um pouquinho ele tornava comprar em alimento na cantina do engenho.”

Esse sistema de exploração de mão de obra muito se aproxima do sistema de aviamento utilizado na economia da borracha. Porém, ele foi enquadrado como trabalho análogo a escravidão, sendo esse termo utilizado pela primeira vez no Brasil, em uma sentença pelo então juiz do Trabalho Substituto Vicente Malheiros da Fonseca, referente a um processo de um ribeirinho trabalhador de engenho de Abaetetuba contra seus patrões, conforme o trecho

“Revendo meus arquivos antigos, deparei com uma sentença que proferi nos idos de 1976, portanto há quase 30 anos [Nota de atualização: hoje, há quase 40 anos] (09.12.1976 - Processo nº JCJ-A - 091/76), quando funcionei, como juiz substituto, na Presidência da então Junta de Conciliação e Julgamento de Abaetetuba [atual 1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba], no interior do Pará. Tratava-se de uma reclamação verbal formulada por um trabalhador rural contra uma empresa detentora de um engenho de cana de açúcar, notadamente para o fabrico de cachaça. Ali o reclamante trabalhou, na lavoura, por muitos anos. [...] O suplente de vogal empregado resumiu a situação dos chamados “financiados” numa expressão impressionante, que

¹⁸ Frascueira era uma espécie de garrafão de vidro onde armazenava a cachaça, desde o plantio da cana até o corte era calculado em frascueira.

jamais esqueci. Disse-me que eles são uns verdadeiros “ESCRAVOS DISFARÇADOS”.”

Em conversa com meu padrinho, Raimundo Nonato, que trabalhou na área de construção naval dos engenhos, ele acrescentou, “*se os financiados eram escravos disfarçados, os donos de engenhos eram grileiros disfarçados, se apossavam das terras como se fossem deles*”.

Reforçando a tese da escravidão disfarçada dos ribeirinhos, os donos de engenho nomeavam comissários, que atuavam nas ilhas, mantendo a ordem, fiscalizando os financiados para não vender cana para terceiros, resolvendo possíveis conflitos, agia como um capataz de fazenda, só que ao invés de castigos violentos ele tinha poder de prender as pessoas.

Um fato interessante sobre o poder que o comissário exercia sobre os ribeirinhos, é que mesmo após a queda dos engenhos, quando eu ainda era criança lembro-me de situações de pequenos conflitos entre vizinhos em que um dos envolvidos ir prestar queixa ao comissário, como se ele tivesse poder policial, acreditando que aquele homem era uma autoridade e que poderia resolver o conflito.

Tanto a economia canavieira quanto os regatões fortaleceram uma atividade tradicional nas ilhas de Abaetetuba que se mantém até hoje, a carpintaria naval, até a construção de rodovias que ligassem Abaetetuba ao resto do país por via terrestre. Em 2002, com a construção do Complexo da Alça Viária, a navegação deixava de ser a única forma de circulação. Considerando que essas duas economias geraram uma grande circulação de produtos em toda a região Amazônica, conclui-se que a carpintaria naval foi a atividade essencial para possibilitar o sucesso dos engenhos e dos regatões.

Essa atividade foi, e ainda é desenvolvida por mestres-artesãos. De acordo com Corrêa (2009, 2016), em sua dissertação e em sua tese sobre carpintaria naval artesanal no Baixo Tocantins, essa também é uma atividade secular em que prevalecem relações familiares e interpessoais e o setor é formado por mestres, artesãos e aprendizes que são oriundos do segmento de carpinteiros navais, calafates ou pintores que compõem a categoria.

Ainda conforme o autor, as embarcações acompanharam e seguem acompanhando os diversos momentos econômicos da região amazônica, desde o

ciclo da borracha, até os dias atuais, viabilizando que as produções ribeirinhas cheguem até as cidades (Corrêa, 2011). E os conhecimentos, envolvidos nessa atividade, são difundidos de geração em geração por mestres trabalhadores que passam de pai para filhos e familiares. Portanto, é a construção naval artesanal a responsável pela produção da frota de barcos construídos em madeira de forma artesanal na Amazônia.

Abaetetuba é destaque na região do Baixo Tocantins na construção naval há mais de um século. Henry Coudreau, em sua breve passagem em 1897, descreve Abaeté como um pequeno centro, mas com importância na construção de embarcações de pequeno e médio porte utilizada na região do Baixo Tocantins. Fato que ainda se mantém, pois os estaleiros de Abaetetuba, das ilhas ou da cidade, até hoje são procurados por pessoas de municípios vizinhos para a construção de embarcações.

A construção e o reparo dos batelões, que eram as embarcações responsáveis por transportar a cana, faziam parte da economia canavieira do município e eram atividades, também, realizadas por ribeirinhos.

Por exemplo, meu padrinho atuou nessa função por muitos anos nos engenhos e relata que, diferentemente do trabalho diretamente na cana-de-açúcar e na produção da cachaça, os trabalhadores da carpintaria naval eram pagos em dinheiro e tinham horário de trabalho diferente, iniciando às 7h da manhã enquanto os trabalhadores dos engenhos começaram às 6h.

Acredito que esses privilégios se justificam por tratar-se de uma atividade mais especializada; logo, não era fácil encontrar um bom construtor naval nem um bom calafate, essenciais na construção de um batelão duradouro.

Nas comunidades das ilhas de Abaetetuba, algumas famílias são, tradicionalmente, reconhecidas por seu trabalho na carpintaria naval. Nos estaleiros familiares, são realizadas todas as etapas desde a construção da embarcação até a finalização com pinturas, que são obras de arte e, ainda, toda a parte eletromecânica.

Ressalto aqui, a minha ligação com essas duas atividades – os engenhos e a carpintaria naval. Minha família vive, atualmente, em um terreno “doador” por um dono de engenho. Minha mãe, ainda menina, trabalhava colando rótulos nas garrafas de

cachaça. Meu avô materno e tios trabalhavam nos engenhos com carpintaria naval, calafetavam e faziam reparos nos batelões.

A carpintaria naval seguiu como uma atividade em que minha família materna é reconhecida por seguir fazendo a manutenção desse conhecimento até hoje. A atividade, que começou com meu avô, hoje é executada por seus filhos, netos e bisnetos e conta com estaleiros onde se constrói desde a embarcação até a pintura, além de toda a instalação mecânica.

Durante as décadas de 70 e 80, devido a disputa de mercado com a cerveja e por esta economia funcionar às margens das leis trabalhistas (Anderson, 1991), iniciou a decadência da economia canavieira em Abaetetuba. No ano de 1973, foi criada a 1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba, a partir desse período, os ribeirinhos tinham, enfim, um órgão para recorrer em busca dos direitos trabalhistas.

E, foi isso o que ocorreu em massa, visto que, de acordo com o que seu Romildes relatou, aqueles que trabalharam sua vida inteira, muitas vezes desde a infância, ao buscarem seu direito à aposentadoria, depararam-se com a negação do benefício, visto que não tinham nenhum tipo de documento ou registro dos anos de trabalho e acabavam sendo orientados pelo FunRural¹⁹, a procurarem a justiça do trabalho.

O que se viu, nesse período, foi o fechamento de alguns engenhos. Os donos, até aquele momento, estabeleciam residência nas ilhas, acompanhando de perto seus empreendimentos; mas, com a decadência dos engenhos, se mudaram para suas propriedades na cidade de Abaetetuba e, até mesmo, na capital: Belém. Desse modo, muitos trabalhadores ficaram sem qualquer satisfação ou indenização.

Houve donos de engenhos, conforme Anderson (1991), que ignoraram as exigências da legislação e mantiveram o tradicional regime paternalista e pessoal. Porém, houve casos em que os patrões simplesmente extraviaram as carteiras de trabalhos entregues para serem assinadas. Scott Douglas Anderson, segue apontando, em seu artigo, que

Sem receber os benefícios garantidos pela lei, os empregados empreenderam e ganharam causas na Junta contra os patrões, de forma que parte do capital acumulado pelos engenheiros passou a ser distribuído entre

¹⁹ Atualmente, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

os funcionários. Como reflexo disso, alguns dos engenhos que continuam funcionando até hoje estão em mãos de ex-empregados. Em outros casos, engenhos inteiros foram tomados pela Justiça, para pagamento de dívidas trabalhistas, e permaneceram parados, em processo de deterioração, por não acharem compradores interessados em reativá-los. (Anderson, 2001).

Todo esse processo levou, também, à queda do comércio de regatão, o que fora motivado, segundo Machado (2008), pela abertura das rodovias amazônicas e aumento dos custos pelos altos preços do petróleo.

Os regatões estavam, intimamente, ligados aos engenhos de cachaça, pois esse era o principal produto comercializado, entre os muitos que circulavam nessas embarcações. Essa categoria de comércio intensificou-se já a partir das últimas décadas do século XIX e no século XX até os anos finais da década de 1980.

Os comerciantes de regatão do Baixo Tocantins seguiam, com seus barcos, comercializando e trocando seus produtos pelas localidades às margens dos rios do Baixo Tocantins, do Marajó, em localidades do Baixo Amazonas, pela região do Salgado e pelas margens dos rios Capim, Guamá, Acará, Moju, Igarapé-Miri, nas capitais dos estados do Pará, Amazonas, Amapá, pelo rio Oiapoque, chegando até o estado do Acre.

A decadência da economia canavieira levou ao auge das olarias, muito embora estas já funcionassem em várias ilhas. Com o fechamento dos engenhos, se multiplicam as olarias. De acordo com Lira (1998), as ilhas de Abaetetuba chegaram, ainda na década de 80, a concentrar 50% das olarias do estado do Pará, fabricando tijolos, telhas, vasos, potes, alguidar e panelas. Inclusive, algumas resistem até os dias atuais em pelo menos duas ilhas: Ajuai e Itacuruçá.

Inicialmente, toda a produção era manual e os produtos, geralmente, alimentavam o mercado interno do município e da capital do estado. Conforme Ferreira (2013), ao longo do século XX, a região das ilhas de Abaetetuba foi tomada por várias olarias artesanais com produção semi-faturada, a qual chegava até a capital Belém e era levada pelos comércios de regatões para locais mais distantes como a região do Baixo Amazonas.

As olarias tinham uma exploração de mão de obra e recurso natural muito grande, sendo pagamento feito em troca de produtos alimentícios e de ferramentas,

os quais eram adquiridos no comércio do dono da olaria. Pagava-se apenas a mão de obra e não o recurso explorado, conforme explica o senhor Romildes no trecho

“O dono da olaria tem que comprar a lenha e comprar o barro. Por exemplo, se eu tenho o barro no meu terreno, eu vou vender uma barcada de barro pro dono da olaria, só que ele não paga pelo barro, ele paga só a minha mão de obra pra tirar essa barcada de barro. Simplesmente a exploração era isso. A lenha, acontecia a derribada de áreas no terreno pra produzir lenha pra olaria, e o dono da olaria não pagava pela lenha, apenas a minha mão de obra pra tirar a lenha, além do desmatamento que provocava, até por que naquela época o açai não tinha muita validade (valorização), então ninguém preservava açai. A outra exploração era a mão de obra, além de tirar o barro ou a lenha pra olaria, os filhos do ribeirão trabalhavam pra olaria que era a pior exploração, começava às 2 horas da madrugada pra tirar o barro, fizesse chuva ou sol, 6h parava pra tomar o café, 7 horas voltava, 11 horas para, pra todo mundo comer, meio dia volta, até 17 horas, aí 17 horas tem o cafezinho e depois volta o serão até nove horas da noite. O que era que ganhava esse pessoal? Nenhum centavo. O valor da diária era baixo justamente pro trabalhador só conseguir pegar os alimentos no comércio, e nunca sobrava saldo”

Essa atividade pouco se modernizou com o passar dos anos, mantendo equipamentos da década de 30 (Ferranti, 2013). Lira (1998) aponta que, no final da década de 80 e ao longo da década de 90, a economia oleira abaetetubense passava por uma crise que levou a redução significativa das olarias. Além da falta de modernização, o setor não conseguiu competir com os produtos similares do nordeste brasileiro, sobretudo na comercialização voltada para a construção civil, o alto risco de acidentes devido ao uso da maromba – equipamento que transforma a argila em uma massa homogênea e o esgotamento das jazidas de argila. Atualmente, algumas olarias familiares seguem funcionando nas ilhas abaetetubenses e seus produtos ainda são encontrados no comércio local.

As populações tradicionais das Ilhas de Abaetetuba se mantiveram em seus territórios, antes, durante e depois de cada ciclo econômico exploratório, resistindo às explorações por meio da manutenção de seus modos de vida, de reprodução econômica e social.

2.2.2 A permanência nas ilhas, após a decadência dos engenhos

Para se chegar a essa configuração atual dos PAEs nas ilhas, em 2003, os ribeirinhos tinham como principal demanda de luta: a criação de assentamentos agroextrativistas em terras de marinha, o que era, até aquele momento, modalidade inexistente no programa de reforma agrária.

As demandas das ilhas de Abaetetuba foram organizadas. De acordo com a Cartilha da CPT juntamente com o Moriva, toda a movimentação por essa demanda, inclusive o encaminhamento em Brasília, foram feitos pessoalmente pelas lideranças e tiveram apoio principalmente dos ribeirinhos, como reforça esse trecho *“não tivemos apoio de nenhum político paraense em nada. Esta luta é dos Ribeirinhos e das entidades que nos apoiam”*.

Os ribeirinhos de Abaetetuba com sua luta despontam como um marco histórico na regulação fundiária em terras de Marinha. O PAE São João Batista (Rio Campompema) e o PAE Nossa Senhora do Livramento (Rio Tabatinga) figuram os dois primeiros PAEs do Brasil nessa modalidade de assentamento em terra da União, a qual tem como principal característica o reconhecimento da presença tradicional daquele povo naquela área, pois não se trata de assentamentos a partir de acampamentos de famílias sem-terra, mas sim da regularização de uma área em que a existência de determinado grupo já acontece há séculos.

A situação fundiária das ilhas de Abaetetuba é uma luta anterior aos PAEs, é uma busca pelo reconhecimento das populações que ocuparam esse território há séculos. Em 1999, iniciou-se a discussão sobre a regularização fundiária das áreas de remanescente de quilombos nas ilhas de Abaetetuba, com auxílio da CPT e com a unidade de movimentos sociais que incluía Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Colônia dos pescadores, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), entre outros.

Em 2000, foi realizada a primeira “ocupação” do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), durante a qual foram encaminhadas as demandas das comunidades que requeriam seus títulos e, posteriormente, criou-se a Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA). Com a associação as comunidades começaram a acessar algumas políticas de incentivo a pesca, agricultura e criação de animais. Foram titulados dois territórios quilombolas em 2002: Território Bom Remédio – Rio Assacú e Território Ilhas de Abaetetuba com 7 comunidades. Segundo relato do Sr. Romildes Teles, os ribeirinhos começam a ter como pauta principal a questão fundiária, que já os inquietava desde a década de 80. Domingos Trindade, meu avô, fez parte dessa geração de lideranças políticas e ele, sempre, contou que, ao longo das economias exploratórias presentes nas ilhas (a

canavieira e a oleira), e com a compreensão de que as terras tradicionalmente ocupadas pelos ribeirinhos eram na verdade da União, houve a percepção de que ninguém tinha nenhum tipo de documento, comprovando a posse.

Por isso, passaram a nutrir uma grande preocupação de que a população ribeirinha pudesse perder suas terras a qualquer momento e é essa preocupação que leva às mais diversas lutas por titularização do território das ilhas e que resultou nos dois territórios quilombolas titulados e em mais de 20 PAEs. Porém, apenas dois têm os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), consolidação da situação fundiária.

Além disso, a falta de documentos acerca da posse da terra dificultava acesso a programas de crédito como apontou seu Romildes *“como conquistar acesso a crédito se o Estado ficava querendo saber se a terra era da União e ninguém sabia?”*

E, ele define que isso só foi possível após a retomada dos STTR e da Colônia de Pescadores no município de Abaetetuba, pois *“a partir daí ganhou-se autonomia”*. A retomada do STTR e da Colônia de pescadores ocorreu no final da década de 80, acompanhando o movimento que já vinha ocorrendo no baixo Tocantins, pois o período da ditadura militar *“é marcado pelo oficialismo da grande maioria dos Sindicatos que passaram a ser tutelados pelo Estado e a obedecer à legislação oficial determinada pelo Ministério do Trabalho”*. (Amorim et al., 2015, p. 4)

Na década de 80, a região do Baixo Tocantins sofrerá grandes mudanças com a implantação de grandes projetos, como a usina hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Albrás Alunorte no município de Barcarena.

Do primeiro, até hoje, sofremos os impactos, principalmente, com as alterações nos ciclos de marés provocadas por aberturas e fechamentos das comportas. Do segundo, além dos impactos, diversos homens incluindo das ilhas de Abaetetuba, foram a força de trabalho para a construção do Distrito, o que levou a um grande êxodo rural. Muitos dos que conseguiram trabalho mudaram-se das ilhas para a cidade de Abaetetuba. Porém, desconheço literaturas que tratem sobre esse movimento que, ainda, é o principal e mais próximo exemplo que temos das consequências de um grande projeto.

As primeiras discussões sobre o direito fundiário só foram possíveis, em 1999, devido um acúmulo de organização e mobilização que se inicia na década de 70 com a criação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs em Abaetetuba, que resultam na efervescência de movimentos sociais e lutas nas ilhas de Abaetetuba na década de 80²⁰.

As CEBs tinham como objetivo suprir a ausência de padres nas regiões distantes formando leigos para preencher essa lacuna, mas, sobretudo atuou na formação cidadã de muitas populações, pois estava firmada na Teologia da Libertação²¹, inclusive nas Ilhas de Abaetetuba, com a figura do Padre José Borghesi. É importante ressaltar que a religiosidade católica nas ilhas já existia antes da atuação das CEBs, as famílias celebravam para seus santos de devoção por meio das ladainhas, que são celebradas até os dias atuais.

Com as CEBs²², inicia-se um processo de conscientização da existência de direitos e, principalmente, a formação daqueles que, posteriormente, foram e são as lideranças dos Movimentos Sociais atuantes nas ilhas de Abaetetuba até os dias de hoje. A primeira ação das CEBs foi a criação do Sistema de Cantinas e Cantinões que eram armazéns comunitários, como forma de geração de renda, levando o ribeirinho a deixar a dependência da cantina do engenho e consumir na comunidade.

Na década de 80 é criada a Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz. Chamada popularmente de Paróquia das Ilhas, pois abriga todas as comunidades católicas das Ilhas de Abaetetuba e as organiza em setores de, em média, cinco comunidades. São 64 comunidades, distribuídas em 11 setores, tratadas como comunidades irmãs.

²⁰ Maués (2010), aponta que as CEBs nascem no Brasil na década de 60, tem seu *boom* entre as décadas de 70 e 80, e alguns autores defendem que houve um “fim”90, mas este autor aponta que cada vez mais a literatura mostra a vitalidade das CEBs ao longo das décadas, que mudou suas estratégias de atuação, mas ainda forma lideranças pautadas nos seus princípios de fé cristã e prática política libertária.

²¹ No cenário brasileiro o movimento de criação das CEBs e pastorais foi significativamente influenciado pela Teologia da Libertação (TL) sobre o protagonismo de Leonardo Boff, Dom Helder Câmara e Frei Beto, entre outros. ARAÚJO, I. F. Território de ação local: Uma etnografia da vida associativa na Amazônia tocantina. Dissertação, PPGSA/UFGA, 2015.

²² As CEBs atuaram em Abaetetuba da mesma forma que em Cametá, de acordo com ARAÚJO (2015), elas contribuíram para que, na Prelazia de Cametá, nas décadas de 1970 e 1980 fossem dedicadas à criação de comunidades e pastorais, assim como ao fomento à constituição de organizações e movimentos sociais.

Essa organização faz-se importante, ao longo das lutas históricas das Ilhas de Abaetetuba, pois cria redes de comunicação entre as comunidades que são abastecidas ao longo das atividades religiosas, de modo que a relação fraternal é mantida pela participação mútua em seus eventos religiosos e, em certa medida, até mesmo os de lutas.

As primeiras bandeiras de lutas dos ribeirinhos, a partir das inquietações geradas nas formações oferecidas pelas CEBs, eram direitos básicos e efetivação de políticas públicas de saúde e educação para as comunidades.

O primeiro movimento criado foi o Centrilha, em 1982, que tinha por objetivo a luta social e política para geração de políticas públicas para o centro (área rural próxima às rodovias do município) e ilhas. Posteriormente, os ribeirinhos criaram a APT (Ação Popular Transformadora) que objetivava ações voltadas para a educação, sobretudo, a construção de prédios escolares nas ilhas e professores da localidade. Além disso, a AMIA (Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba) foi criada, em 1986, e mantém-se atuante, até hoje, e prossegue com as pautas de luta da APT.

Esses movimentos conquistaram importantes vitórias, como a contratação de Agentes Comunitários de Saúde das comunidades ribeirinhas que passaram por formações para Técnico de Posto de Saúde e, por isso, realizavam atendimentos básicos e emergenciais na própria comunidade. A contratação de professores ribeirinhos para atuarem no Projeto Casulo, voltado para a educação infantil, também, figura outra vitória importante para as comunidades ribeirinhas.

Todo esse caminho de resistências e lutas culminou na atual configuração espaço-institucional das ilhas de Abaetetuba. Atualmente, somos cerca de 40.000 ribeirinhos e quilombolas distribuídos em 72 ilhas que abrigam 24 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) e 2 Territórios quilombolas. Somos centenas de famílias ligadas umbilicalmente aos rios, tendo a natureza como nosso alimento do corpo e do espírito.

Entre os 24 PAEs, está o PAE Santo Afonso na Ilha Xingu aprovado em 2005, conforme consta na portaria 37 do Diário Oficial da União (DOU).

PORTARIA No - 37, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005
O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições [...] CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo

INCRA/SR-01/Nº 54100.001927/2005-81 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve: Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado ILHA XINGU, com área de 2.705,6259 ha, (dois mil setecentos e cinco hectares, sessenta e dois ares e cinquenta e nove centiares), localizado no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, que prevê a criação de 108 (cento e oito) unidades agrícolas familiares; Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE SANTO AFONSO, Código SIPRA PA0301000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário. (DOU nº229,2005, p.110).

É nesse PAE que a Cargill vem tentando a construção do Terminal Portuário de Uso Privado que trará impactos ambientais não só para o local exato de sua instalação, mas para todo esse complexo de populações tradicionais que habitam as Ilhas de Abaetetuba.

Antes da chegada dos engenhos, os ribeirinhos viviam, majoritariamente, do extrativismo da seringa, ucuúba, andiroba e da pesca, pois as lavouras eram uma parcela não tão significativa da produção. Por muito tempo, até a decadência dos engenhos não eram, totalmente, monetizados, já que a troca era a base de suas relações econômicas.

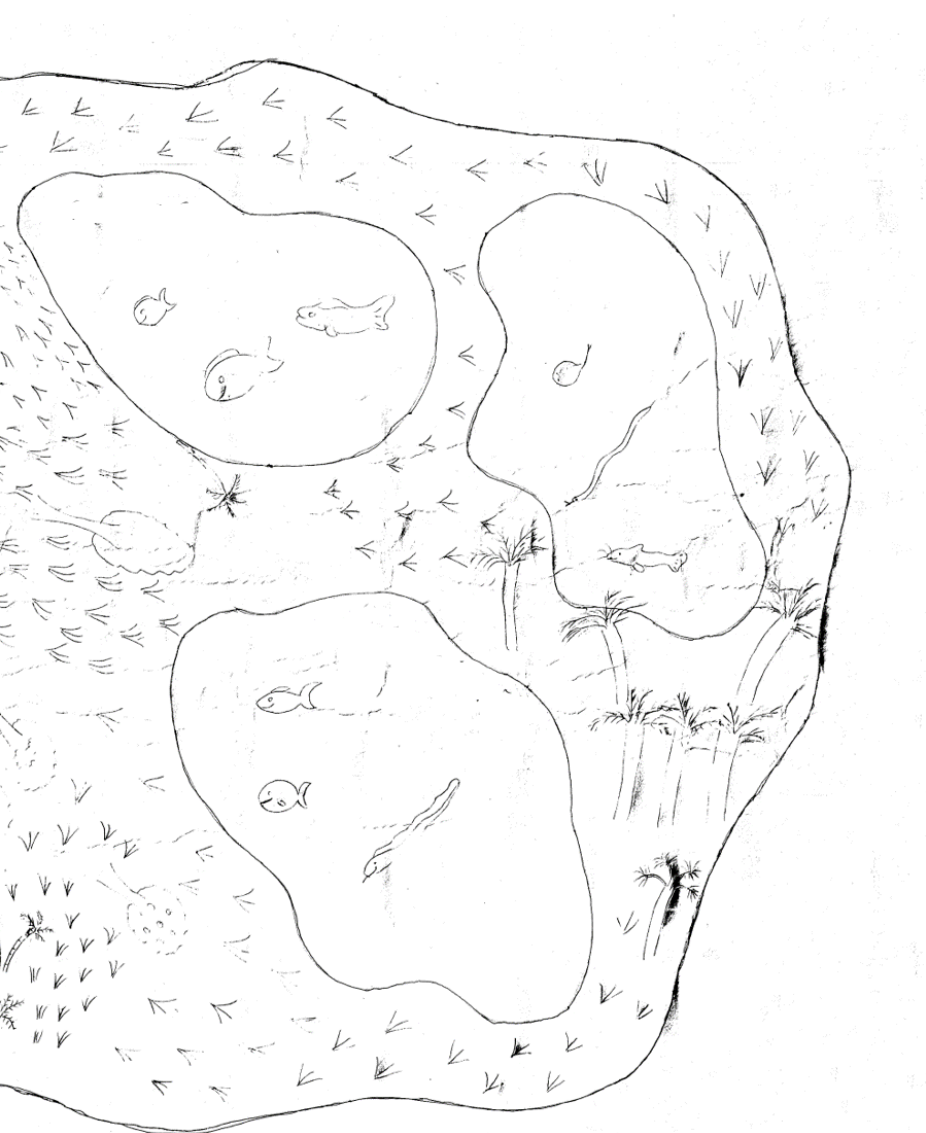
Entretanto, desde o extrativismo da borracha, todos os relatos que ouvi foram relacionados à exploração do ribeirinho. De certo modo, é como se a percepção da exploração fosse tardia e isso trouxesse um arrependimento de que podia ter feito algo diferente. Talvez a consciência política que se tem hoje traga a noção e o arrependimento do passado.

Meu pai me dizia, e eu sentia a melancolia em seu relato, que *“enquanto muitos de nós trabalhava desde criança, os filhos do dono de engenho ia para a capital estudar, se formar médico, advogado, garantiam o futuro deles, e até hoje tão aí são famílias ricas.”* Também, Seu Romildes com a mesma melancolia diz *“a gente era explorado de todas as formas, o trabalho na olaria nos explorava, na cana nos explorava, era exploração de todo lado”*.

Entendo essa melancolia do ponto de vista apresentado por Michael Taussig que a aponta como o olhar que penetra nas imagens do passado, transformando-as de objetos mortos em imagens vibrantes e significativas para o encontro revolucionário com o presente. E esse olhar no passado é fundamental para as lutas no presente, como contra a implantação do Terminal de uso privado. O projeto do TUP

bem como a materialidade do conflito entre empresas envolvidas nesse projeto e a comunidade de Santo Afonso serão apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: A materialidade do Conflito: o TUP Abaetetuba e as violações aos direitos das comunidades tradicionais



3.1 O TUP ABAETETUBA

Desde os anos 70, vemos o grande capital se aproximar do território do Baixo Tocantins, por exemplo, com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí e do Distrito industrial de Barcarena. Atualmente, estima-se que mais de 120 milhões de toneladas de grãos cruzam 23 municípios até a zona portuária de Barcarena que, posteriormente, são exportadas via navios, cruzando o furo do Capim, estreito entre a ilha do Capim e a ilha do Xingu.

A região das ilhas apresenta uma localização estratégica em relação ao oceano e a proximidade com o continente, o que sempre seduziu os grandes projetos de expansão da malha hidroviária ao ponto que a primeira tentativa de construção do TUP Abaetetuba era de capital nacional por meio da empresa Odebrecht S.A, a qual tentou comprar terra na Ilha do Capim, no ano de 2014, para construção de um Terminal Flúvio Marítimo (TFM) (Mesquita; Alves, 2020). No entanto, com a desestruturação dessa empresa, a norte-americana Cargill assumiu o controle e a preferência do Estado brasileiro para instalar-se na Ilha Xingu (Bastos, 2019).

O terminal portuário de uso privado (TUP) Abaetetuba tem como objetivo principal garantir o escoamento da produção do agronegócio (grãos), compõe a expansão da malha ferro e hidroviária do Estado do Pará, inserido no projeto logístico corredor Arco Norte²³ que representa a conexão dos grandes projetos de infraestrutura com o objetivo de integrar e expandir o capitalismo (Ribeiro, 1987)

O TUP Abaetetuba é apenas um dos inúmeros projetos planejados para a região do Baixo Tocantins, tal qual a Hidrovia Araguaia Tocantins e a Ferrovia Paraense, entretanto esses são apenas a porta de entrada ao processo de acumulação do capital. De acordo com Rodrigues (2020), são 96 portos que compõem o Arco Norte entre os que já estão em funcionamento e os planejados, somente para o Baixo Tocantins, no Pará (Barcarena e Abaetetuba), são planejados mais de 20

²³ O projeto logístico corredor Arco Norte é um sistema de transportes, em seus vários modos, responsável pelo escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão. Fonte: NORTE, ARCO. UM DESAFIO LOGÍSTICO. **Centro de Estudos e Debates**. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/arco_norte.pdf >

portos.

Os Grandes Projetos de Infraestrutura não representam temor apenas no presente, mas também a imprevisibilidade do futuro. De acordo com Hetherington e Campbell (2014), a infraestrutura é sempre sobre o futuro, ou futuros diferentes, visto que continuam a estar emaranhados com promessas, esperança, possibilidades e medo.

Todo o contexto de desastres causados por projetos de infraestrutura, no caso dos ribeirinhos de Abaetetuba, faz com que estes não sejam vistos como promessas, esperanças e possibilidades. Ao contrário, gera apenas o medo de um futuro deflagrado pelo porto bem como pelo outros vinte portos planejados.

Esses futuros diferentes são um dos elementos desse conflito. A comunidade de Santo Afonso constrói um futuro no território, baseado na reprodução do seu modo de vida tradicional que é parte integrante da natureza. No entanto, tudo isso é ameaçado pelo futuro que se desenha com a implantação do TUP Abaetetuba e, conseqüentemente, a destruição do território e a impossibilidade das gerações futuras se manterem na comunidade. O temor nesse futuro diferente proporcionado pela presença de um grande projeto não paralisa a comunidade, mas é a necessidade de construção do futuro planejado por eles que os motiva a lutar contra o empreendimento.

O TUP Abaetetuba está planejado para utilizar uma área total de 51,93 hectares, considerando a implantação de todas as estruturas previstas que abrangem os píeres de atracação de navios, os píeres de descarga de barcaças, suas estruturas de ancoragem à terra, pontes de acesso, uma bateria com três silos metálicos para armazenagem dos produtos e outros prédios administrativos.

Esse TUP está planejado para operar durante 24 horas por dia, com a movimentação inicial de dois milhões de toneladas de grãos anuais. Estima-se que dois anos após a instalação haja uma movimentação de 3 a 4 comboios compostos por 16 barcaças e 2 a 3 navios por mês, quando o Terminal estiver operando em sua capacidade máxima de nove milhões de toneladas anuais. A expectativa máxima é de 16 comboios compostos por 16 barcaças cada e, também, cerca de 11 navios por mês. As principais origens dessas cargas são os estados do Pará, Maranhão, Piauí,

Tocantins, Rondônia e Mato Grosso (RIMA, 2018).

Toda essa extensa movimentação de navios e barcas, muito embora a empresa fale apenas em dragagem de sedimentos, alerta os pescadores para a alta possibilidade da explosão das *cruas*²⁴, que circundam as ilhas Xingu e Capim, para que essas embarcações possam atracar e até mesmo circular.

As cruas são conjuntos de pedrais reconhecidos pela comunidade como berçários de diversas espécies de peixes. A emersão dessas pedras, muitas vezes, impossibilita a circulação de embarcações de pequeno porte como *rabudinhos*. Por isso os pescadores acreditam na impossibilidade da navegabilidade sem a destruição das cruas. Caso isso aconteça dimensionam que os prejuízos serão incalculáveis, inclusive com a possibilidade de desaparecimento de espécies pesqueiras.

O Rima do TUP aponta um investimento de R\$900.000,00 de reais para a implantação do projeto, o qual a empresa declara tratar-se de recursos próprios. Porém, de acordo com o dossiê Cumplicidade na Destruição III, elaborado pela APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil) e Amazon Watch, bancos como BNP Paribas, J.P. Morgan Chase, HSBC, Deutsche Bank, Bank of America, Barclays e Citigroup emprestaram de US\$ 306 milhões a 1 bilhão cada para a Cargill entre janeiro de 2017 e maio de 2020. Entre os principais investidores na Cargill estão a Prudential Financial, a American International Group (AIG) e a MetLife.

A primeira evidência da implantação do porto foi a compra de um terreno de aproximadamente 400 hectares, integrantes do PAE Santo Afonso, que faz o fundo com o Pirí, de acordo com o senhor Romildes, que fazia parte do MORIVA, movimento responsável pela organização dos PAEs.

Essa área adquirida pela KF Menezes pertencia a um senhor denominado Joaozinho (João Cordeiro), que embora não morasse na área, criava gado bovino no local e mantinha boas relações com os moradores. No plano de Utilização (PU) do

²⁴“Uma crua de pedra que sai fora, lá é muito bom pra peixe descendo dela”, essa é a definição dada pelo pescador, Manoel Soares, retirada do Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins. A crua é a denominação local para um conjunto de pedras que margeia o furo do capim, pelo lado direito da ilha Xingu, e pelo lado esquerdo da Ilha Capim e que devido o movimento das marés emerge e com isso também limita a passagem nesse canal. Esse pedral é um importante local de reprodução de peixes.

PAE, foi permitida a manutenção do rebanho, ficando, expressamente, proibida a venda da terra e a expansão desse rebanho, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

No PAE SANTO AFONSO não há títulos individuais de terra, mas um título coletivo em nome da associação e autorizações individuais de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores em “propriedades”. Consequentemente, a comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a cessão de benfeitorias entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da associação.

Fica proibida a criação de animais de grande porte (bovinos e bubalinos) exceção feita aos senhores José Maria Bahia, João Cordeiro e Manoel Trindade que possuem um pequeno rebanho bovino há décadas, num total de 37 (trinta e sete) cabeças, convivem em harmonia com os habitantes da ilha e com o meio ambiente, sendo vetado a ampliação do rebanho e da pastagem.

(Plano de Utilização do PAE Santo Afonso, 2006, p. 2;3;7)

Na memória local, o primeiro dono foi o Senhor Emercindo Maués, que era dono de um engenho em outra comunidade e, na década de 40, contratou o Senhor Henrique Assunção, como caseiro que morou no terreno até a década de 50, quando foi vendido para o Senhor Fidoca.

Na década de 80 o terreno, foi vendido para o Senhor João Monteiro que instalou uma serraria e realizava o extrativismo de madeira no terreno. Posteriormente, João Monteiro vendeu metade do terreno para duas pessoas, Senhores Antonio e Nestor, os quais, também, o venderam. Até este momento a transação era baseada na palavra.

Na década de 1990, João Monteiro e Nestor venderam as suas partes ao Senhor Claudio Sereni que a registrou em cartório. Em 2000, o terreno foi, então, vendido a João Cordeiro que era reconhecido pela comunidade como dono até 2011.

A comunidade destaca que esse é um terreno “*que nada vai pra frente*”. Essa frase é corroborada pela tentativa dos donos anteriores de desenvolver diversas atividades produtivas e de extrativismo, como serraria e extração de madeira, criação de bovinos e caprinos, roças e plantio de milho, mas nenhuma teve sucesso, o que resultou nas vendas ao longo dos anos.

Isso é algo incomum nas ilhas, o corriqueiro é o terreno permanecer na mesma família por gerações. Entretanto, os ribeirinhos sempre realizaram atividades de extrativismo de sementes, madeiras e frutas, além da plantação de roças nesse

terreno mesmo com as diversas trocas de proprietários, pois a maioria destes não residiam na comunidade e mantinham o terreno apenas para a produtividade.

Embora o PAE tenha sido criado em 2005, com as restrições de venda acima mencionadas, o senhor João Cordeiro vende a terra em 2011, a KF Menezes, empresa de consultoria que registrou esta transação em cartório. Simultaneamente, comprou a parte adquirida pelo Senhor Antônio e integralizou o terreno de 1940. Conforme será descrito, posteriormente, esta área é reconhecida pelos moradores como pertencente a um homem negro (imaterial), que dificulta a permanência de moradores ou proprietários no local, o que é atestado pelos permanentes atos de compra e venda.

O terreno, adquirido pela KF de Menezes, é descrito como uma área de 358 hectares, conforme a escritura pública de compra e venda expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Abaetetuba, de 30/08/2011, que inclui o seguinte:

OUTORGANTES VENDEDORES: MARIA FRANCISCA GAMA DOS SANTOS, brasileira, [...] e seu esposo com quem mantém união estável JOÃO JOAQUIM CARDOSO CORDEIRO, brasileiro, pescador, [...], e de outro lado como OUTORGADA COMPRADORA: KF DE MENEZES CONSULTORIA LOGISTICA, empresa individual, inscrita no CNPJ/MF sob O nº 07.651.845/0001-96, com sede em Belém/Pará, [...] neste ato representada por seu diretor KLEBER FERREIRA DE MENEZES. [...] E Assim pelos outorgantes vendedores me foi dito que: 1º) Que são senhores e legítimos possuidores de um terreno edificado situado no furo do Capim, neste Município, medindo 2.448 metros de frente, 2.224 metros lateral direita, 3.000 metros lateral esquerda e 300 metros nos fundos, formando uma área de 3.588:888m², limitando-se pelo lado direito com o Igarapé Urucurizinho e Sr. Marajó, lado esquerdo com Igarapé Areia e Miguel Marques Silva e pelos fundos com o lago do Pirí. (citação)

A KF Menezes Consultoria e Logística, posteriormente, terá alteração em sua razão social para Brick Logística Ltda, que é uma empresa sem informações claras, não possui site ou qualquer tipo de rede social, de forma que a atividade realizada não é muito clara, o CNPJ dela está cadastrado como empresa prestadora de atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, entretanto reportagens²⁵ citam a Brick como empresa que desenvolve projetos portuários.

²⁵ <https://www.suinoagricultura.com.br/imprensa/odebrecht-transport-vai-investir-em-transporte-de-graos-no-rio-tapajos/20140120-092529-k541>

Esse terreno foi comprado sob a justificativa de que não fazia parte do Projeto de Assentamento. Entretanto, nos documentos anexos ao Estudo de Impacto Ambiental do TUP, consta uma nota técnica encaminhada pela Brick logística à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), reconhecendo que o terreno adquirido se encontra integralmente dentro do PAE Santo Afonso e solicitando a exclusão do polígono do PAE Santo Afonso, conforme abaixo

2.11. Ao analisarmos parcialmente os arquivos do CD/EIA-RIMA, verificamos que foi identificado um PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) que comporta integralmente o perímetro do empreendimento. Este PAE, denominado PAE Santo Afonso, foi criado por meio da Portaria no 37, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2005, a qual reporta ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre SPU e INCRA (1757812), assinado em 21 de novembro de 2005, com extrato publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2005;

2.12. Ao analisarmos parcialmente os arquivos do CD/EIA-RIMA, entendemos que há demonstração do interessado em requerer a utilização de 1.475.933,98 m², tendo em vista se tratar da implantação de projeto portuário com a instalação da TUP, Terminal de Uso Privativo.

3. Diante de todo o exposto, recomendamos as seguintes medidas:

3.1. Encaminhar uma solicitação ao INCRA, para a exclusão da área do terreno do empreendimento do território do PAE Santo Afonso, de acordo com o conteúdo da cláusula terceira do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre SPU e INCRA, e tendo em vista que este último ainda não se manifestou após encaminhamento de ofícios.

(Nota Técnica nº 6478/2016-MP, 2016)

Um dos eventos mais marcantes para os ribeirinhos, em relação a compra do terreno, foi o cercamento que aconteceu em 2015, ocorrido no mesmo ano em que, também, houve o naufrágio do navio Haidar. A implantação da cerca é vista de forma muito negativa pelas comunidades.

Na cultura ribeirinha não há cercas, os terrenos têm suas divisas estabelecidas por marcos naturais como igarapés, alguma árvore de grande porte. Por outro lado, a cerca física é entendida como símbolo de desavença. Ainda, houve a abertura de uma estrada de terra que possibilita a circulação e a presença de segurança armada e cachorros de grande porte, que amedrontam e intimidam a comunidade.

Em 2017, embora não tendo oficialmente adquirido o terreno, a Cargill inicia o processo de licenciamento ambiental do TUP Abaetetuba, no terreno adquirido pela Brick Logística no PAE Santo Afonso, com a emissão da certidão do uso do solo, emitido pela prefeitura de Abaetetuba.

Entretanto, esse ato tem sua legalidade contestada bem como a própria

aquisição do terreno. Em uma ação judicial aberta pela Cáritas Brasileira de nº 1043377-41.2021.4.01.3900, há o argumento que sendo esta área integrante de um PAE, logo área da União, sua venda é vedada e o governo municipal não tem jurisdição para a emissão de tal documento.

O Uso e a manipulação deliberada de procedimentos, claramente, ilegais para adquirir áreas protegidas pela lei são estratégias corporativas que a Cargill lança mão. Barros (2018) e Eusébio e Magalhães (2022) apontam que a usurpação de lotes da reforma agrária, no contexto da mineração, também, se aplica a Cargill em Abaetetuba e conta tanto com a omissão do Incra, como órgão fundiário responsável, quanto com o consentimento institucional em torno da prioridade da mineração e da infraestrutura logística.

Embora a Cargill, desde 2017, tenha iniciado os procedimentos para o Licenciamento Ambiental do TUP Abaetetuba, o domínio útil do imóvel só foi transmitido a ela pela Brick Logística em 2020, conforme consta no anexo de documentos expedidos pelo Cartório do 1º Ofício por meio da certidão solicitada pela defesa dos réus no processo nº 0800766-13.2018.8.14.0070, ajuizado pela Defensoria Pública do Estado.

Esta prática é uma estratégia corporativa comum dos Grandes Projetos, empresas pequenas avançam, compram os terrenos e lidam com os conflitos e vendem para a detentora do capital. Assim, ela protege o seu capital reputacional.

Essa atuação da Cargill anterior a ter o domínio útil do imóvel é caracterizado por Becker (1988) “posse rápida e antecipada à legitimação”, ou seja, a empresa segue, atuando como se fosse proprietária antes mesmo de ter a posse e a mesma autora chama a atenção para como o Estado legitima essa posse antecipada.

Outro fato que chama atenção, nesse documento, é o questionamento, também na ação judicial nº 1043377-41.2021.4.01.3900, sobre a valorização do terreno, ou seja, a Brick adquiriu pelo valor de R\$ 1.376.413,04; entretanto, conseguiu transferir o domínio por R\$ 53.241.37,74, sem haver grandes modificações que justifiquem a valorização de mais 3000 % do terreno.

Em 2022, as comunidades foram surpreendidas com a ratificação da portaria nº37 publicada no Diário Oficial da União Nº 64, de 4 de abril de 2022, entretanto essa era uma solicitação da KF de Menezes que tramitava desde de 2014 na SPU, e determinou que

Na Portaria nº 37, de 28/11/2005, publicada no DOU nº 229, de 30/11/2005, Seção 1, Pág. 111, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE SANTO AFONSO, Código SIPRA PA0301000, no Município de Abaetetuba/PA, onde se lê: "... 2.705.6259ha (dois mil, setecentos e cinco hectares, sessenta e dois ares, e cinquenta e nove centiares)", leia-se: "... 2.237,8307ha (dois mil, duzentos e trinta e sete hectares, oitenta e três ares, e sete centiares)", conforme peças técnicas de Memorial (SEI nº 12160099) e Planta (SEI nº 12160096), constantes no NUP 54000.084888/2020-14. (Diário Oficial da União, nº64, 2022, p. 11)

Essas não são as únicas violações cometidas em todo esse processo de implantação do TUP Abaetetuba. No tópico a seguir, irei tratar dessas diversas infrações que vem sendo praticada contra as comunidades.

3.2 TUP Abaetetuba e as violações às comunidades

A Cargill apesar de ser reconhecida, internacionalmente, como um dos grupos de maior sucesso quando se fala de commodities agrícolas, em 2019 liderou a exportação de soja no Brasil, com embarque de mais de 17 milhões de toneladas do grão, também é reconhecida a nível internacional como violadora de direitos humanos e ambientais, eleita em 2019 como a pior empresa do mundo pela Mighty Earth, em meio a denúncias de impulsionar o desmatamento, trabalho infantil e análogo a escravidão (SCHRAMM, *et al.*, 2021; MIGHTY EARTH, 2019).

Em Abaetetuba, a Cargill seguiu o seu padrão de atuação como violadora de direitos humanos. No caso do cercamento do terreno, implica a redução de 200 m do espaço de pesca de 200 m da margem do rio em direção ao centro do furo do capim na extensão do terreno cercado, bem como na intimidação e cerceamento da circulação dos pescadores mediante a presença da segurança armada.

Em matérias recentes a Cargill²⁶ defende que a cerca só apresenta estacas e não impede a circulação dos ribeirinhos; porém, há a presença constante de segurança armada no local. Dessa forma, muitos têm deixado de acessar a área do Pirí que foi cercada, impedindo o uso coletivo anterior devido a privatização e invasão atual.

O estudo de impacto ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental

²⁶ <https://insustentaveis.sumauma.com/cargill-quer-ampliar-destruicao-amazonia/>

(RIMA), foram realizados pela Ambientare—soluções em meio ambiente²⁷ e, também, são instrumentos de violações de direitos das comunidades desde a forma de coleta das informações, como já mencionado anteriormente, até as invisibilidades e subdimensionamentos sobre as comunidades. Fatos que contribuem para que os ribeirinhos contestem amplamente esses documentos²⁸.

3.2.1 As invisibilidades do RIMA

O EIA Rima elaborado pela empresa Ambientare apresenta uma série de invisibilidades, incorreções e subdimensionamentos acerca da realidade que se apresenta nas Ilhas de Abaetetuba. Essa atuação é recorrente quando se trata de Grandes Projetos, Oliveira e Zhourri (2005) apontam que os estudos e relatórios de impactos ambientais têm como regra a invisibilização das comunidades.

A primeira invisibilidade diz respeito ao cercamento do terreno invadido, o que materializa a invasão do Pirí (Figura 18). Embora, o EIA/Rima aponte que “a alternativa locacional do empreendimento priorizou áreas já favoráveis às obras e instalação do empreendimento, **fora de áreas de uso das comunidades**” (RIMA, 2018, p.17).

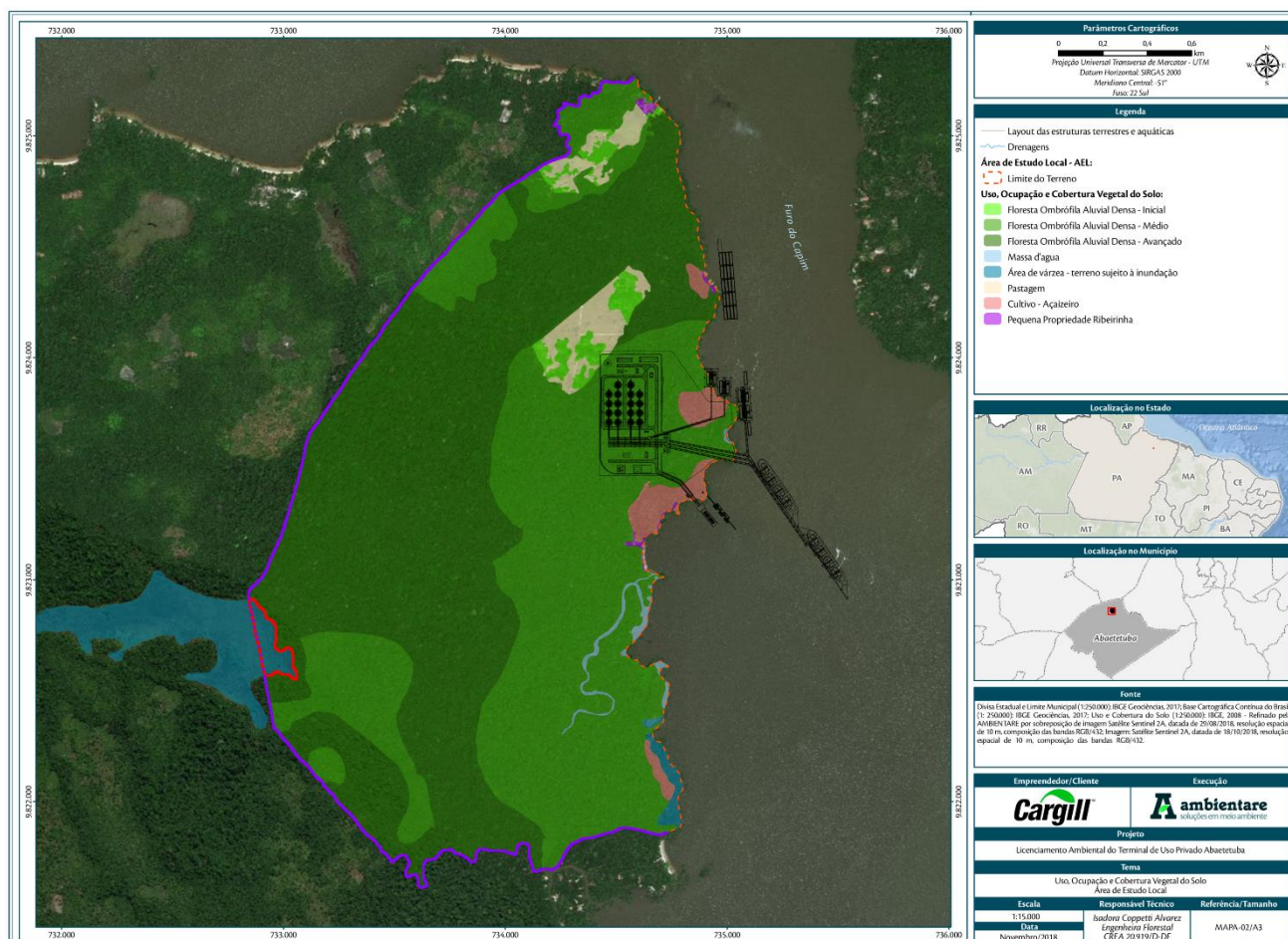
A justificativa da empresa tem sido que não havia pessoas morando no terreno adquirido. Entretanto, como é comum em muitas comunidades tradicionais, não necessariamente suas atividades são realizadas nas proximidades da casa.

Em Santo Afonso, há roças próximas ao Pirí, ou seja, longe das residências dos agricultores. Em alguma medida, há uma compreensão e efetivação de uso coletivo do território da Ilha Xingu; muito embora não houvesse pessoas morando no terreno, ele era amplamente utilizado pela comunidade para o extrativismo de açaí, bacuri e sementes, para a caça e a pesca.

²⁷ Oliveira Neto (2019), aponta que não só o TUP Abaetetuba, mas diversos projetos de infraestrutura e logística que compõem o corredor logístico do arco norte tiveram seus EIA/RIMA elaborados pela Ambientare.

²⁸ <http://novacartografiasocial.com.br/um-grito-de-rebeldia-e-resistencia-de-ribeirinhos-e-quilombolas-da-regiao-das-ilhas-do-municipio-de-abaetetuba/>

Figura 18 - Mapa do terreno do TUP Abaetetuba, a linha roxa representa a cerca implantada pela Brick Logística; em vermelho a área do Pirí invadida.



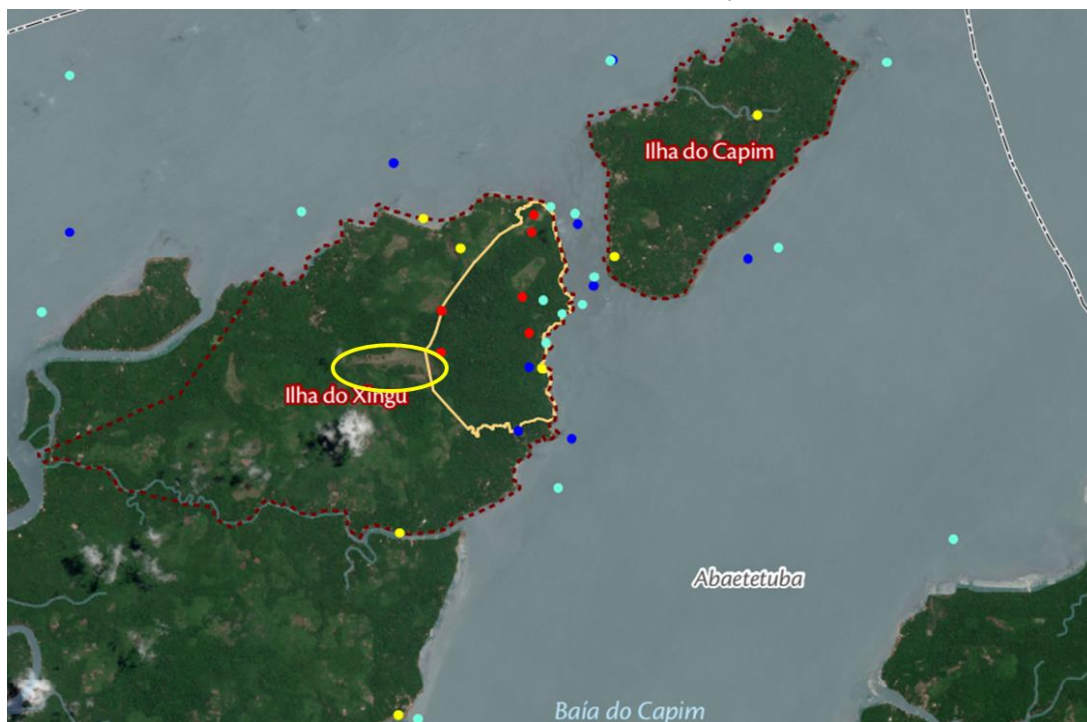
Fonte: Adaptado pela autora. EIA/Rima TUP Abaetetuba, 2018

No EIA/Rima do TUP Abaetetuba, podemos observar uma série de incongruências com a realidade dos fatos, por exemplo, a área do empreendimento, conforme visto acima na descrição do título de transpasse são 358,88 hectares; porém, no Rima lançado em dezembro de 2018, constam “o TUP Abaetetuba terá uma área total de 51,93 hectares, considerando a implantação de todas as estruturas previstas. Esta área representa cerca de 10% do terreno que a empresa pretende adquirir para o projeto” (RIMA, 2018, p.14), o que demonstra o interesse da Cargill em avançar ainda mais sobre as áreas da Ilha Xingu.

Importantes informações são omitidas no EIA/Rima como o Pirí, que não aparece nos mapas, no entanto é distinguido como um microambiente específico designado como “áreas de vereda” no documento. Por exemplo, “o PAE Santo Afonso, devido seu contexto territorial, formado por uma extensa malha hídrica, composta

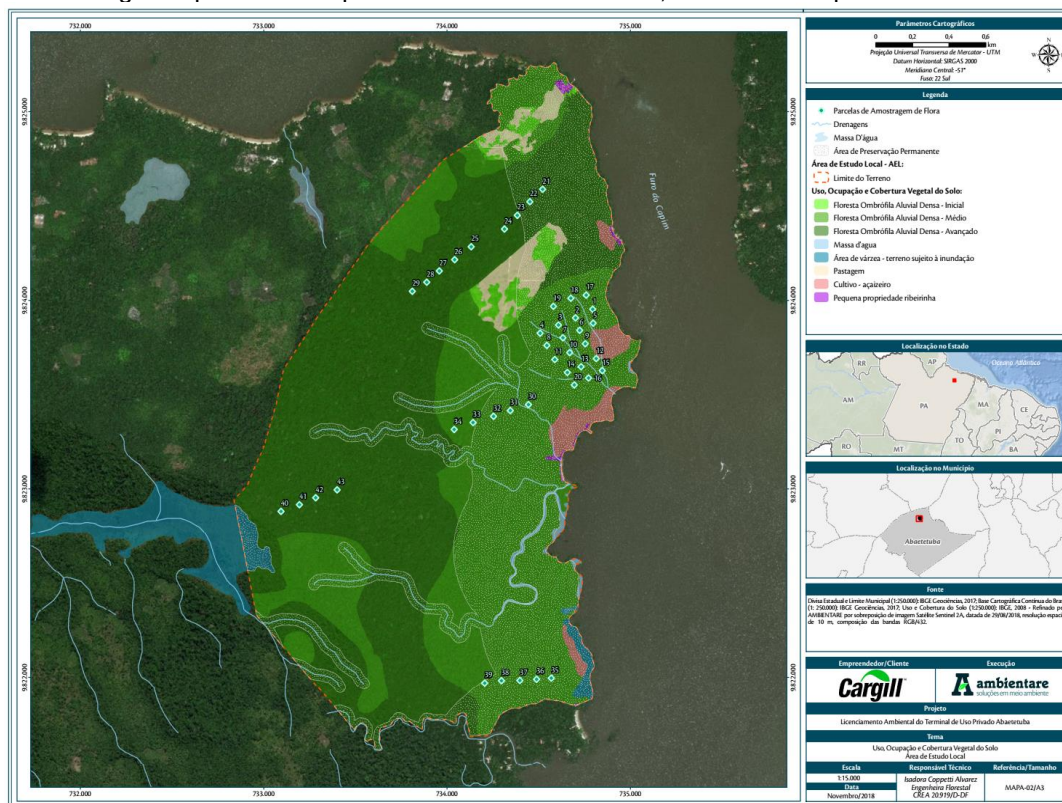
pelos igarapés [...] e áreas naturais de veredas, conhecidas como “Piri” (EIA, Diagnóstico Meio Socioeconômico, 2018, p. 250); assim, invisibilizando a real relevância desse ambiente do ponto de vista social para as comunidades e da biodiversidade que abriga e, também, não está incluso as áreas de coleta de fauna e flora (Figura 19 e 20). Portanto, deixando de registrar possíveis espécies endêmicas e a singularidade desse ambiente.

Figura 19 - Imagem apresenta os pontos de coleta de fauna representado pelos pontos coloridos, e circulado em amarelo a área do Pirí sem nenhum ponto de coleta.



Fonte: Diagnóstico Biótico EIA RIMA TUP Abaetetuba, 2018.

Figura 20 - Imagem apresenta as parcelas de coleta de flora, sem nenhum ponto de coleta no Pirí.



Fonte: Diagnóstico Biótico, EIA RIMA TUP Abaetetuba, 2018

O EIA/Rima invisibiliza a tradicionalidade das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba quando define que:

É fundamental ressaltar que só é possível afirmar categoricamente a tradicionalidade de determinadas populações após a realização de estudos etno-históricos ou antropológicos. Nesse sentido, **na região em estudo, sabe-se que é comum a existência de povos ribeirinhos**, que vivem às margens dos grandes rios e seus afluentes, porém neste estudo, **devido ao motivo explicitado acima, esses povos serão denominados como povos/comunidades que podem ser caracterizados como ribeirinhos** e sua descrição será apresentada no item de caracterização da Área de Estudo Local, do presente diagnóstico.

As comunidades ribeirinhas estão em um programa de reforma agrária, definido como ecológico, e em uma modalidade da regularização da situação fundiária das populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infraestrutura que permitam o seu desenvolvimento sustentado (BRASIL, 2004).

Os PAEs são uma forma de reconhecimento do Estado da existência tradicional de comunidades em determinados territórios. Logo, não se trata de trazer pessoas de outros lugares para ocuparem uma nova área fruto de desintegração de posse, pois os PAEs se apresentam em comunidades cujo grupo tradicional está naquele território historicamente, tendo a sua existência ligação direta com o mesmo. Nesse sentido, a regularização fundiária vem como ferramenta de reconhecimento dessa tradicionalidade.

Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho aponta em seu 1º artigo à autodeterminação como forma primordial de definir um povo/comunidade tradicional,

Art. 1º 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

(Convenção 169, p.18, 2011)

Na tentativa de garantir a narrativa da não tradicionalidade da ocupação histórica dessas comunidades nas ilhas de Abaetetuba, o EIA aponta que as comunidades, inclusive Santo Afonso tem em média 45 anos de existência; porém, esse marco temporal denota o início das comunidades católicas nas ilhas que são muito mais recentes do que permanência dos ribeirinhos nesse território. Destaco que, no capítulo anterior, constata-se a existência dos ribeirinhos há pelo menos dois séculos nas ilhas de Abaetetuba.,

A delimitação da área de impacto direto e indireto é, também, um ponto em disputa, pois é estabelecido quem será impactado e até onde haverá impactos; a partir disso, definem-se os planos, projetos e programas de mitigação, a empresa aplica a Portaria Interministerial 60/2015 ²⁹ que determina que para Portos na Região Amazônica o raio de influência é de 10km.

Porém, as comunidades avaliam o quanto sofrerão com os desastres, o que sempre se conecta à área de influência direta do porto, como no caso do navio Haidar³⁰ e, conseqüentemente, o espalhamento de óleo e de gado bovino em todas as ilhas. Logo, defenderem que 10km não é uma área factível. Também, observam quem partilha os ambientes, por exemplo, a Baía do Capim recebe pescadores de todas as ilhas de Abaetetuba. Por isso, não apenas as comunidades no raio de 10km serão afetadas, mas sim todas, pois não terão local de pesca.

No EIA/RIMA do TUP, aponta que apenas 6 PAEs estão dentro da área que sofrerão os efeitos direto da implantação do empreendimento e nenhum dos territórios quilombolas sofrerão impactos. Entretanto, o Território Bom Remédio está a pouco mais de 5 km em linha reta do local previsto para instalação do porto. A Defensoria Pública do Estado, também, não concorda e na ação judicial que move contra a Cargill e a Brick Logística defende que todos os 24 PAES e 2 territórios quilombolas sofrerão impactos diretos da implantação do TUP.

3.2.2 Subdimensionamento de atividades de reprodução econômica e social no EIA/RIMA.

Importantes atividades de reprodução social e econômica das comunidades foram invisibilizadas ou subdimensionadas no EIA/RIMA, como a pesca, a agricultura, o artesanato e a carpintaria naval.

Os estudos de impactos ambientais são definidos por Teixeira, Zhouri e Motta

²⁹ Portaria Interministerial 60 de 24 de março de 2015, estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. E em seu anexo I determina que o raio da área diretamente afetada por empreendimentos portuários é de 10km. (http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf, acessado em jul, 2023.)

³⁰ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

(2021) como uma narrativa linear calcada sobre as imagens de territórios vazios, abandonados ou carentes, onde a implantação do empreendimento operaria como fonte ou motor do *desenvolvimento*. E que compreendem informações de caráter demográfico com caracterizações breves e superficiais, dessa forma fomentando os subdimensionamentos e invisibilidades.

A pesca, conforme já tratado no capítulo 2, é a atividade mais importante na comunidade de Santo Afonso, mas no Rima ela é completamente subdimensionada. A ausência dos pescadores, no estudo, exemplifica esse subdimensionamento, a Baía do Capim apresenta um conjunto de pescadores tradicionais, são pontos de pesca reconhecido tradicionalmente pelos pescadores, que diferem de acordo com a espécie e a época do ano, muitos são centenários.

Somente os pescadores da Comunidade Pirocaba, identificaram em um mapa mais de 20 pescadores (Figura 21) e há uma grande preocupação que navios e barcas ocupem esses pescadores impedindo a pesca, como já acontece hoje pela empresa Bertolini³¹.

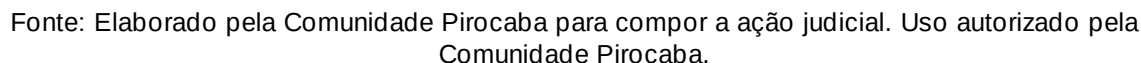
“A renda obtida pela venda dos principais pescados, a saber: filhote, dourado, mapará e camarão varia em torno de menos de um salário mínimo” (RIMA, 2018, p.251), neste trecho do Rima fica evidente que há uma avaliação monetária para medir o impacto sobre uma atividade, que conforme demonstrada no Capítulo 2, não tem como principal objetivo a acumulação financeira.

O número de espécies é outro aspecto que é subdimensionado no EIA/Rima na atividade pesqueira, quando lista apenas as mais comuns: “dourada, filhote, sarda, pescada e mapará na baía; e tucunaré, jacundá, arraia, mandi, bacu e caratinga nos rios e igarapés” (EIA, Diagnóstico Meio Socioeconômico, 2018, p.194).

Portanto, deixando omissos mais de 30 espécies de peixes que são capturadas na pesca realizada na Baía e nos igarapés e rios, o que garante a soberania, segurança alimentar e resistência dos pescadores, conforme apresentou Nelson

³¹ Em fevereiro de 2021, a empresa Bertolini iniciou a instalação de atracadores flutuantes de balsa, onde ancoram comboios de balsas aguardando para atracar no Porto do Conde. Reportagem da época afirma que a “as balsas da Bertolini ficam justamente em cima do pesqueiro mais abundante. Por isso que os ribeirinhos reclamam”. Fonte: <https://uruatapera.blogspot.com/2021/02/balsas-ocupam-pesqueiros-de-abaetetuba.html>

Figura 21 - Pesqueiros identificados pelos pescadores da comunidade Pirocaba na Baía do Capim.



Entretanto, no capítulo 2 desta tese, foi apresentada a sofisticação dos agricultores ribeirinhos expressa por meio da “relação” que mantêm com as espécies e se traduz na criação de variedades, que são mantidas ao longo de gerações, havendo, portanto, verdadeiros criadores de bancos genéticos e a autossuficiência

produtiva da comunidade. Ainda, são criadores de tecnologias no campo da agricultura, pode acompanhar em Santo Afonso, Caititu motorizado, trator adaptado com motor de popa e prensas, tudo desenvolvido na unidade familiar.

O artesanato é importante atividade que caracteriza o modo de vida camponês e que é responsável pela produção de muitos dos instrumentos usados na pesca, agricultura e extrativismo. Os ribeirinhos desenvolvem, de forma artesanal, apetrechos de pesca (rede de malhar, de lancear, matapí, parí e cacurí), cestarias (raza, paneiros, tipiti, peneiras) e há, ainda, a produção de cuias e os brinquedos de mirití. Porém o EIA/Rima aponta apenas este último como produção artesanal, reduzindo essa atividade importante tanto pelo seu valor artístico quanto para na manutenção dos modos de vida desse povo.

O mesmo acontece com a carpintaria naval, que aparece apenas como “característica da pesca da região”, ou seja, relacionada a algo incompatível com a realidade ribeirinha, visto que as embarcações são nosso principal meio de deslocamento, não estando restrito apenas à atividade pesqueira. De fato, a produção de barcos nas ilhas de Abaetetuba é responsável pela criação de tecnologias e a manutenção de conhecimentos tradicionais que permeiam essas práticas que vão desde conhecimentos básicos até os mais avançados cálculos físicos e matemáticos desenvolvidos, de forma ancestral, pelos ribeirinhos. Isso tudo é, sumariamente, desconsiderado no EIA/Rima.

Todos esses subdimensionamentos contribuem para um enviesamento dos resultados. Desta forma, o EIA/RIMA não revela os reais impactos que o empreendimento ocasionará. De acordo com Magalhães *et al.* (2009), em seu estudo crítico “Painel de especialistas” em que diversos pesquisadores realizam uma análise crítica do estudo de impacto ambiental de Belo Monte, as empresas de consultoria responsáveis pela elaboração dos estudos acabam por produzir documentos de propaganda do empreendimento, afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos.

3.3 Atuação das empresas terceirizadas

Posteriormente, com a publicação do EIA/Rima em 2022, a Cargill firmou parceria com o Instituto Peabiru e Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), para

elaboração de “projetos sócio ambientais voluntários” para serem implementados nas comunidades, ao mesmo tempo em que cria uma espécie de dívida moral com os beneficiários que pode ser sanada com o apoio ao projeto.

Entretanto no âmbito da Ação civil pública, movida pela Defensoria do estado do Pará, aponta que há uma atuação ilegal da empresa, visto que esses projetos figuram a fase de instalação quando a empresa tem entre suas obrigações a elaboração de projetos, planos e programas para mitigação de impacto.

Essa prática adotada pela Cargill, juntamente às empresas terceirizadas, no âmbito da gestão empresarial é chamada de “estratégias de não mercado”. Sobre isso, Acselrad (2018) classifica como “ações ou estratégias extramuros”, que vêm atreladas aos discursos da “filantropia”, “responsabilidade social” e “investimento social privado”, buscando que esses grupos se vinculem ou harmonizem com a lógica empresarial, fazendo com que essas comunidades se identifiquem positivamente com o empreendimento e, promovendo, deste modo, a estabilidade e a garantia da produção, além do que estão associadas a neutralização dos riscos de contestação por parte das populações (Eusébio, 2021).

Contraditoriamente, a “filantropia” dos “Projetos Socio Ambientais Voluntários” da Cargill vem envoltos no discurso da insegurança alimentar, sustentado por levantamentos iniciais realizados pelo Instituto Peabiru, onde 27 famílias de 90 entrevistadas estariam sem alimentos antes do final do mês, nos últimos três meses.

Entretanto, o TUP em planejamento vem limitando o acesso dessas famílias, de diversas formas, a pesca, a caça e o extrativismo, além do que o território em disputa com a Cargill é sinônimo de soberania de alimentar, como já apresentado no capítulo 2 desta tese, mas que está ameaçado pela construção do empreendimento da Cargill.

A ECAM atuou, segundo a Cargill, na elaboração de um diagnóstico pesqueiro, nos PAES Santo Antônio II, Santo Afonso, Ilha Caripetuba, Nossa Senhora da Paz, PAE Nossa Senhora do Livramento, Santa Maria. Entretanto os pescadores dos assentamentos Santo Afonso, Santo Antônio II e Caripetuba, visitados nas oitivas realizadas pela Defensoria Pública do estado do Pará, afirmaram nunca terem participado do referido diagnóstico.

O instituto Peabiru, em 2022, lançou um edital de Projeto de Inclusão Produtiva e Assistência Técnica (Figura 22). Nesse caso, a Cargill tinha seu nome, nitidamente, vinculado ao projeto e com isso não houve uma boa aceitação das comunidades para participar do edital. Então, esse instituto começou uma nova abordagem, mais violenta, de entrada na comunidade sem permissão da mesma, abordando famílias individualmente e as assediando para assinarem projetos.

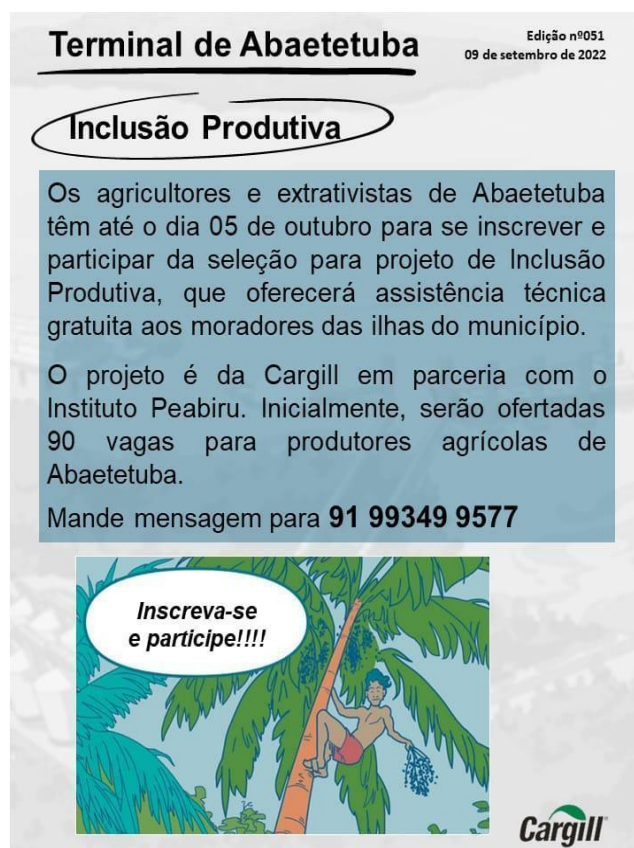
Essa atuação do Peabiru levou a conflitos internos nas comunidades e entre as famílias que foram seduzidas pela promessa do projeto produtivo, sendo a minoria aquelas que resistem e não aceitam. Com isso, iniciou-se um assédio por parte desses moradores incluídos no projeto. Há suspeitas, não confirmadas, de que a empresa paga algumas famílias para manterem esse assédio.

Toda atuação do Peabiru foi tão danosa para as comunidades que algumas associações de PAE emitiram ofícios junto a Defensoria Pública do estado, denunciando a situação que culminou nas oitivas e que serão melhor detalhadas no capítulo 5 desta tese.

Além das estratégias corporativas citadas na literatura, no caso do TUP Abaetetuba, foram citados assédios via aplicativos de mensagens, com disparos de cards em massa (Figura 22), sem a possibilidade de conseguir identificar a origem do envio. Além do assédio direto às pessoas estratégicas das comunidades, como os Agentes Comunitários de Saúde (ACSS) que recebiam, insistentemente, mensagens a favor da Cargill e da construção do TUP com a finalidade de serem repassadas às famílias atendidas, visto que esses as visitam e acompanham regularmente.

O assédio cometido tem causado adoecimentos psicológicos, principalmente, nas mulheres. Não é incomum as narrativas femininas, sobre as violações cometidas pela Cargill e suas empresas terceirizadas, serem interrompidas pelo choro copioso daquelas que pensam não apenas nos danos presentes, mas também futuros para seus(suas) filhos(as), pois, com a possível instalação do porto, figura um cenário onde essas famílias não estarão ou não poderão mais reproduzir seus modos de vida no território.

Figura 22 - Card publicado em redes sociais para divulgação do Projeto de Inclusão Produtiva.

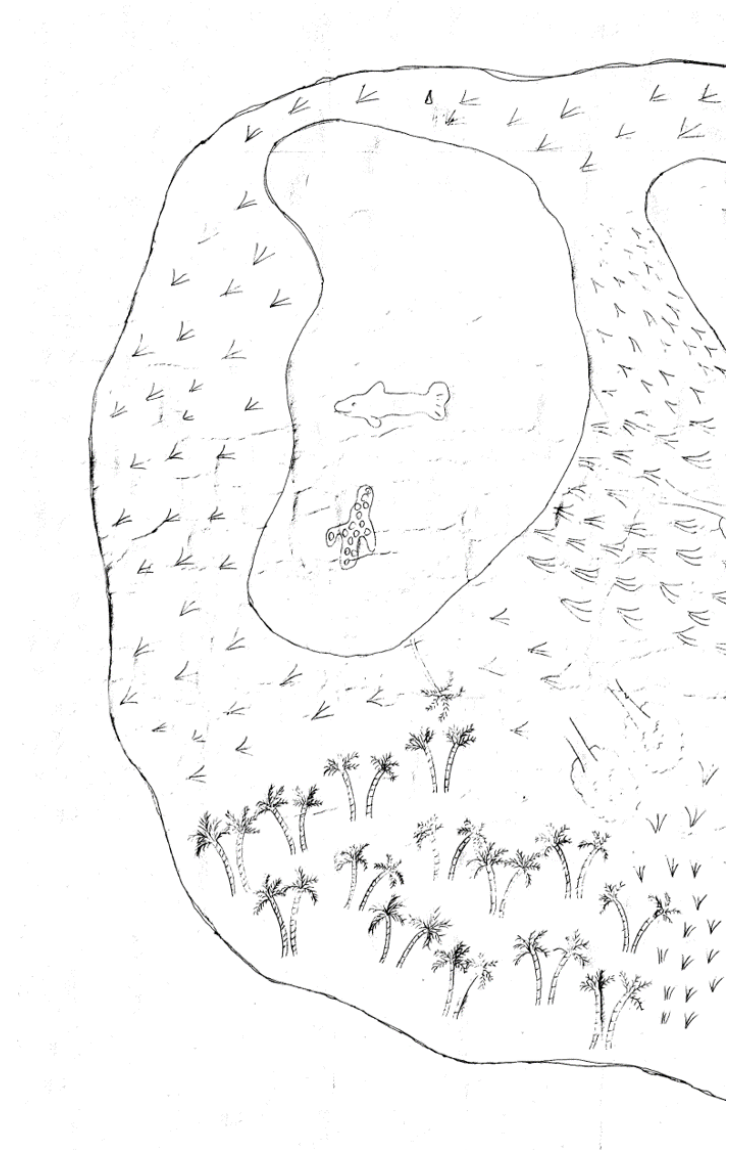


Fonte: Redes sociais

O que se observa é que as violações cometidas, as invisibilidades e os subdimensionamentos - pela Cargill, Brick Logística, demais empresas terceirizadas e o próprio Estado em suas mais diferentes esferas - são transgressões envoltas em diferentes estratégias empresariais na busca por alcançar a legitimação por parte do Estado e não serem percebida pelas comunidades para, assim, não haver acionamento justiça. Essa é uma busca por redução de riscos sociais na tentativa de evitar os danos que as críticas sociais podem causar à economia corporativa (Giffoni Pinto, 2018).

A invisibilização e o subdimensionamento das comunidades obscurece os modos de vida, as relações com o território, inclusive e principalmente com o Pirí. Desde o primeiro momento em que estive na comunidade, a invisibilidade das relações dos ribeirinhos com o Pirí bem como as violações a esse micro ecossistema foram relatadas como fonte de preocupação, evidenciando a importância desse ambiente para a comunidade. Dessa forma, no próximo capítulo, apresento o Pirí do ponto de vista da materialidade e imaterialidade que abriga na busca por traduzir em palavras a relevância desse ambiente para a comunidade de Santo Afonso.

CAPÍTULO 4: Pirí: materialidade e imaterialidade



4.1 O Pirí

O Pirí foi conceituado por Antônio Baena (1969), um historiador, geógrafo, militar, servidor público no Pará e escritor do livro “Compêndios das Eras da Província do Pará”, entre outros. Dessa obra, extraí a definição “*terreno de alluviação muito baixo inteiramente horisontal, em que duas vezes por dia penetrão livremente as águas da preamar*” (Baena, 1969, p.254) para descrever o ambiente semelhante ao da ilha Santo Afonso que, até meados do século XIX, existiu na capital Paraense.

De acordo com a descrição elaborada pelos pesquisadores da Embrapa é um ecossistema composto por uma área alagada, de difícil acesso, geralmente, coberta por vegetação baixa, composta de junco, juquiri e capim (Cordeiro, Abarge, Schwartz, 2017).

O Pirí da ilha Xingu, além de se enquadrar nas descrições acima, abriga a nascente de importantes igarapés dessa ilha, possui regime de marés sazonais e tem a sua cheia durante o inverno amazônico e sua seca no período do verão. Mas, o Pirí é mais do que uma descrição técnica. Eu diria que é uma experiência, você precisa estar lá para entender a grandiosidade do lugar.

Durante minha estadia em campo, eu sempre perguntava para as pessoas de Santo Afonso o que era o Pirí. Uma definição era unânime: “*é o centro da ilha*”. Essa frase soava intrigante para mim, pois o Pirí não está geograficamente no centro da ilha, mas ao longo da convivência entendi que a centralidade a que se referiam era a importância do local para a comunidade.

Metaforicamente, o Pirí funciona como o coração da Ilha Xingu, abrigando as nascentes dos mais importantes igarapés da localidade, alimenta as famílias em período de escassez e é fonte de segurança alimentar não apenas para os moradores da Ilha Xingu, mas para 12 comunidades que compõem os PAES das Ilhas de Abaetetuba.

O Pirí é presença constante nas falas, mesmo não sendo frequentado por todos. É visitado mais pelos caçadores e pescadores; entretanto, a importância do ambiente é visível no cotidiano, seja pela particularidade do ambiente, seja pela fartura que ele oferece, seja, ainda, pelos não humanos que ali se manifestam.

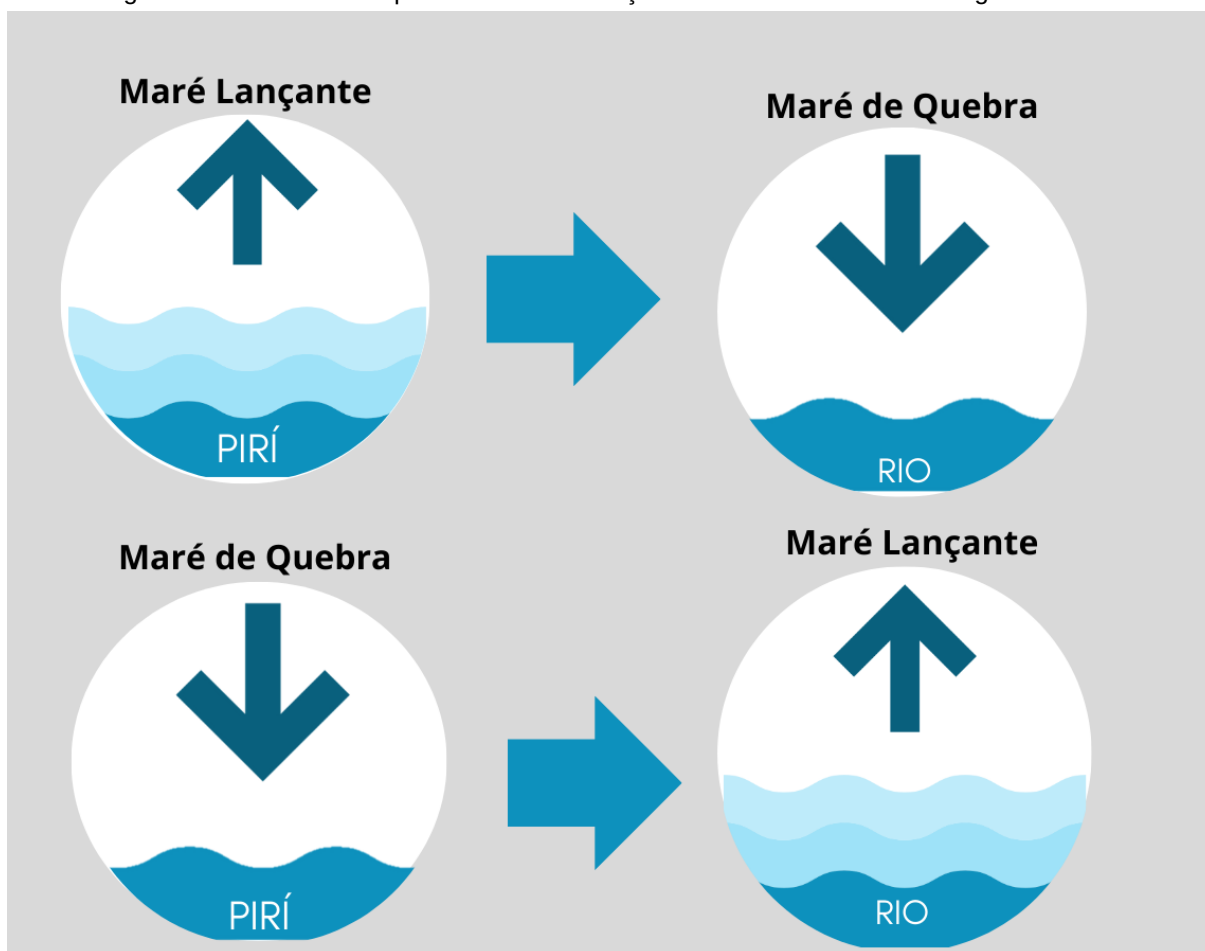
Frequentar o Pirí não tem a ver com idade ou gênero, já que está ligado ao nível de conhecimento sobre o ambiente e as atividades desenvolvidas ali, de modo que mulheres e crianças o frequentam desde que sejam especialistas na pesca, caça ou extrativismo realizado no Pirí ou estejam acompanhados de um. E sempre é frequentado em grupo, a orientação dos pescadores mais experientes é que não se vá sozinho ao Pirí devido à presença dos não humanos, pois quanto maior o número de pessoas, menor a chance de eles se manifestarem, e os grupos são “liderados” por um especialista na atividade que será realizada.

Dentro da comunidade, há alguns caminhos para se chegar ao Pirí por terra firme ou via igarapé. Esta última via depende de marés altas e é mais usada durante o inverno. Os caminhos por terra variam, porém todos têm, em média, mais de dois quilômetros mata adentro, variando entre trechos de mata fechada e trechos mais abertos devido à presença de roças e casas de farinha ativadas e desativadas que, atualmente, servem apenas como local de descanso para caçadores e pescadores.

4.2 A Sazonalidade do Pirí

Diferente da Ilha do Xingu onde ele está situado, ocorre um sistema de cheia e seca semestral no **Pirí** (Figura 24) entre os meses de dezembro e maio (a cheia) – inverno amazônico - e de junho e novembro (a seca) – verão amazônico. Na ilha, não se observa esta variação, porque ela é encoberta, cotidianamente, pelas variações de marés que, também, ocorrem no Pirí. Porém, com temporalidade inversa (Figura 23): quando no rio é maré alta (lançante) no Pirí é maré baixa (de quebra) e quando a água quebra no rio, é lançante no Pirí.

Figura 23 – Desenho esquemático das variações de marés entre o rio Xingu e o Pirí.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

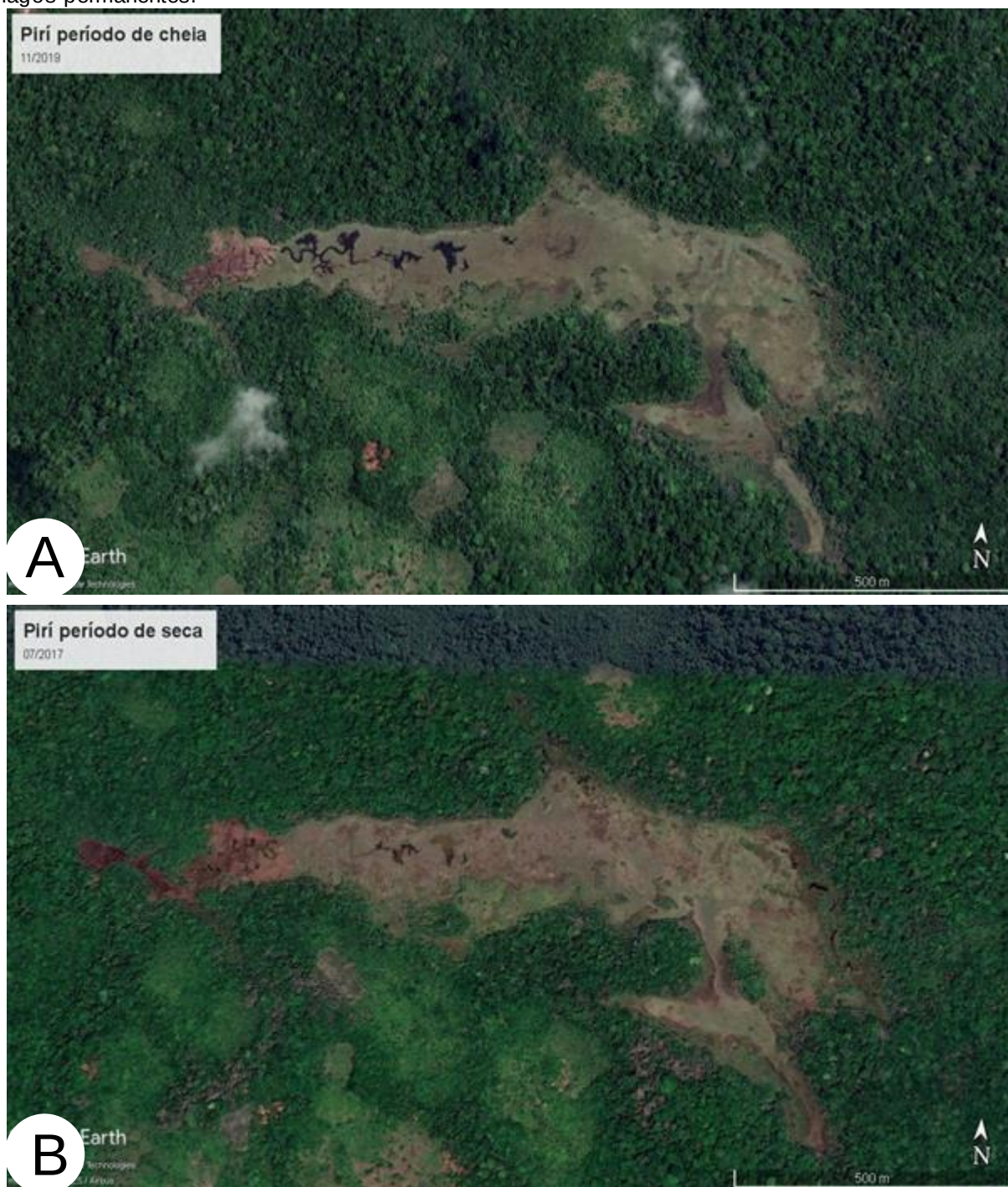
Essa inversão pode ser explicada pelo fato de que as ilhas de Abaetetuba estão em uma área de várzea de marés que sofre inundações com menor duração e maior frequência devido à subida do Oceano Atlântico (Marinho *et al.*, 2015). Como a variação de marés é causada pelo fenômeno que ocorre nos oceanos, logo a mudança nos níveis de água vai ocorrer primeiro na foz do rio e depois nas áreas mais próximas às nascentes.

Considerando que o Pirí abriga um conjunto de nascentes, ele vai sofrer influência oceânica, mais tardiamente, do que o leito do rio. Como os ciclos são com duração menor (em média 6h), a água já está baixando no leito do rio quando ela alcança o Pirí. Ainda, há fatores, como o relevo e a distância entre o Pirí e a margem do rio que, também, podem influenciar no tempo para a água alcançar esse ambiente.

Estive no Pirí em dois momentos diferentes: em julho de 2019, período de cheia acompanhada de Seu Pedro, e em outubro de 2022, período de seca acompanhada

do Seu João. Utilizei caminhos diferentes nos dois momentos e pude constatar como esse (o Pirí) mesmo lugar pode mudar completamente em períodos diferentes do ano.

Figura 24 - Ciclo de cheia e seca do Pirí. A - Período de cheia, imagem de novembro de 2019, em destaque os lagos permanentes; B - Período de seca, imagem de julho de 2017, em destaque os lagos permanentes.



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir do Google Earth, 2021.

A chegada do verão amazônico significa que é iniciada a seca do Pirí, atingindo o auge entre setembro e outubro. Nesse período, com maior presença humana, ele apresenta toda sua fartura de caça e pesca e chega a ter mais de 30 pescadores ao mesmo tempo em finais de semana que são os dias de maior movimentação.

Estive lá em outubro e vi, ao chegar, uma explosão de vegetação com herbáceas, samambaias e helicônias que colorem a paisagem com tons vibrantes do laranja ao verde (Figura 25). É, também, uma extensa área aberta, predominada pelo junco, onde à medida que se vai andando, vai se transformando em um tapete de vegetação que permite a caminhada, impede que se caia ao fundo do lago e forma caminhos que podem ser visto a certa distância (Figura 26).

Figura 25 - Paisagem do Pirí durante a seca.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Figura 26 - Caminhos formados pelo caminhar dos frequentadores do Pirí sobre o Junco.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O ambiente não seca completamente, a água baixa consideravelmente, sendo possível caminhar sobre o junco o que torna a caminhada muito cansativa. há depressões que formam nesse período poços que ficam cobertos de plantas aquáticas e que são os locais de pesca.

Quando o Pirí começa a atingir o auge da seca, inicia-se a pesca de piracema nos meses de setembro e outubro, podendo se estender a novembro a depender da quantidade de chuvas. A pesca de piracema é o nome dado à modalidade da atividade pesqueiro no Pirí, porque ela ocorre quando a pesca está “fechada” na Baía do Capim devido aos ventos e segue depois com o período de defeso. Esses meses são chamados de Piracema.

Nesses meses de escassez de pescado, a pesca de piracema tem um papel fundamental na alimentação e renda das famílias não apenas de Santo Afonso, mas das 12 comunidades que compõem os PAEs das Ilhas de Abaetetuba. Essa é uma pesca coletiva e pode ter diferentes motivações, como: a) a garantia da alimentação da família, visto que o Pirí é um ambiente no qual os pescadores tem a certeza que terão pescado; b) a fartura, pois, quando o pescador precisa de dinheiro ou de muito pescado, ele vai pescar no Pirí devido haver fartura ali. Por exemplo, Seu João me

relatou que, em certa pescaria na qual ele participou no Pirí, eles pescaram de dia e de noite e conseguiram mais de 50 kg de peixe.

Há, ainda, motivações, como: c) lazer, já que a pesca ocorre em grupo regada a cachaça e reúne alguns pescadores amigos que vão pescar, aos finais de semana no Pirí, como uma forma de lazer; e, por fim, d) uma pesca para situações especiais. Eu presenciei essa última em uma das assembleias da construção do protocolo de consulta, quando se decidiu por um almoço coletivo no próximo encontro; de forma que, imediatamente após a deliberação, um dos ribeirinhos já avisou “*Então, vamos pescar no Pirí!*”. Isso porque esse ambiente abriga algumas espécies de pescado que só podem ser encontradas lá, o que torna especial.

No total, foi possível registrar 16 espécies de peixes encontradas no Pirí nesta pesquisa, as quais são classificadas em duas categorias pelos próprios pescadores: 1) os peixes do mato que são os pescados, exclusivamente, no Pirí e outros que também se encontram nas nascentes de igarapés, capturados por meio da *gapuia*; e 2) os peixes de rio que, além de serem capturados no Pirí, também, estão nos rios, nos igarapés e na Baía do Capim. Todas as espécies pescadas no Pirí durante a seca são chamadas peixes de piracema (Quadro 1), mesmo que sejam pescados nos ambientes de rio e da baía.

Há duas espécies exclusivas do Pirí: o tamuatá (ou tamuatá de cabeça chata) e a pratinha. O Tamuatá ou Tamuatá de cabeça chata encontrado no Pirí é o *Callichthys callichthys* (Linnaeus, 1758) que é uma espécie diferente do tamuatá (*Hoplosternum littorale* (Hancock, 1828) vendido no mercado de peixe e feira de Abaetetuba; essa espécie que abastece o comércio local vem, principalmente, da ilha do Marajó. A espécie *Callichthys callichthys* (Linnaeus, 1758) não apresenta registro em outras ilhas do município de Abaetetuba e é encontrada apenas no Pirí³².

A *Callichthys callichthys* é uma espécie da família *Callichthyidae* que é, facilmente, reconhecida por possuírem o corpo, quase totalmente, protegido por uma armadura óssea, composta por duas séries longitudinais de placas dérmicas. Esta é uma espécie que ocorre em áreas alagadas e pantanosas de fundo lodoso, habitats pantanosos onde o oxigênio dissolvido pode estar praticamente ausente, sendo a sua

³² Informação pessoal fornecida pelo Professor Augusto Souza, que atua no curso técnico de aquicultura do IFPA de Abaetetuba, porém não há registro escrito.

sobrevivência possível nesse tipo de ambiente, porque são capazes tanto de realizar trocas gasosas no intestino com o ar engolido quanto de minimizar a perda de água pela pele devido ao seu escudo dérmico.

Apresentam, ainda, a possibilidade de se locomover pela terra para outras massas de água próximas, inclusive já há registros a respeito da "migração terrestre" dessa espécie (Reis, 1997; Britto, 1997; Malabarba *et al.*, 2013).

É uma espécie onívora que se alimenta, principalmente, de sedimentos e insetos aquáticos. Ela, também, apresenta um comportamento interessante em termos de desova que é o hábito de construir um ninho flutuante de bolhas, galhos e folhas, depositando seus ovos nesta estrutura (Britto, 1997), ver figura 32. Essa particularidade reprodutiva aponta para a importância da preservação do Pirí, uma vez que o ninho construído pelo tamuatá de cabeça chata é uma estrutura frágil que tem o sucesso reprodutivo garantido pelas águas calmas do Pirí.

No que diz respeito à pratinha, engloba três espécies diferentes que partilham do mesmo nome local. Entre elas, *Metynnis guaporensis* (Eigenmann, 1915), *Metynnis maculatus* (Kner, 1858), *Metynnis hypsauchen* (Müller & Troschel, 1844) que, também, são exclusivas do Pirí e muito apreciadas pela comunidade de Santo Afonso, de modo que algumas pessoas vão ao Pirí apenas para pescar pratinha.

O gênero *Metynnis* encontra-se amplamente distribuído na América do Sul, incluindo os rios da Bacia Amazônica. O *Metynnis maculatus* possui hábito alimentar herbívoro e o *Metynnis hypsauchen* é onívora, alimentando-se, basicamente, de insetos aquáticos e terrestres, frutas e sementes³³. As três espécies habitam, preferencialmente, águas lênticas que são ambientes sem correntes, de águas paradas, podendo ser lagos, reservatórios e ambientes pantanosos (OTA, 2015).

Essa preferência de habitat evidencia a exclusividade do Pirí como local em que as espécies são encontradas, visto que suas águas, sem fortes correntes, favorecem a permanência dessa espécie. Portanto, considerando que tudo em volta: os igarapés, o rio e a Baía são de águas agitadas e com ciclos de marés diários que

³³ *Metynnis guaporensis* não apresentou hábito alimentar descrito nas bibliografias consultadas para construção desta tese.

mantém fortes corrente durante 24h, é coerente afirmar que a existência dessas espécies depende da preservação do Pirí.

Quadro 1 - Espécies de peixe de piracema capturados no Pirí.

Nome popular	Nome científico	Tipo de Peixe	Local encontrado
Acará Roxo	Não determinada	Peixe de Rio	Pirí, Rios e Igarapé
Acará Tinga (Caratinga)	<i>Geophagus proximus</i> (Castelnau, 1855)	Peixe de Rio	Pirí, Rios e Igarapé
Acarí	<i>Pterygoplichthys pardalis</i> (Castelnau, 1855)	Peixe de Rio	Pirí, Rios e Igarapé
Cachorro de Padre	<i>Trachelyopterus galeatus</i> (Linnaeus, 1766)	Peixe de Rio	Pirí, rio, Igarapé e Baía
Caratipoca	<i>Curimata cyprinoides</i> (Linnaeus, 1766)	Peixe de Rio	Pirí, Rios e Igarapé
Ituí	<i>Bhamphichthys marmoratus</i> Castelnau, 1855	Peixe de Rio	Pirí, rio, Igarapé e Baía
Jacundá	<i>Crenicichla lugubris</i> (Heckel, 1840)	Peixe do Mato	Pirí e Igarapé
Jejum/Jijú	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i> (Spix & Agassiz, 1829)	Peixe do Mato	Pirí e Igarapé
Piranha	<i>Serrasalmus</i> sp.	Peixe de Rio	Pirí e Baía
Pratinha	<i>Metynnis guaporensis</i> Eigenmann, 1915 <i>Metynnis maculatus</i> (Kner, 1858) <i>Metynnis hypsauchen</i> (Müller & Troschel, 1844)	Peixe do Mato	Pirí
Tamuatá de cabeça chata / Tamuatá	<i>Callicthys callicthys</i> (Linnaeus, 1758)	Peixe do Mato	Pirí
Traíra	<i>Hoplias aimara</i> (Valenciennes, 1847)	Peixe do Mato	Pirí e Igarapé
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i> (Schneider, 1801)	Peixe de Rio	Pirí, rio e Baía

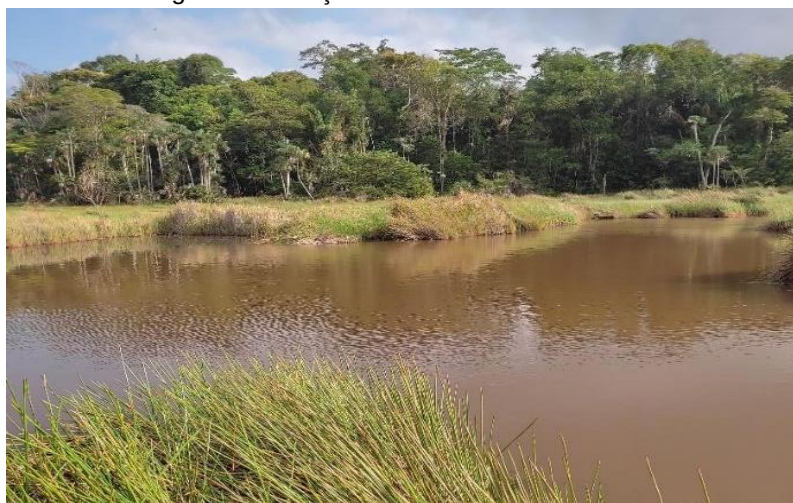
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A traíra [*Hoplias aimara* (Valenciennes, 1847)], Jejum [*Hoplerythrinus unitaeniatus* (Spix & Agassiz, 1829)] e o acará são peixes que podem ser pescados na pesca de piracema e nas nascentes de igarapé em pequenos lagos que se formam quando secam.

Todos esses peixes se reproduzem no Pirí no inverno. Os peixes, que não são exclusivos do Pirí, retornam para os rios, igarapés ou Baía por meio dos igarapés que nascem nesse microecossistema. Porém, nem todos conseguem e alguns acabam por ficarem presos nos poços quando ocorre a seca. Então, os pescadores precisam limpar os poços que ficam cobertos de plantas aquáticas e, para capturar os peixes, lançam as redes de malha (malha 30 ou rede de lancear), podendo, também, fazer a gapuia, caso o poço esteja com pouca água.

São dezenas de poços (Figura 27) que se formam ao longo da extensão do Pirí; porém alguns são reconhecidos por haver uma maior quantidade de peixe e/ou determinada espécie que são identificados pelos pescadores. Existem as categorias ecoespaciais usadas para a denominação dos poços que são determinadas pela paisagem e também servem de orientação espacial. Diferentemente das referências ocidentais, que se guiam pelos pontos cardeais, é a paisagem que nomeia e orienta as atividades produtivas no Pirí.

Figura 27 - Poço formado com a seca do Pirí.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Comichão, Piracema, Anta, Urucuri, Pratinha, Jejum, Aningal, Vilar, Rabo do Pirarucu e Poção são os poços identificados pelos especialistas do Pirí. Cada nome tem a sua justificativa: Comichão é um poço que aqueles que adentram sentem coceira; Piracema é o poço onde desovam os peixes; em um dos poços foi encontrado, certa vez, uma anta sem vida e por isso ficou conhecido como Poço da Anta. Já, os Poços da Pratinha e da Jejum ganham esse nome por que essas espécies são abundantes nesses poços.

Elementos da paisagem como vegetação e igarapés, também, são utilizados para identificar os poços, como é o caso do Aningal, do Villar e do Urucuri. O primeiro tem esse nome por estarem próximo a uma área com muitas Aningas (*Montrichardia linifera*), chamada de aningal; o segundo é assim chamado porque abriga a nascente do igarapé Vilar que banha a comunidade do Vilar e o último tem esse nome, pois está próximo do igarapé Urucuri.

As formas e dimensões dos poços, também, ajudam na nomenclatura. O Rabo do Pirarucu é um poço que seu formato lembra o rabo desse peixe e o Poção é porque é um dos maiores poços.

Alguns desses poços já são reconhecidos por que determinadas espécies são capturadas neles. Os poços da Pratinha e do Comichão são onde os pescadores pescam cachorro de padre (*Trachelyopterus galeatus* (Linnaeus, 1766)); o poço do Jejum é o de maior diversidade de pescado, podendo encontrar além do Jejum [*Hoplerythrinus unitaeniatus* (Spix & Agassiz, 1829)], que dá nome ao poço, a traíra

[*Hoplias aimara* (Valenciennes, 1847)], a pratinha (*Metynnis guaporensis* Eigenmann, 1915; *Metynnis maculatus* (Kner, 1858); *Metynnis hypsauchen* (Müller & Troschel, 1844), e o Acará (Não determinada). Nos poços do Aningal e do Urucuri, houve registro de jacarés (*Paleosuchus palpebrosus* Cuvier, 1807).

É bem provável que haja mais espécies, visto que este não foi um levantamento de ictiofauna, mas sim apenas conversas com pescadores e identificação por meio de comparações com fotografias, ou seja, há uma alta probabilidade que tenham me relatado apenas as espécies mais recorrentes, com valor alimentício e comercial, e/ou mais especiais para eles. Dessa forma, os peixes que são pescados, ocasionalmente, ou que não há muito apreço entre os ribeirinhos podem ter sido esquecidos. Considerando a singularidade do Pirí, há chances altas de espécies endêmicas de ictiofauna, principalmente, sem valor alimentício ou comercial para os ribeirinhos.

As águas do Pirí, também, abrigam alguns animais perigosos, como cobras sucuri (*Eunectes murinus* Linnaeus 1758), surucucu (*Lachesis muta* Linnaeus, 1766) e jararaca (*Bothrops atrox* Linnaeus, 1758). Há, também, jacaré (*Paleosuchus palpebrosus* Cuvier, 1807) e o poraquê (*Electrophorus* sp.). Esses são alguns animais que apresentam riscos nas atividades no Pirí, pois as cobras podem se esconder em meio ao junco e o poraquê e o jacaré podem ser encontrados nos lagos.

A caça no Pirí é realizada principalmente na seca. Às margens do Pirí, ficam pequenas ilhas que são porções de terra mais altas, onde estão as espécies arbóreas (o Caranã e o Bacurizeiro), e que são pontos de caça, pois é nelas que os animais de maior porte se abrigam. Os caminhos que dão acesso ao Pirí, também, são locais de caçadas.

Figura 28 - Pontos de Caça na Comunidade de Santo Afonso. A - Ilhotas do Pirí com predominância da Palmeira Caranã; B - Caminho que leva ao Pirí.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Os caçadores realizam pelo menos três modalidades de caça: a de espera, a varrida e a caça com o cachorro. Entretanto, o termo “lanternar” é um sinônimo para caçar que caracteriza, principalmente, as modalidades de caça realizadas a noite quando a lanterna é usada para imobilizar o animal, já que o caçador ilumina, diretamente, no olho da presa; assim, o paralisa e facilita a captura.

A caça de espera, normalmente, é realizada no crepúsculo ou à noite. Nesse tipo de caçada, o caçador espera o animal sobre uma árvore, que fica próxima da “comidia” do animal desejado. No caso da paca e da cutia, podem ser árvores de inajá e tucumã ou ainda nos roçados, pois alguns desses animais gostam de se alimentar da macaxeira, ou ainda próximo a toca do tatu.

A varrida é uma outra modalidade de caça realizada, ocorre à noite. Durante o dia, os caçadores varrem os caminhos por onde passaram a pé, com o caminho limpo conseguem se locomover, silenciosamente, conseguindo surpreender a caça. Todas as modalidades de caça à noite só são realizadas em noites de lua escura, que são lua nova e lua minguante, pois, com pouca luz, a possibilidade do caçador ser avistado pelo animal é menor.

A caça com cachorro é realizada, preferencialmente, de dia, mas pode acontecer à noite também. Nesse tipo de caçada, o caçador é auxiliado por um ou

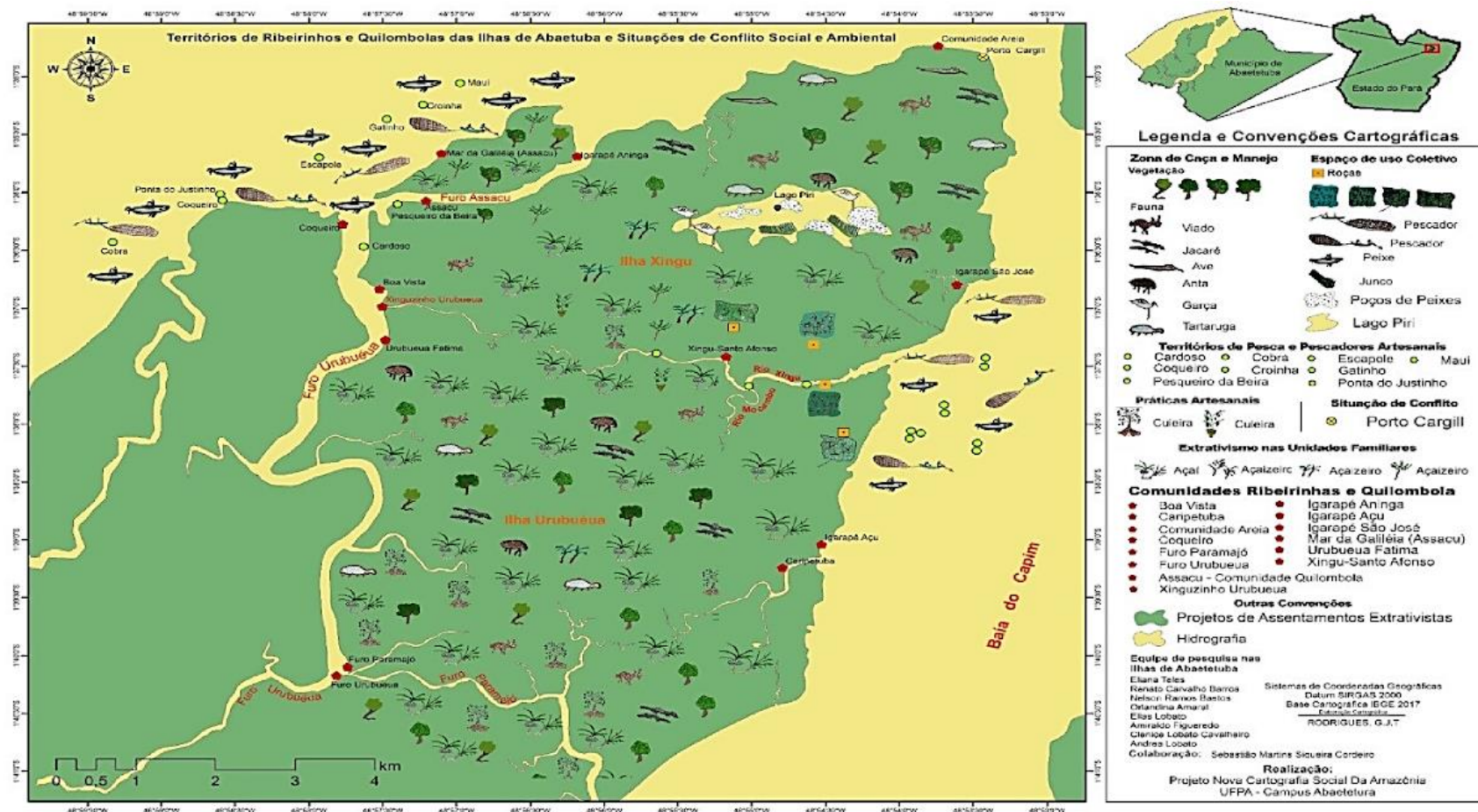
dois cachorros com bom faro, pois são eles quem escolhem o que será caçado, pois saem farejando o cheiro dos animais e, quando encontram, ladram para o caçador.

Animais, comumente caçados, são a paca, cutia, tatu, capivara, veado, preguiça real, soiá e mucura. Esses, também, complementam a alimentação das famílias, uma vez que a ida até à cidade não é frequente, a energia elétrica é instável na comunidade e há um baixo consumo de carne vermelha e um maior consumo de pescados, animais de pequeno porte criados em casa como frango, pato, porco e as caças.

O mapa situacional elaborado pelos ribeirinhos no Projeto Nova Cartografia (Figura 29) aponta o ambiente do **Pirí** como um local abundante em caça e pesca. Ao longo do trabalho de campo, pude comprovar, no cotidiano da comunidade, o quanto a seca do Pirí é sinônimo de fartura e alimentação segura e saudável em um período que tenderia a ter escassez devido ao defeso.

A cheia acontece no período em que a água alcança níveis mais altos no Pirí, ocorre durante o inverno amazônico, é o período com menos frequentadores nesse ambiente. Portanto, além da limitação das águas altas que impossibilita a pesca, há a limitação de acesso, visto que a mata está mais fechada.

Figura 29 - Imagem situacional do “território de vida” da Ilha Xingu, e a diversidade de pescado e caça presente no Pirí.



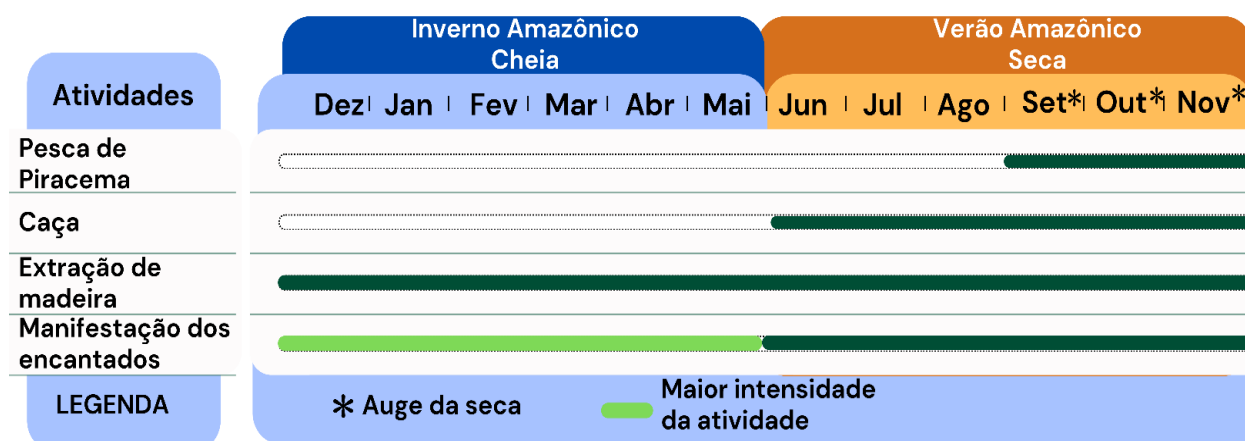
Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2018.

Em 2019, quando estive no Pirí pela primeira vez, ele estava na cheia. Quando cheguei, fiquei muito impressionada com a grandiosidade, é fisionomicamente muito semelhante aos campos do Marajó com predominância de plantas herbáceas como o junco (*Juncus* sp.) que, também, é chamada de Pirí. Provavelmente, foi a abundância dessa espécie no local que fez ele ganhar esse nome. Há, ainda, algumas partes com vegetação de maior porte sendo a palmeira Caranã (*Mauritiella armata* (Mart.) Burret) muito presente. São nessas áreas que se abrigam as caças. Reconhecemos muitos rastros ao longo da nossa visita.

A extração de madeira é a única atividade realizada no Pirí independente da sazonalidade. Marupá (*Simarouba amara* Aubl.), Quaruba (*Vochysia* sp), Massaranduba (*Manilkara* sp.) e Quariquara (*Minquartia guianensis* Aubl.) são as espécies madeireiras abundantes no Pirí e muito importantes no contexto ribeirinho, pois a madeira, ainda, é a principal matéria prima para as habitações, pontes e trapiches, embarcações e casas de forno e farinha.

Apresento como figura 30 um cronograma com as atividades realizadas no Pirí ao longo do ano considerando a sazonalidade de cheia e seca amplamente tratada neste tópico.

Figura 30 - Cronograma de atividades realizadas no Pirí ao longo do ano de acordo com a sazonalidade.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 - Espécies vegetais encontradas no Pirí

Nome vulgar	Nome científico	Sazonalidade
Bacuri	<i>Platonia insignis</i> Mart.	Cheia e seca
Capim	<i>Cyperus polystachyos</i> Rottb.	Cheia e Seca
Caranã	<i>Mauritia carana</i> Wallace	Cheia e seca
Florzinha amarela	<i>Utricularia</i> sp.	Seca
Heliconia	<i>Heliconia psittacorum</i> L.f.	Seca
Junco/Pirí	<i>Junco</i> sp.	Cheia e Seca
Massaranduba	<i>Manilkara</i> sp.	Cheia e Seca
Marupá	<i>Simarouba amara</i> Aubl.	Cheia e Seca
Quariquara	<i>Minuartia guianensis</i> Aubl.	Cheia e Seca
Quaruba	<i>Vochysia</i> sp.	Cheia e Seca
Samambaia	<i>Nephrolepis</i> sp.	Cheia e Seca
Vitória Régia	<i>Nymphoides indica</i> (L.) Kuntze	Seca

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

4.3 A construção e a interpretação da Paisagem do Pirí

Viver em ambiente ribeirinho amazônico é desenvolver diferentes formas de interagir, adaptar-se e interpretar a paisagem, compreendendo suas características e temporalidades. Para os pescadores, caçadores e demais frequentadores do Pirí, faz-se imprescindível a interpretação da paisagem, porque é esta quem determina as atividades a serem realizadas e seus períodos (Stoll *et al.*, 2019).

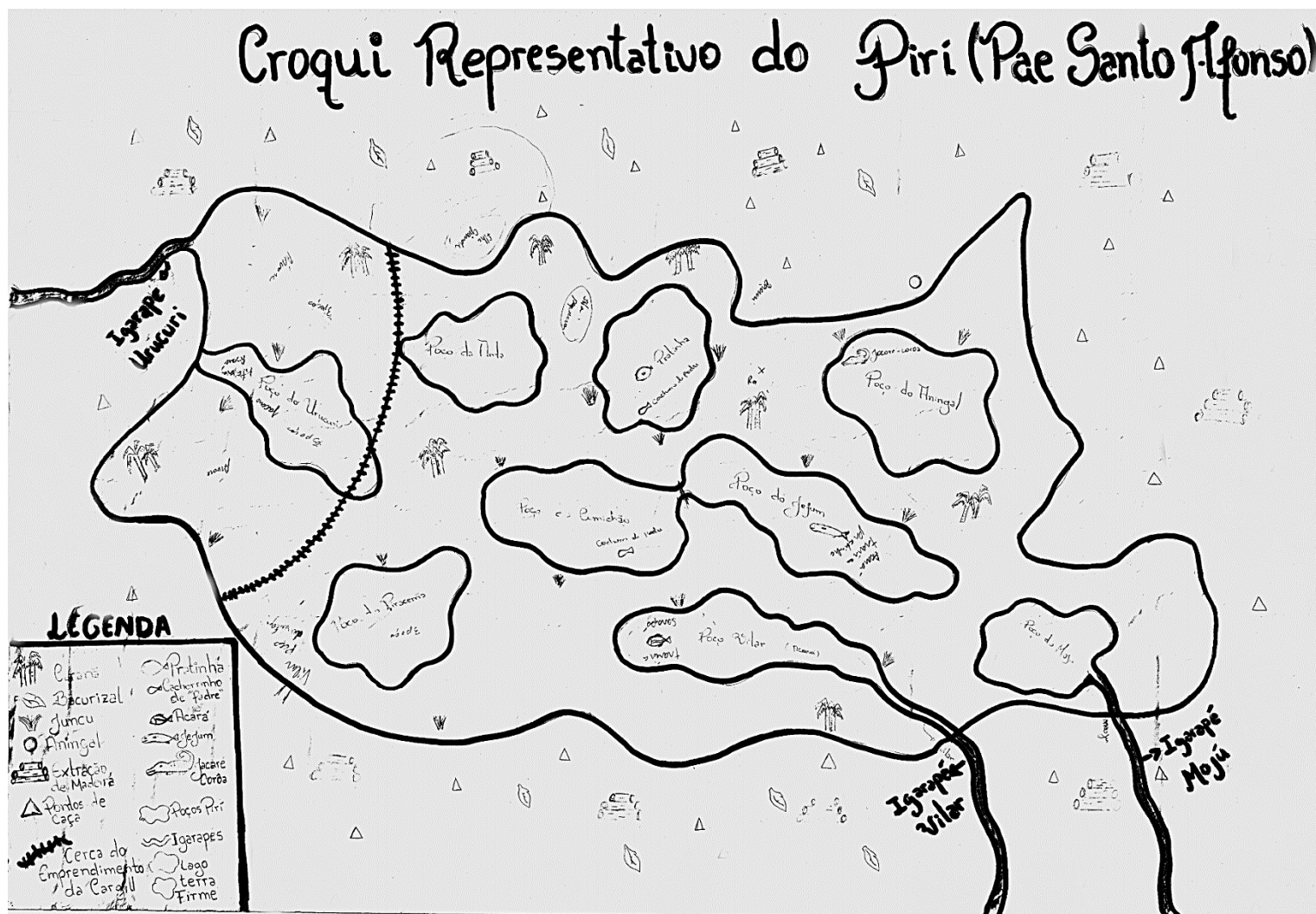
Os especialistas do Pirí produziram dois croquis diferentes do mesmo lugar (Figuras 31 e 32). Por algum tempo, isso me deixou intrigada e até questionando se havia a possibilidade de algum dos desenhos não estar “correto”, inspirado no conceito de Cardoso (2018) da paisagem como *phenomena* que resulta dos diversos modos de performance dos humanos nos mundos. Em Santo Afonso, incluem-se os não humanos; logo, entendi que os desenhos eram diferentes não por haver um certo e os demais errados, mas por se tratar de como cada uma daquelas pessoas interagem com essa paisagem.

Os desenhos evidenciam como o Pirí é uma paisagem multiespécies e que possibilita as diversas performances possíveis, porque as comunidades estão em simbiose com a paisagem e desenvolveram colaborações entre o conhecimento tradicional e a paisagens multiespécies.

Essa simbiose é materializada na limpeza dos lagos e a retirada das plantas aquáticas para pescar, mas que antes da pesca esses vegetais mantêm a temperatura da água ideal para a sobrevivência dos peixes, ou seja, saber o tempo exato de fazer a limpeza dos poços é garantir pescado durante todo o verão.

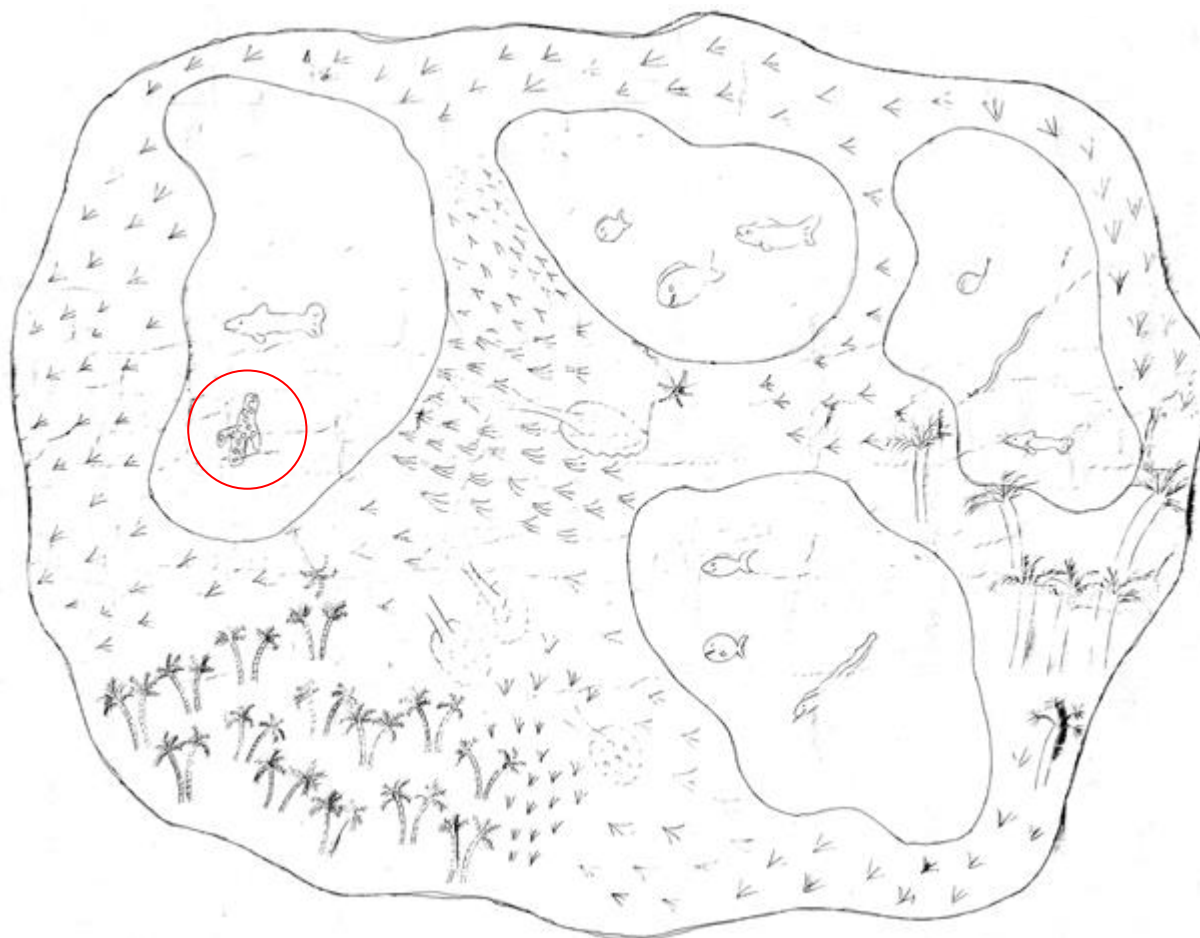
As comunidades, também, performam sua simbiose na paisagem quando entendem sobre limitação e liberdade. Tsing (2019) discute e define que, em se tratando de plantas e fungos, nossa presença humana não é um pré-requisito para suas relações; entretanto, é notável nossa dependência quando olhamos a nossa relação com esses seres. Por isso, quando os ribeirinhos de Santo Afonso respeitam os limites impostos pelo Pirí ao invés de buscar controlá-lo ou até mesmo superá-lo, é a demonstração que entenderam quem tem a relação de dependência nesse conjunto de paisagem multiespécies.

Figura 31 - Croqui representativo do Piri, elaborado pelo pescador Antônio.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

Figura 32 - Croqui elaborado representativo do Pirí pelo pescador Manoel de Jesus Marques



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

³⁴A estrutura circulada em vermelho representa ovos de peixe sobre folhas que conferem com a reprodução da espécie *Callichthys callichthys* citada na literatura.

A espera, pacientemente, da seca do Pirí ao invés de dragar, o respeito à temporalidade do Pirí, a limpeza manual das plantas aquáticas e a pesca com seus apetrechos ao invés de colocar fogo para realizar uma pesca mais rápida são algumas práticas que apontam para essa comunidade em relação simbiótica com os limites oferecidos por essa paisagem.

Esses movimentos de pessoas, das plantas, das águas e dos animais do Pirí reforçam que as paisagens não são estáticas, ela também está em movimento. Quando, no inverno, as pessoas param de frequentar o Pirí, as matas fecham ou ficam “cerradas”. Sauma (2019) aponta que pessoas abrem os lugares para realizarem seus trabalhos, mas quando cessam seu movimento os outros elementos dessa paisagem começam os seus, fechando o que foi aberto.

Observando a sazonalidade do Pirí, ousa dizer que, na seca, os humanos são os protagonistas desse movimento; mas, quando chega a cheia, plantas, animais, águas e não humanos comandam a transformação da paisagem no Pirí.

Essa prática se mantém com os não humanos que habitam o Pirí e que, também, impõem seus limites e regramentos.

4.4 A cosmologia da Comunidade Santo Afonso e os seus moradores

O Pirí é o centro da cosmologia da comunidade de Santo Afonso, é o local que abriga não só biodiversidade biológica e diversidade alimentar, mas também a morada de seres não humanos, visagens e encantados que constroem a imaterialidade do Pirí. Portanto, a comunidade de Santo Afonso tem uma conexão com a natureza específica e uma forma diferenciada de interpretar o ambiente que integra a cosmologia dessa comunidade.

Os fatores ambientais regulam as atividades de reprodução do modo de vida ribeirinho e os não humanos têm agência sobre a vida cotidiana da comunidade. Seres que só são acessados devido a sua sensibilidade, sua visão de quem se enxerga como parte da natureza.

Antes dos não humanos, desde criança, aprendemos sobre a sociabilidade da natureza. Como já dito anteriormente, esta tese, também, é um processo de reflexão pessoal que retoma elementos de minha infância quando eu ouvia histórias que

passam lições ou, ainda, que explicam como determinadas espécies se posicionam em seu habitat.

Destaco que vi novamente a repetição dessas histórias com minha sobrinha, o que remeteu não aos contos de fadas, comumente, contados na infância, mas ao cotidiano ribeirinho com suas próprias histórias que reforçam a sociabilidade dos animais e das plantas e demais seres (humanos e não humanos).

A mesma história que eu ouvia quando criança, vejo meu pai contando a minha sobrinha sobre como o tralhoto (*Anableps anableps*, Linnaeus, 1758) nada na flor d'água, conforme o trecho abaixo do diálogo entre eles:

Meu pai: Você sabia que o tralhoto nadava no fundo e a pescada na flor d'água?

Minha Sobrinha: Não vovô. E manteve-se interessada esperando a resposta.

Meu Pai: O tralhoto vivia no fundo e uma vez veio passear aqui em cima, e a pescada falou para ele “*Me empresta tua pedra, para eu ver como é lá no fundo?!*” E ela nunca mais devolveu, então ela ficou vivendo no fundo e ele aqui em cima. E quando a gente pega a pescada ela tem uma pedra na cabeça.

A história explica o posicionamento das duas espécies de peixe na paisagem e justifica sua veracidade pela presença da pedra (otólitos) na pescada (*Isopisthus parvipinnis*, Cuvier, 1830). Desde muito cedo, aprendemos que as árvores e os animais se comunicam e vivem em uma sociedade como nós, com família etc.

Uma outra história que me foi contada na infância traduz essa sociabilidade, é sobre o aramaçá (*Syacium papillosum*, Linnaeus, 1758) que nos é contada com o intuito de trazer a lição que devemos respeitar nossos pais. Esse peixe tem como uma das suas principais características sua boca torta que é assim, porque ele imitava tudo que sua mãe dizia. Mesmo ela pedindo, repetidas vezes, para que ele não fizesse isso, ele continuava. Como castigo, Deus deixou sua boca desse jeito.

A noção de sociabilidade da natureza e seus seres, sedimentadas pelas histórias da infância, mantém-se na observação cotidiana da paisagem, por exemplo, na relação de respeito mútuo do Açaí com o Arumã devido a soberania que têm sob as demais, já que são espécies com grande plasticidade adaptativa e conseguem se adaptar ao ambiente de várzea e prosperar rapidamente.

“O arumã é respeitado, ele mata tudo, mata açazeiro, coqueiro, tudo. Ele anda por baixo da terra. É a única coisa que açazeira respeita é o arumã, por que ele mata tudo também igual ela.” (Seu Antônio, 2022).

O amadurecimento do açaí, também, está envolto em cosmologia que resulta da mistura de raças na formação da Amazônia. No dia 24 de agosto, é celebrado o dia de São Bartolomeu, que se transformou em Berto na boca do povo ribeirinho ao longo dos séculos.

A história desse santo católico registra que ele foi o único apóstolo de Jesus capaz de exorcizar demônios. Porém, por ser tolerante, um dia por ano (24 de agosto) concede liberdade ao demônio que deve ser parcimonioso e retornar à meia noite.

Entrelaçada a essa história, os ribeirinhos não saem nesse dia para a mata, pois o demônio está solto. Porém, ele tem uma função: é responsável por deixar o açaí preto, ou seja, maduro nas árvores que ele passa. Então, o açaí apreta mais rápido. Quando chove nesse dia, é a chuva do Berto como sinal de boa safra de açaí, pois tudo que a chuva toca fica preto.

Inspirado no conceito de novo animismo de Tsing (2019) e na descrição das pontas do Arapiuns de Stoll (2019), ousou definir a cosmologia de Santo Afonso como um mundo único co-habitado por humanos, plantas, animais e não humanos, chamados de encantados, visagens, bichos ou por seus nomes próprios.

Nessa cosmologia quero destacar os não humanos que, de modo diferente do usual entre muitos povos e comunidades tradicionais, não necessariamente estão “disfarçados” de animais ou qualquer outro ser da natureza, já que eles vivem na “invisibilidade”, se manifestando por meio de sons, alguns deles apresentando sua própria fisionomia e outros assumindo a forma humana apenas em situações de contato.

Os não humanos de Santo Afonso não têm um esconderijo, ou outro mundo, ou terra, acima ou abaixo desta em que vivemos, eles de fato dividem o mesmo mundo conosco. Por isso, digo tratar-se de um mundo único co-habitado. Eles estão entre os ribeirinhos, seja no Pirí, nos matos, nos rios ou igarapés, de modo que sua manifestação pode ou não ocorrer.

Entre a comunidade de Santo Afonso, é sabido que existe um certo repúdio ao barulho e a presença humana por parte desses seres. Por isso, no inverno, ou seja,

na cheia do Pirí, é o período que os não humanos mais se manifestam, pois, há uma menor frequência de pessoas nesse ambiente, conseqüentemente, mais silêncio. Por exemplo, na área de várzea da comunidade onde há maior circulação de embarcações, há poucas manifestações de não humanos e muitos desapareceram conforme se intensificou a presença de moradores.

Outra evidência da preferência, pelo silêncio e pela ausência humana, dos não humanos da cosmologia de Santo Afonso é que a maioria se manifesta durante a noite, principalmente, após a meia-noite, sendo presente apenas o curupira durante o dia.

Esses seres apresentam sociabilidade e sensciência, comunicando-se entre si e com todos os seres da natureza, inclusive nós humanos. Como sinal de sua sociabilidade e, principalmente, sensciência, exigem respeito na convivência, não gostam quando as pessoas debocham ou as imitam. Caso percebam algum tipo de desrespeito, eles perseguem e fazem sentir a presença constante próxima, causando desconforto.

O Assobiador é uma entidade, que apenas co-habita o mesmo espaço territorial e se manifesta através do assobio, não tolera que imitem seu assobio. Caso alguém o faça, a represália é fazer a pessoa sentir a presença do assobiador, mas não o ver o que pode levar do desconforto até a confusão mental.

Dentre os não humanos que co-habitam Santo Afonso, alguns podem apresentar função matriarcal, sendo mãe de ambientes ou, ainda, de árvores e animais, como evidencia a fala de Dona Ana “tudo têm mãe”. Além disso, alguns deles têm função de cuidar, proteger e zelar por determinado espaço ou indivíduo. Mas, há aqueles que, assim como o Assobiador, apenas coexistem no mesmo espaço territorial e podem ou não se relacionar com ele.

É o caso do Derribador: entidade que se manifesta apenas pelos sons, o pelo barulho de derrubar árvore. Dona Ana, conta que

“a gente só ouvia aquele, tóu, tóu, tóu, tóu [imitando o som de um machado em uma árvore], aí quando dava caía Auuuuuu [imitando o som da árvore tombando], chegava tremer a terra, aí ele gritava Aaiuuuuu, não tem quando cai pau que a gente grita?! Ele gritava também. Parece um homem, sabe?!”
(citação)

O relato de Dona Ana me leva a uma reflexão para além das entidades invisíveis que co-habitam Santo Afonso, pois, nessa cosmologia, também, há animais e plantas invisíveis que só são “vistas” ou acessadas por seus iguais. Por exemplo, a árvore cortada pelo Derribador que faz a terra tremer, mas que nenhum humano vê em alguma medida se conecta ao cachorro do Caçador.

O Caçador é uma das entidades mais presentes no cotidiano de Santo Afonso. Desde a primeira conversa na comunidade, já foi me falado sobre ele. O mais interessante é que, independentemente de serem caçadores ou não, todo ribeirinho de Santo Afonso tinha um relato sobre uma manifestação desse não humano. Nunca ninguém o viu, pois ele se manifesta como um caçador invisível na mata por meio de barulhos de passos e de gritos de ordem ao cachorro, que também não é visto e nem ouvido.

Ele é protetor da caça e a protege dos caçadores. Além disso, tem, ainda, a função de cuidar dos animais debilitados. Ele vive transitando entre a ilha Urubueua e a Xingu; mas, nessa última, tem preferência por ficar próximo ou no Pirí. Quando me relataram a primeira vez sobre a agência do Caçador; eu, com minha visão antropocêntrica, interpretei como se a atitude dele fosse para amedrontar quem está indo caçar.

Porém, em uma conversa com Seu Fernando, ele me apontou um ponto de vista muito mais sofisticado: a entidade grita não para assustar as pessoas que irão caçar, mas para avisar os animais que eles estão na mira e que devem se esconder, ou seja, esse não humano se comunica com os animais. O caçador João corrobora essa fala, pois afirma que *“quando a gente vai caçar que escuta o caçador, nem adianta entrar no mato que não vai ter caça, elas se escondem tudo, por que ele [caçador] avisa elas”*.

Alguns seres da cosmologia de Santo Afonso apresentam o nome inverso a sua função, por exemplo, o Caçador, ele não caça; pelo contrário, protege os animais de serem caçados, mas recebe esse nome por se manifestar, emitindo sons como se estivesse, de fato, realizando esta atividade.

Considerando a co-habitação de Santo Afonso, alguns espaços para serem acessados ou realizarem atividades, os ribeirinhos precisam negociar com a mãe do

lugar, como é caso da Mãe do mato que tem como objetivo proteger a mata e as plantas e se irrita caso haja a retirada de mais árvores do que o necessário, a queimada ou alguma interferência na mata sem pedir o consentimento dela. Ela age da seguinte forma:

“Se você abusa da natureza e a mãe do mato se irrita, ela age tomando formatura de alguém que você conhece para te levar para dentro da mata, e deixa você perdido e desorientado. Às vezes nem foi você que irritou, mas a alguém que veio antes de você, mas a primeira pessoa que passa por ela paga pelo erro da anterior”. (Dona Ana, 2022).

O Pirí, também, tem mãe, mas ela age de forma diferente da mãe do mato, pois não toma forma de outra pessoa, ela assombra. A mãe do Pirí preza que se peça licença a ela antes de adentrar nesse ambiente e diga qual o objetivo da visita. Se não for cumprido dessa norma, ela pode assombrar a pessoa, causando sintomas físicos, como febre e dor de cabeça. Nesses casos, tem que levar para algum curandeiro ou pajé da região.

Há seres que repudiam a presença humana, porém alguns buscam nela companhia. Por exemplo, o curupira, ao contrário do folclore nacional, não é visto de forma positiva pela comunidade. Na verdade, no contexto de Santo Afonso, diz-se que o curupira vive em árvores ocas, é solitário e está em busca de atrair companhias para viver com ele na mata. Para isso, toma forma de alguém conhecido.

Ele age desorientando as pessoas na mata ao ponto de desconhecerem o caminho em que estavam completamente e não conseguem retornar de onde vieram. Dona Carmem me conta que, certa vez, seu esposo foi *mundiado*³⁵ pelo curupira e ficou horas perdido na mata. De forma que não conseguia enxergar o caminho de volta pra casa e andava em círculos, mas há uma maneira de escapar, segundo ela conta

“ele só conseguiu sair porque fez uma peconha de folha e jogou por cima da costa, aí o curupira se distraiu tentando desmanchar a peconha e aí ele conseguiu ver o caminho pra voltar para casa, mas isso já era seis horas da tarde”. (citação)

³⁵ Mundiado - está sob efeito de encantamento de alguma entidade

E, há um risco, quanto mais tempo perdido, *mundiado* pelo curupira, mais difícil de conseguir voltar, pois a pessoa vai perdendo a noção da realidade, esquecendo de onde vivia e não quer mais voltar para casa.

Na cosmologia de Santo Afonso, há alguns não humanos que foram avistados poucas vezes, como: a preguiça gigante, que foi vista muitos anos atrás, e o homem sem cabeça, que é visto pegando água no Pirí. Esse, raramente, foi avistado enchendo de água as duas latas que carrega. Os relatos dão conta que ele mora no Pirí.

Considerando um mundo único onde visíveis e invisíveis co-existem no mesmo território, os ribeirinhos de Santo Afonso buscam interpretar mudanças no comportamento deles e isso pode ter impactos no cotidiano da comunidade. Desde a instalação da cerca, que invadiu uma área do Pirí, a intensificação da segurança armada e o intenso desmatamento na área adquirida pela Cargill, os não humanos de Santo Afonso vêm se manifestando, cada vez mais, perto das casas e longe do Pirí.

A fuga dos não humanos corrobora com a tese dos ribeirinhos de Santo Afonso sobre o repúdio desses seres à presença humana e ao barulho. Isso porque o cercamento do terreno intensificou a presença humana próxima ao Pirí devido as rondas constantes dos seguranças e do barulho das máquinas para abrir a estrada de terra no terreno adquirido, o que tem assustado as entidades do Pirí.

A migração do Caçador, por exemplo, também, é a migração das caças que estão, constantemente, atacando as roças trazendo prejuízos. Animais como macaco Guariba, antes avistado apenas no Pirí, hoje, são vistos nas roças; cutia e veado, conhecidos por arrancarem e comerem a mandioca, são muito mais numerosos nas roças do que antes da cerca do terreno do TUP. Enquanto estive em campo, presenciei, por vezes, o filho de Dona Ana indo até a roça com sua espingarda dar tiros para cima para espantar os animais e evitar maiores prejuízos.

Há uma entidade que é dona do terreno em que está planejado o TUP. É um homem negro que mora nesse lugar, que já foi visto e que se comunicou dizendo que, enquanto ele existir, nada prospera nessa área. Essa fala é justificada, já que os relatos apontam que os diversos donos desse terreno já tentaram desenvolver

diferentes atividades, entre elas criação de animais, serraria e agricultura; porém, nenhuma prosperou, o que sempre motiva a venda da terra para um novo proprietário.

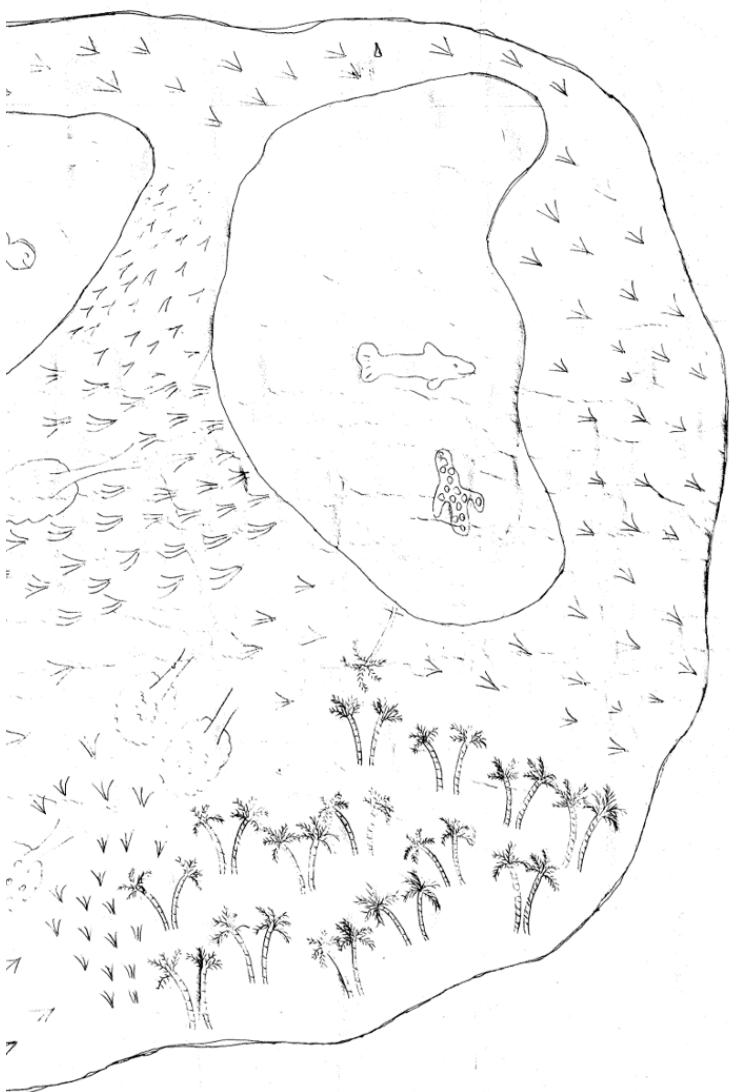
É o contexto de sucesso da entidade que faz com que as comunidades credibilizem essa declaração e tenham esperança nela, como na célebre sentença de Paulo Freire, não do verbo esperar, mas de esperar o que mobiliza a comunidade na luta.

Portanto, a cosmologia de Santo Afonso possui uma gama de seres sencientes que se manifestam e influenciam no cotidiano da comunidade desde a permissão de acesso a espaços no território até nas lutas e mobilizações contra o TUP. Nesse contexto, considera-se o ensaio de Cadena (2010) sobre a inclusão de seres não humanos na arena política nos Andes e a observação de Almeida (2021) acerca da negociação da caipora com o predador humano por acesso aos animais – presa.

Em síntese, ao longo desta tese, busquei, a partir da biodiversidade, das temporalidades, da fartura, das paisagens e da coabitação com os seres não humanos, demonstrar como o Pirí é um microecossistema específico e singular nas Ilhas de Abaetetuba, o que reforça a importância desse lugar na reprodução do modo de vida tradicional dos ribeirinhos e da necessidade de manter esse ambiente protegido da intervenção predatória do capital.

Portanto, é, nesse cenário, que os não humanos têm apresentado distintas manifestações contra o TUP, sinalizando o perigo que a empresa representa e, ao mesmo tempo, reforçando a necessidade de resistência dessa comunidade na defesa do Pirí e de todo o território da Ilha Xingu; resistência essa que será apresentada no capítulo a seguir e que não se restringe apenas a Santo Afonso, mas a todas as comunidades das Ilhas de Abaetetuba.

CAPÍTULO 5: NÃO É SÓ A TERRA”: Conflito Ontológico e as resistências das comunidades das Ilhas de Abaetetuba



A palavra conflito, entre os diversos significados que possui no dicionário de língua portuguesa, é a “ausência de concordância, de entendimento; oposição de interesses, de opiniões; divergência.”

Na definição clássica de Simmel (1964), o conflito é inerente às sociedades humanas e reproduz-se junto às ações interativas e relacionais sociais. É plausível que haja diferentes tipos de conflitos na sociedade, um deles é o conflito socioambiental definido como embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, lutas entre interesses opostos que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum (Little, 2004; Araújo; Souza, 2012). Nesse sentido, conflitos entre populações tradicionais e grandes projetos, por vezes são enquadrados como conflitos socioambientais (Oliveira; Zhouri, 2006).

Na teoria dos conflitos socioambientais, entende-se que esses emergem da divergência entre as partes envolvidas sobre a noção de cultura e natureza. Dessa forma, suas oposições podem estar relacionadas a diferentes aspectos, “*incluindo moradia, uso da terra, interesses divergentes, perspectivas culturais, acesso a um recurso natural etc.*” (Souza; Milanez, 2016).

Entretanto, Cadena (2019) chama a atenção para o fato de que os conflitos não partem de visões diferentes de um mesmo mundo, mas de uso de termos homônimos para coisas que não são as mesmas, ou seja, nos conflitos entre populações tradicionais e grandes projetos as partes envolvidas nem sempre tem a mesma conceituação de cultura e natureza, logo não se trata de um conflito por um recurso natural, na verdade são conflitos ontológicos.

Os conflitos ontológicos partem da colisão de um mundo único com mundos diversos. Ailton Krenak traz uma visão interessante no seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (Krenak, 2019. p.22).

É importante ressaltar que essa visão de Krenak, aponta para um ponto gerador de conflitos ontológicos: a busca real e contínua da sociedade moderna

capitalista pela consolidação de um mundo único, levando à destruição de ontologias que não são baseadas na separação da natureza e cultura.

Essa separação leva o homem a não se ver como parte integrante da natureza, reduzindo-a a um objeto, um recurso a ser explorado. Christo e Anjos (2020) alertam que ao se ver alheio à natureza o homem perde seus limites sob a devastação que pode causar. Entretanto, povos e comunidades tradicionais tendem a manter natureza e cultura como uma coisa só, não se enxergando alheio ao ambiente natural, apresentando uma pluralidade de ontologias.

Phillipe Descola de forma ousada buscou descrever e conceituar quatro modos de classificação das ontologias, animismo, totemismo, naturalismo e analogismo, nos quais poderiam se enquadrar diversas ontologias. Para isso, Descola utilizou experiências de diferentes povos ao redor do mundo, incluindo indígenas (Jívaro) da Amazônia Equatoriana, e descreveu o animismo como uma ontologia em que

[...] sistemas animistas, humanos e muitos não-humanos são concebidos como dotados do mesmo tipo de interioridade, e por causa desta subjetividade comum é dito que animais e espíritos possuem características sociais: vivem em aldeias, seguem regras de parentesco e códigos éticos, desempenham atividades rituais e trocam objetos. (Descola, 2015, p.13, 14).

No mesmo viés de explicação de ontologias amazônicas, Viveiros de Castro descreve o que ele denominou como Perspectivismo Ameríndio: todos os seres são pessoas, ou seja, têm uma interioridade humana, e o que se vê são “roupas” de outros seres que escondem sua real interioridade, sendo assim, todos os seres vivem em sociedade, organizam-se socialmente, pois todos são humanos. Viveiros de Castro afirma que,

em suma, os animais são gente, ou se vêem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada à idéia de que a forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma "roupa") a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs. Essa forma interna é o espírito do animal: uma intencionalidade ou subjetividade formalmente idêntica à consciência humana, materializável, digamos assim, em um esquema corporal humano oculto sob a máscara animal. (Viveiros de Castro, 1996, p.117).

Ambos os autores se referem às ontologias indígenas. As ontologias ribeirinhas, mesmo que pouco abordadas pelas ciências sociais, são povoadas pela humanidade de animais que se expressam nas narrativas do boto, da cobra grande,

da mãe do mato entre os diversos “não humanos” (Castro, 2001). Maués e Villacorta (2008) definem esses seres como encantados, que permeiam o que chama de encantaria Amazônica, são entidades normalmente invisíveis às pessoas comuns que habitam uma região conhecida como “encante”.

Essa pluralidade de ontologias faz-se essencial na interpretação do mundo. Para Almeida (2013), são os pressupostos ontológicos que permitem a interpretação dos encontros pragmáticos. Arturo Escobar (2015) adverte que a coexistência de outras ontologias, vem se tornando, cada vez mais, difícil com essa busca de um mundo unificado, o que se expressa em séculos de tentativas de aniquilação de ontologias que escapem da unificação da sociedade moderna.

Mauro Almeida conceitua essa destruição de uma ontologia pela prevalência de outra como conflito ontológico e explica que não se trata de conflitos culturais, mas sim de uma guerra ontológica, porque o que está em jogo é a existência de entes no sentido pragmático. Em seu artigo “*Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno*”, exemplifica que

No Brasil, grileiros e agronegociistas travam uma guerra para expulsar indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de terras historicamente ocupadas – guerra na qual a violência e a grilagem são acompanhadas pela guerra ontológica, que consiste na negação da existência de tais entes. A truculência física tem continuidade na truculência ontológica, como quando Bolsonaro reduz comunidades quilombolas a indivíduos mensurados por arrobas, como cabeças de gado. (Almeida, 2021, p. 13).

Os conflitos ontológicos são marcados pela invisibilização das populações tradicionais bem como pelas relações de poder assimétricas em que estão inseridos. Freitas, (2020), em sua tese “*A terceira margem do rio: conflitos ontológicos no litoral norte capixaba*”, chama a atenção para a importância dessa temática, cada vez mais, presente nas pesquisas antropológicas na busca por compreender esses fenômenos, tendo por interlocutores os diversos atores envolvidos, o que nos permite compreender como esses percebem tais eventos e resistem aos mesmos.

Considero, diante de todas as considerações apresentadas sobre conflitos ontológicos, o trecho do artigo “*Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno*” de Mauro Almeida bem conclusivo ao dizer que a verdade pragmática é o chão comum de múltiplas ontologias. Verdade pragmática é compatível com a incomensurabilidade de ontologias. Há um mundo em que existem espíritos desencarnados, e mundo em

que esses entes não existem, a admissão de que não vivemos em um mundo único é um primeiro e importante passo na resolução dos conflitos ontológicos.

Como vimos, seres humanos e não humanos fazem parte do cotidiano de Santo Afonso. Esses últimos sempre foram mencionados nas conversas, pois muitas comunidades ribeirinhas apresentam-se muito ligado as paisagens, Silva (2018) aponta uma ligação das dimensões ontológicas da cultura ribeirinha com a ligação existencial com a paisagem:

Essas dimensões ontológicas da cultura ribeirinha, evidentemente, estão ligadas a ligação existencial com a paisagem. A paisagem envolve o ribeirinho e o convida aos segredos dos enigmas permitidos somente àqueles que a vivem com o corpo e sangue, é como se a paisagem dissesse: deciframe! (Silva, 2008, p.152).

Outra evidência da agência dos não humanos na paisagem é descrita por Alencar (2002), em sua tese “Terra Caída: Encante, Lugares e Identidades”. Nessa etnografia, conduzida com comunidades de várzea do médio Solimões, ela destaca “os encantados” não humanos com interferência direta no fenômeno das terras caídas. Sobre isso destaca-se que

assim como as pessoas realizam a mobilidade de suas casas em função da terra caída, também os encantados mudam o lugar de suas casas, dessa forma contribuindo para a transformação da paisagem. (Alencar, 2002, P.169).

Atreladas às paisagens misteriosas habitadas pelos não humanos, estão comumente atividades como a caça e a pesca, e esses seres sempre apresentam algum tipo de agência sobre essas atividades, limitando ou não a ação humana. Gomes (2018), em sua tese realizada entre os moradores do lago Amanã, aponta que esses seres figuram histórias de caça, em que o caçador encontra algum desses entes pela mata e se perde, não conseguindo voltar para sua canoa.

Essas intervenções de seres não humanos nas atividades de caça e as penalidades aplicadas aos caçadores desobedientes foram descritas nos trabalhos sobre sistema de caças de Figueiredo e Barros (2016) na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho e, posteriormente, de Barros (2017), entre ribeirinhos do Riozinho do Anfrísio. As punições envolvem gritos de dor, incapacidade de fugir de quem os machucava, visagens, criaturas cobertas de fogo, o desejo de que os olhos pudessem ver o caminho de volta pra casa, mas sem sucesso, e sempre são aplicadas àqueles

caçadores que caçam, descontroladamente, ou matam animais fêmeas grávidas ou acompanhadas de filhotes.

Esses trabalhos mencionam que os seres não humanos nas ontologias ribeirinhas estudadas apresentam controle e cuidado sobre os animais, em conformidade com o que Mauro Almeida descreve em seu artigo “Caipora e outros conflitos ontológicos”, no qual a Caipora para além de intermediar o acesso aos animais da mata, também tem como função cuidar e promover a reprodução destes.

Além dos não humanos que povoam as ontologias ribeirinhas estarem ligados às paisagens ou ambientes de caça, a forma de sua existência é também peculiar: não se mostram com frequência e nem para todas as pessoas, mantêm-se invisíveis, podendo manifestar sua presença em seres de outra espécie, animados ou inanimados, conforme observou Wawzyniak (2008) em sua tese, *“a despeito de aparecerem fisicamente aos humanos ou de ser possível conversar com eles em algumas ocasiões, frequentemente eles permanecem invisíveis”*.

Porém, quando são vistos, geralmente, são descritos como uma forma muito semelhante à humana, como um homem – no caso do boto - ou uma mulher- a exemplo da mãe do mato - muito atraentes. Segundo Galvão (1976), o boto tem semelhança com criaturas humanas, sua pele é muito alva, tem os cabelos louros, e é frequente sua aparição como um jovem atraente que seduz as mulheres.

Os não humanos, como dito, fazem parte do cotidiano, não só de Santo Afonso, mas de diversas comunidades e povos tradicionais. Eles permeiam as conversas, as ações e, algumas vezes, as decisões. Desse modo, deve-se admitir que influenciam nas lutas políticas desses coletivos. Cadena (2018), através dos argumentos de Mouffe sobre a hegemonia na esfera política, aponta que com o nascimento do campo político moderno houve a distinção ontológica entre “Humanidade” e “Natureza”; a criação do “homem natural” retirou dos “não humanos” a noção de humanidade e dessa forma somente os completamente humanos e apenas eles, poderiam engajar-se na política.

Desse modo, o que se observa na comunidade de Santo Afonso, é que a luta política transcorre sob forte influência dos “não humanos” que são dotados de humanidade e consciência.

5.1 As resistências das Ilhas de Abaetetuba

Este capítulo tratará das resistências das comunidades contra o TUP Abaetetuba e de como o conflito ontológico está posto nos espaços de luta. Aqui, apresento a construção social de “protocolos de consulta ribeirinhos” como um artefato político em desenvolvimento, a partir da experiência de dois territórios tradicionais das Ilhas de Abaetetuba: a comunidade São João Batista (Rio Campompema) e a comunidade Santo Afonso (Rio Xingu). Além de outros espaços e momentos de luta, como o grito das águas, as audiências públicas, os atos públicos nos dias de audiência e os trançaços.

A resistência que se apresenta hoje em Abaetetuba é fruto de décadas de afetações geradas por Grandes Projetos instalados na Região do Baixo Tocantins. Pereira e Magalhães (2023) consideram que o povo das Ilhas de Abaetetuba vive um deslocamento *in situ*³⁶, visto a intensidade das transformações socioambientais que tem ocorrido nesses últimos 30 anos.

Diante da tentativa de instalação do TUP Cargill, as comunidades encontram-se muito mais articuladas e atuando com suas estratégias de resistência, em diferentes arenas, que vão desde o campo das mobilizações, passando pela academia e chegando à arena jurídica.

É inegável que a atuação e os efeitos dos projetos implantados nos municípios vizinhos, somados ao acesso de políticas públicas educacionais como frutos da regularização fundiária, contribuiu, fortemente, para o cenário de resistência que se solidifica hoje nas Ilhas de Abaetetuba. Sem desconsiderar a resistência silenciosa que é a reprodução do modo de vida dessas comunidades, de modo específico de Santo Afonso, apresentados no capítulo 2 e 4 e em Pereira e Magalhães (2023).

Lutar em diferentes arenas, também, é ter diferentes lógicas argumentativas. As comunidades apresentam argumentos internos, baseados na ontologia e na relação direta com a natureza, que não aparecem na arena pública do debate. E isso é uma escolha consciente, pois há um entendimento que os argumentos ontológicos

³⁶ Feldman et al. (2004), define como uma situação na qual o deslocamento do grupo não é físico, mas se dá pela transformação da paisagem, das relações sociais e das posições de segurança física, social, política, econômica e pessoal, previamente vividas.

só são alcançados pelos seus iguais e que no debate amplo há uma grande chance desses argumentos serem descredibilizados.

Esse câmbio argumentativo é feito com muita maestria pelas comunidades, a cada espaço, cabe um discurso diferente que será melhor absorvido pelo grupo presente e assim as resistências têm sido exercitadas em diferentes espaços.

5.2 Os protocolos de consulta ribeirinho como artefato político

Desde 2017, as comunidades tradicionais das Ilhas de Abaetetuba, com apoio de diversos movimentos sociais locais e regionais e de instituições sociais, optaram pelo uso do Protocolo de Consulta como a principal ferramenta de luta contra o TUP e os demais projetos planejados para a região do Baixo Tocantins.

O Protocolo de Consulta é um artefato político declaratório do direito das comunidades e povos tradicionais à consulta prévia, livre e informada que consta na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em seu artigo 6º, o qual determina que os governos deverão consultar os povos interessados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.³⁷

Utilizo o conceito de artefato político, partindo da definição dos Xikrin apresentada por De Francesco (2021) que entendem as reuniões como uma forma de decisão dos brancos e naquele contexto não enxergavam como eficaz.

No contexto da construção dos protocolos de consulta nas ilhas de Abaetetuba, a eficácia do documento não é desacreditada, mas essa forma escrita de apresentação e organização de regras é muito mais para facilitar a compreensão e aceitação do poder público e judiciário, do que o método, preferencialmente, utilizado pelos ribeirinhos, pois dentro das comunidades a oralidade é suficiente para garantir o respeito as regras estabelecidas internamente.

³⁷ A Convenção 169 da OIT foi promulgada em 1989 e assinada pelo governo Brasileiro em 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

O Protocolo de Consulta tem sido elaborado pelas comunidades tradicionais das ilhas de Abaetetuba como uma arma de defesa do território, exigindo a consulta prévia sobre qualquer tipo de interferência em seus territórios, em especial.

Nesse momento, essas comunidades cobram que sejam ouvidas em relação à implantação do TUP Abaetetuba. Atualmente, há dois protocolos em construção nas ilhas de Abaetetuba, dois aprovados aguardando o lançamento e três já publicados.

As principais instituições que tem contribuído com as comunidades na elaboração desse documento tem sido a Cáritas³⁸ e FASE³⁹. Essa elaboração precisa ser uma construção autônoma. Por isso, há oficinas orientativas e momentos formativos que proporcionam às comunidades a autonomia necessária para serem os protagonistas desse processo.

Os protocolos de Consulta, tratados neste trabalho, são os da comunidade Santo Afonso e da comunidade São João Batista que já finalizaram as oficinas e estão em fase de sistematização para serem apresentados em Assembleia geral.

Minha atuação na elaboração dos protocolos de consulta foi se transformando ao longo da construção desta tese. Na comunidade Santo Afonso, iniciei como observadora; porém, em 2023, comecei a atuar na Cáritas na orientação da comunidade para a construção do documento. Já, na comunidade São João Batista, na Ilha Campompema onde resido com minha família, tenho atuado desde o início na organização direta do processo de elaboração como parte da equipe de coordenação.

No processo de Licenciamento Ambiental do TUP Abaetetuba, assim como tem sido habitual na atuação dos grandes projetos, a Cargill tentou realizar uma audiência pública em 27 de junho de 2019 como substituição à consulta prévia. As comunidades solicitaram a suspensão pelo descumprimento da Convenção 169 e

³⁸ Cáritas que está atrelada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e que atualmente conta com agentes locais em todas as comunidades católicas das ilhas de Abaetetuba, majoritariamente jovens que são moradores das comunidades. A Cáritas funciona como a ponte entre as comunidades tradicionais e órgãos como Defensoria Pública, e organizações não-governamentais.

³⁹ FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional organização não governamental que atua conjuntamente com as comunidades tradicionais de Abaetetuba na construção dos Protocolos de consulta.

violação do direito à consulta prévia (http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=3968), visto que, não se deve confundir a audiência pública, que é uma etapa informativa e de esclarecimento de dúvidas sobre as características do projeto de um empreendimento, com o direito de consulta e consentimento livre, prévio e informado, previsto na Convenção 169 (Garzón; Batista, 2021).

A população ribeirinha de Abaetetuba vem, ao longo de sua história, sofrendo com os impactos causados pela implantação de Grandes Projetos em municípios vizinhos, com a diminuição considerável do estoque pesqueiro ocasionado pela UHE Tucuruí, amplamente documentado em vasta literatura (Rodrigues, 2021; Vilhena 2011, Caetano, 2012; Araújo, 2015; Leite 1993; Mérona et al., 2010, Piraux et al., 2017) e, concomitantemente, com os danos causados pelo Distrito Industrial de Vila do Conde que incluem a movimentação e atracação de balsas em pesqueiros, afugentando os peixes, e, até mesmo, os crimes ambientais com o vazamento de rejeitos na água.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, os “DANOS AMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARÁ, de 2000 a 2018, resultaram em 22 denúncias de crimes ambientais contra empresas do Distrito industrial de Barcarena. Esses crimes, segundo o mesmo relatório, afetam não só o município onde está instalado, mas também a capital Belém, Abaetetuba, Ponta de Pedras e toda a região metropolitana, além do Marajó, o Baixo Tocantins e o Vale do Acará.

Entre as diversas denúncias, consta o desastre causado pelo naufrágio do Navio Haidar em 2015⁴⁰, que acarretou a morte de centenas de gado (inicialmente, transportados vivos), mas que se espalharam pelos rios, juntamente, com toneladas de óleo. Também, consta o vazamento de rejeitos de bauxita da mineradora Hydro Alunorte nos anos de 2009 e 2018⁴¹. Logo, sem um grande projeto de infraestrutura

⁴⁰ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

⁴¹ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/hydro-alunorte-acusada-de-vazamento-de-rejeitos-ja-foi-multada-em-2009-por-esse-crime.ghml>

no município de Abaetetuba, a população ribeirinha sofre, diariamente, as consequências danosas desses empreendimentos, visto que há uma grande circulação de navios graneleiros pelos rios Abaetetubenses em decorrência dos três terminais portuários presentes em Barcarena. Conforme Mesquita (2020),

Conforme a utilização do furo do Capim pelas barcas de grãos ia se estabelecendo como rota de escoamento, os ribeirinhos relatam a dificuldade em permanecer com suas lógicas produtivas tradicionais. (Mesquita, 2020, p.60)

Também, conforme a fala do Diretor de Relações Governamentais da Cargill, em sessão plenária na Câmara Municipal de Abaetetuba,

Já passam na frente do quilombo (Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio), já passam vinda dos estreitos (Furo do Capim) dez milhões de toneladas de grãos destinados aos três terminais de Barcarena, então passando tudo isso, esse ano (2020), é capaz de passar 12.

Dessa forma, o cenário da construção do Protocolo de Consulta na Comunidade Santo Afonso é composto pelos danos sofridos, cotidianamente, ocasionados pelos projetos de infraestrutura existentes em Barcarena, aliados às constantes intervenções da Cargill na comunidade que, mesmo sem o licenciamento ambiental nem a instalação do TUP, cercou o terreno adquirido pela empresa (sob investigação) com estacas de concreto e realiza constantes rondas de drones, etc.

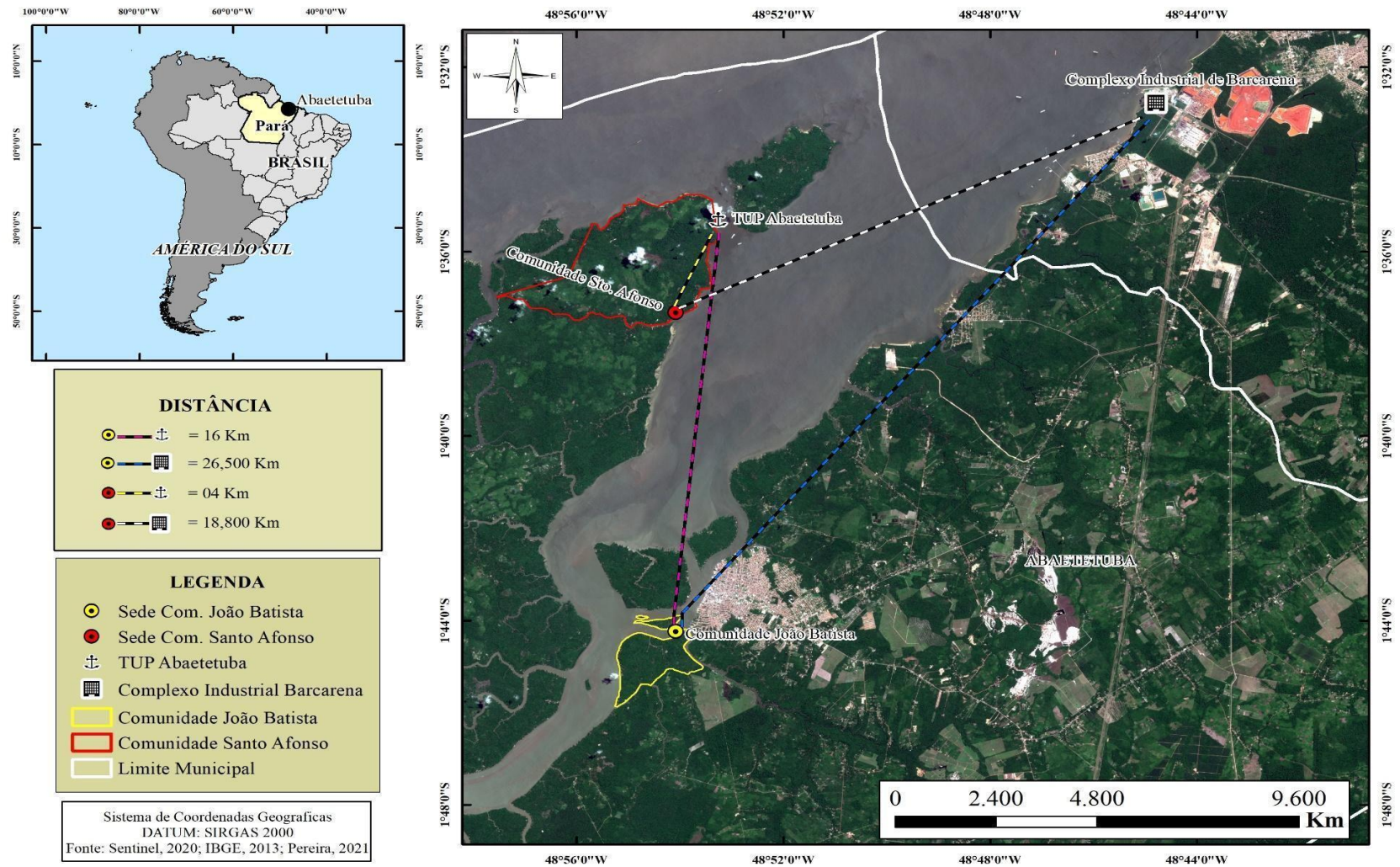
Além disso, a publicação de um EIA/Rima questionado pela população ribeirinha e, ainda, a tentativa de uma assembleia referente ao licenciamento ambiental; porém, sem consulta às comunidades violando a convenção 169. Desse modo, todos confluem para um alerta substancial sobre a necessidade da utilização de um dispositivo legal para o enfrentamento da instalação do TUP Abaetetuba.

Além do cenário do protocolo de consulta da comunidade Santo Afonso, será tratada, como dito anteriormente, da construção do protocolo de consulta da comunidade São João Batista, que mesmo estando a cerca de 15km da comunidade de Santo Afonso e a 22 km do Distrito industrial de Barcarena (Figura 33), também, sofre com os danos dos TUPs de Barcarena.

Atualmente, alí, não se consome água do rio, é preciso deslocar-se a comunidades vizinhas (Rio Abaeté e Acaraqui) de terra firme com poços artesianos onde são enchidos galões de água para o consumo. Constantemente, somos

acometidos por alergias e problemas dermatológicos devido ao banho de rio, além da constante diminuição de pescado e mariscos.

Figura 33 - Mapa mostrando a proximidade entre as comunidades Santo Afonso e o TUP Abaetetuba e o Complexo Industrial de Barcarena.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Meu primeiro contato com o protocolo de consulta ocorreu, quando estive, pela primeira vez, na casa de Dona Ana e fui convidada para acompanhar a assembleia que se iniciaria acerca do processo de construção desse documento. Aceitei o convite. Ela me informou que a organização era da Cáritas. Em contato com a representante da Cáritas, fui informada sobre o andamento do protocolo de consulta e que a demanda pela construção desse protocolo foi solicitada pela comunidade de Santo Afonso.

No dia 19 de setembro de 2019, participei da primeira Assembleia, organizada pela Cáritas e Fase, para construção do protocolo de consulta, que fora solicitado pelo PAE Santo Afonso. Inicialmente, fui com intuito de apenas observar, ouvir, visto que aquele seria meu primeiro contato com uma parcela significativa da comunidade, já que, até aquele momento, só conhecia o núcleo familiar de Dona Ana.

A construção do Protocolo de consulta tem alguns passos fundamentais, como as rodas de conversa de sensibilização da comunidade sobre a convenção 169 e a assembleia geral onde a comunidade irá decidir se quer construir o documento. Após isso, iniciam-se as oficinas de estudo das leis que garantem o direito a consulta, a construção da linha do tempo da comunidade e o mapa de ameaças e potencialidades.

Após as oficinas, é realizada a sistematização que consiste em converter para a escrita tudo o que foi produzido na oralidade durante os encontros, havendo a apresentação do documento final novamente em assembleia geral para que a comunidade faça as modificações necessárias e vote para decidir se aprova o documento para posterior publicação e lançamento.

A primeira assembleia em Santo Afonso aconteceu, em setembro de 2019, no centro comunitário Católico de Santo Afonso. Esse primeiro momento foi marcado por um misto de curiosidade e esperança diante da possibilidade de uso do Protocolo de consulta como uma ferramenta eficaz na defesa do território. Era perceptível que o objetivo de todos era a defesa da existência enquanto comunidade, já que a conjuntura das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba está diretamente ligada ao território.

Essa primeira assembleia contou com diversas representações de organizações da comunidade. Havia pessoas da igreja evangélica, da igreja católica

e representante da Colônia de pescadores. Esse último, juntamente, com a associação do PAE Santo Afonso contemplam o maior número de associados.

Esse alto grau de mobilização é fundamental na construção do protocolo de Consulta, visto que esse deve ser um processo que haja a participação efetiva de toda a comunidade. Assim, evita-se que os protocolos de consulta sejam invalidados, utilizando o argumento de que não houve representação total daquela comunidade.

Esse primeiro momento tratou de esclarecer aos presentes a convenção 169 e, principalmente, os exemplos bem sucedidos de bloqueio de grandes projetos a partir do protocolo de consulta. Posteriormente, caminha-se para votação de todos os presentes, para verificar se estavam de acordo com a construção do Protocolo.

Ao longo de toda a assembleia, a representante da FASE utilizou analogias bem cotidianas, por exemplo, *“você acha correto alguém entrar na sua casa e mexer nas suas coisas sem você permitir”*. Essa foi uma relação para mostrar que o que o TUP Abaetetuba está tentando fazer é exatamente isso, ou seja, está entrando no território sem pedir permissão e ainda querendo usufruir dos recursos naturais.

Era perceptível o quanto essas analogias eram eficazes e eles rapidamente colocavam sua indignação, lembrando e reafirmando suas lutas. Como, Seu Francisco, morador que se autodeclarou agricultor extrativista e atuante na Comunidade Católica de Santo Afonso, recordou o quanto lutou ao lado de Dona Ana para terem um prédio para funcionamento da escola e que não era justo, tudo que eles lutaram para obter lhes serem retirados assim.

É, nesse cenário, que se evidencia a importância da memória. Pollak (1989) diz que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade. Assim, mantém-se a coesão interna e defende as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, incluindo o território.

A construção do protocolo de consulta tem sido um lugar de encontro com a memória de lutas da comunidade Santo Afonso. Conforme o mesmo morador acima citado mostrou em uma de suas falas *“vou falar das nossas lutas, é importante para os mais novos, que não viram, poderem saber e valorizar o que tem hoje e para os mais velhos, que lutaram com a gente lembrar que a gente consegue”*, o que está em

total acordo com a função da memória descrita por Polak (1989), acima citada.

Comecei a perceber que os assuntos ali tratados: a convenção 169, os direitos das populações tradicionais e os impactos do TUP não diziam respeito apenas ao PAE Santo Afonso, mas também a todas as ilhas de Abaetetuba que sofrerão os impactos. Então, comecei a refletir que tudo aquilo também me impactava, impactava minha família, impactava o PAE São João Batista onde resido, de forma que eu apenas observar não seria o bastante, eu precisava agir.

No PAE São João Batista – Campompema, entrei em contato com as lideranças do Assentamento e da igreja Católica, sabendo que esta última agrega mais de 90% da comunidade, para iniciar a discussão sobre a implantação dos grandes projetos e os riscos que estávamos correndo se mantivéssemos a inércia. Fui convidada a expor sobre o assunto e sobre a construção do protocolo de consulta, no retiro comunitário que ocorreu em fevereiro de 2020. Esse é um evento que acontece duas vezes ao ano e é um momento avaliativo da comunidade católica.

Nesse evento, compartilhei com os demais membros da comunidade o que tinha ouvido nas assembleias na comunidade do Xingu – PAE Santo Afonso, sobre todos os riscos que corremos com a instalação do Porto, apontando as informações presentes nos EIA/ RIMA do empreendimento e, principalmente, falei sobre o protocolo de consulta como um documento que poderia nos ajudar nessa luta contra a implantação do TUP. A ideia da solicitação de orientação da FASE e da Cáritas para elaboração do Protocolo de Consulta foi bem aceita. Entretanto, um mês depois a pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS COV-2, paralisou todas as atividades. Então, todo o processo “esfriou”.

Em janeiro de 2020, houve uma nova assembleia na Comunidade Santo Afonso. Essa foi a última antes da pandemia que levou a paralisação do processo. Mesmo após as vacinas e flexibilização em relação aos cuidados relacionados a Covid-19, o processo de construção do Protocolo de Consulta na comunidade Santo Afonso seguiu paralisado.

A ausência de uma equipe da Cáritas na comunidade é um dos motivos dessa paralisação e, também, a queda considerável na participação na igreja católica relacionada à migração de fiéis para a religião evangélica sendo que quem está

articulando e assessorando esse processo é a Cáritas: uma organização da igreja católica.

Nessa última assembleia, foi tratada, com mais especificidade, a convenção 169, o direito da comunidade de ser consultada sobre qualquer intervenção no território que afete suas vidas diretamente. Também, foram tratadas as regras possíveis de serem inseridas no protocolo e do amparo legal que o documento lhes oferece.

Um outro ponto, predominante na assembleia, foi o fechamento do Posto de Saúde da Comunidade de Santo Afonso (Posto de Saúde Pedro Araújo), cujo motivo foi a não renovação do contrato da Técnica de Posto. Esta unidade de saúde já vinha em processo de sucateamento com mais de 3 meses sem materiais (remédios, material de curativo etc.). Além da revolta pelo fechamento da unidade de saúde dos moradores, relatavam a temeridade de o posto significar a primeira instituição de direito básico a lhes ser negada.

A necessidade de organizar-se para evitar o fechamento da unidade de saúde ficou evidente na fala de Dona Ana “*se não nos organizarmos e buscar informações do que está acontecendo* (referindo-se aos meses sem material e remédio no posto e os cinco meses sem pagamento da técnica de posto), *nós não conseguimos nada, nós vamos pro brejo*”. A representante da Cáritas apontou a possível estratégia por trás dessa ação, que seria a negação de direitos básicos, levando a um deslocamento “voluntário” da comunidade e facilitando a instalação do TUP Abaetetuba.

Essa participação do Estado como forma de legitimação do Grande Projeto, foi descrita por Ribeiro (1987) ao observar que a “ausência” do Estado por meio da omissão de serviços básicos, como saúde, saneamento e educação nos locais onde os grandes projetos serão/estão instalados, também, é uma forma de legitimá-lo, pois esses serviços acabam por serem fornecidos pelas empresas, quando necessitam de mão de obra barata de forma contínua durante o seu período de atuação.

Consequentemente, isso contribui para a aceitação do grande projeto, mesmo com todos os ônus que podem acarretar. No caso de Abaetetuba, os Grandes projetos para serem implantados não exigem muita mão de obra para funcionarem, a “ausência” do poder público leva a um deslocamento “voluntário” das comunidades, facilitando a instalação dos mesmos.

E o mesmo autor é assertivo com sua análise de que *“o grande projeto é alimentado sobretudo pelas desigualdades econômicas existentes nacional e internacionalmente, e do pressuposto acrítico de que para um futuro viável “quanto maior melhor”* (Ribeiro, 1987, p. 24).

Entretanto com a troca de gestão municipal em 2020, o posto de saúde foi reativado. Devido ao alto risco trazido pela pandemia Dona Ana, decidiu solicitar sua aposentadoria e uma nova técnica foi contratada.

A discussão só voltou a ser retomada em setembro de 2020. Com a redução de casos de COVID-19, a Caritas realizou alguns encontros, com número reduzido de pessoas. Posteriormente, foi realizado um encontro com o MORIPA⁴² (Movimento dos Ribeirinhos dos PAES de Abaetetuba), o qual representa a associação do PAE São João Batista, além de coordenadores das pastorais da comunidade Católica. Esse encontro objetivava formar disseminadores da informação para os ausentes. Assim, cada representante repassaria as informações para o seu grupo evitando aglomerações.

Nas reuniões de ambos os PAEs, a memória da instalação do Pólo Industrial de Barcarena, há cerca de 30 anos, foi ativada. Em Santo Afonso, Dona Domingas, uma das ribeirinhas presentes na assembleia e moradora na comunidade de Santo Afonso há mais de 20 anos, havia se mudado de Barcarena quando houve o deslocamento compulsório dos moradores da área onde foi instalado o Distrito industrial. Sobre isso, ela disse *“eu não acredito nessas empresas, eu vim de lá quando começaram a construir o Porto do Conde, eles falaram que iam nos pagar, e até hoje nada, só ficou a poluição”*.

No PAE São João Batista, pessoas que trabalharam durante a construção do porto lembraram das promessas e do trabalho. Seu Miguel, uma liderança da Comunidade Católica em Campompema, agricultor, nascido e criado, como ele mesmo definiu, na comunidade São João Batista, lembrou:

“quando começaram a fazer essa vila do Conde, falaram que ia ter muito trabalho, emprego pra muita gente, durante a construção saía muitos ônibus,

⁴² MORIPA - Movimento dos Ribeirinhos dos Paes de Abaetetuba, desmembrou-se do MORIVA (Movimento Dos Ribeirinhos - as das Ilhas e Várzeas de Abaeteuba), movimento com importante atuação para a instalação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista nas Ilhas de Abaetetuba, atualmente todos os PAEs de Abaetetuba estão associado a um desses dois movimentos.

lotado de pião pra trabalhar, de Abaeté pra Barcarena, depois que tava pronto mandaram a gente embora, por que a gente não tinha estudo, só querem a gente pro trabalho pesado". (Seu Miguel, 2020)

Além da memória relativa à construção do porto do Conde, as memórias de desastres ambientais recentes - naufrágio do Navio Haidar (em 2015)⁴³ e o vazamento de rejeitos de bauxita da mineradora Hydro Alunorte (em 2009 e em 2018)⁴⁴ - também dão suporte aos argumentos da resistência da comunidade contra a instalação do TUP. O naufrágio é o acidente mais marcante para os ribeirinhos que se reportaram aos efeitos mais visíveis, como: os bois mortos aportando nas casas; o óleo vazado por meses preso à mata ciliar ao longo das margens dos rios.

A experiência atual sempre leva em conta o passado e antecipa o futuro. Segundo Bruner e Tuner (1986), claramente tanto o PAE Santo Afonso, quanto o PAE São João Batista estão antecipando o futuro da instalação desses dois grandes projetos e levando em conta o passado de desastres ambientais, causados por um outro grande empreendimento, e assim decidindo sua atitude no presente – por exemplo, a construção do protocolo de consulta - para em algum nível impedir a repetição do passado recente.

Neste sentido, realizam o que Pollak (1989) denomina enquadramento de memória, isto é, uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, indicando que o enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, de modo que esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado as referências associadas do passado e do presente.

Também, Pollak (1989) chama atenção para o fato de que os dominantes quase sempre acreditam que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo"; mas, frequentemente, são levados a reconhecer, mesmo tardiamente e quase sempre com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados que se exprimem com os gritos contra violência.

⁴³ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

⁴⁴ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/embarcacao-afunda-e-bois-tentam-escapar-de-naufragio-em-barcarena.html>

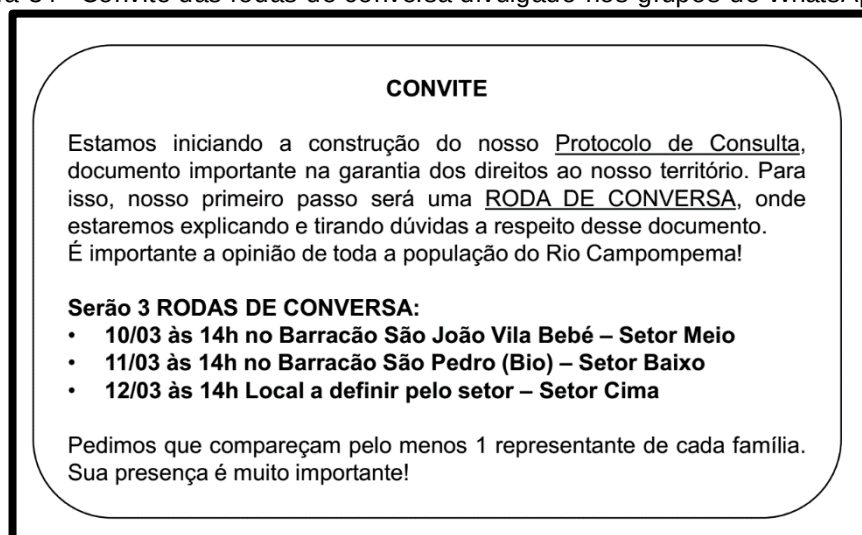
O processo de construção dos protocolos de consulta nas ilhas tem sido realizado a partir da formação e liderança de uma equipe de coordenação composta por pessoas da comunidade que participam de formações para aprender a metodologia e realizar as oficinas, colher as informações necessárias para construção do documento.

Entretanto, o processo formativo, também, tem possibilitado às comunidades o melhor entendimento da parte jurídica, dessa forma um grupo se empodera dos seus direitos e consegue transferir para o restante da comunidade com maior facilidade, o que é fundamental, uma vez que a linguagem jurídica é uma das maiores barreiras para os ribeirinhos.

A pandemia mostrou como o Protocolo é um artefato político em construção e que não se trata de um processo de metodologia estática, uma vez que estimulou as comunidades a buscarem outras estratégias para atingir as pessoas naquele momento em que não poderiam se aglomerar.

Campompema passou a realizar reuniões em grupos menores e sem pessoas externas. Apenas a coordenação que havia participado, anteriormente, de momentos formativos conduzia as reuniões. Também, fez-se uso do Whatsapp para encaminhar os convites e informativos (Figura 34).

Figura 34 - Convite das rodas de conversa divulgado nos grupos de WhatsApp.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Esse caráter adaptativo dos Protocolos de consulta é o que garante a autonomia das comunidades no processo. Cada comunidade vai adaptando a

metodologia a sua realidade. Por exemplo, na busca por alcançar mais pessoas da comunidade em Campompema, optou-se por realizar as oficinas nos grupos de pastorais já estabelecidos, pois a participação era muito baixa em encontros amplos durante o dia todo.

Realizar as oficinas em grupos menores e já estabelecidos deixou as pessoas mais à vontade para falarem e participarem das metodologias propostas ativamente. Por outro lado, nas oficinas amplas com toda a comunidade, muitos se envergonhavam e não expressavam suas opiniões e/ou contribuições.

Porém, ficou evidente para quem estava envolvido no processo que essa é uma metodologia que funcionou no Campompema devido a sua organização social interna, o que é diferente em cada comunidade. Por isso, nem sempre poderá ser replicada com o mesmo sucesso.

É importante compreendermos que, embora a construção do Protocolo de Consulta tenha passos fundamentais, é preciso ser garantida a participação da comunidade. Por isso, não há possibilidade de encarar essa elaboração como um método único que pode ser replicado em qualquer comunidade da mesma forma.

Logo, a organização social interna interfere diretamente no sucesso da construção do documento, sendo fundamental conhecer como as comunidades se organizam internamente, o cotidiano de participação social, política e de tomada de decisões. Assim, elabora-se, para a comunidade em questão, a melhor forma de construir o Protocolo de Consulta.

Encarar os Protocolos de Consultas como artefatos políticos em construção, também, permite evitar uma prática que tem se tornado comum no contexto de conflito em que vivemos em Abaetetuba, por exemplo, as empresas se apropriam dos protocolos já publicados, encontrando brechas que lhes favoreçam.

Por isso, ao longo desses quatro anos em que estive em contato com a construção dos protocolos, já mudamos as metodologias de oficinas inúmeras vezes no intuito de contornar possíveis pontos fracos de protocolos anteriores. Nesse sentido, a construção da linha do tempo deve localizar no tempo não somente os acontecimentos da comunidade, mas também conectá-los com acontecimentos em

nível regional, nacional e mundial bem como aos crimes e violações cometidos por empreendimentos.

A construção do Protocolo de Consulta tem sido um espaço de aprendizado sobre a participação política e os nossos direitos como comunidade tradicional. Além disso, essa construção permite um ambiente de reflexão sobre a comunidade, sobre a nossa história, nossa identidade, nossa riqueza enquanto povo e território, ou seja, a construção do protocolo tem sido um espaço pedagógico que é muito mais do que um documento de garantia de direitos.

5.3 A luta ribeirinha na arena jurídica: ações judiciais

As comunidades ribeirinhas tem atuado em diferentes arenas contra o empreendimento da Cargill. Dessa forma, atualmente, movem duas ações judiciais não apenas contra a empresa do agronegócio, mas também contra o estado do Pará, a Prefeitura de Abaetetuba, a Brick Logística, Ambientare e demais terceirizadas.

Uma dessas ações é a de nº 1043377-41.2021.4.01.3900, que trata da irregularidade na compra do terreno, conforme apresentada no capítulo 3 desta tese. Essa ação foi aberta, em 2021, em nome da Cáritas Brasileira Regional Norte 2 que financia a assessoria jurídica para as comunidades e optou que ação fosse movida em nome da instituição a fim de proteger as comunidades e suas lideranças que vinham sendo ameaçadas.

Anteriormente a ação, que questiona a compra da terra em 2018, as comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba por meio da Defensoria pública do estado do Pará ajuizaram uma Ação Civil Pública nº 0800766.13.2018.14.0070 contra o estado do Pará, o município de Abaetetuba, e as empresas Cargill agrícola, Ambientare – Soluções ambientais Ltda e Brick consultoria em Gestão limitada, alegando violação do direito fundamental à consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais.

Esse processo é fruto das discussões proporcionadas pela construção dos Protocolos de Consulta, o que possibilitou o emponderamento das comunidades das Ilhas de Abaetetuba no que diz respeito a garantia dos seus direitos pela convenção 169. Esta convenção foi adotada em 1989, o Decreto nº 5051 publicado em 2004 e

retificado pelo Decreto nº 10.088, publicado em 2019, dispõe sobre diversos direitos das comunidades e povos tradicionais, incluindo o direito a consulta prévia livre e informada.

O processo iniciou em Abaetetuba e depois foi deslocado para Vara agrária de Castanhal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará emitiu a decisão de agravo de instrumento nº 0802509-69.2021.8.14.0000 onde ficou suspenso qualquer ato administrativo das empresas que vise licenciamento ou operação até a realização da consulta.

Em fevereiro de 2023, ocorreu a audiência pública em Abaetetuba com intuito de dar celeridade a execução da decisão de agravo do TJE. Nessa ocasião, houve um acordo de todas as partes envolvidas reunirem-se para elaboração de um plano de trabalho para a consulta, a ser apresentado em 60 dias, em uma próxima audiência, permanecendo a decisão de suspensão de qualquer ato administrativo. Esse acordo foi lido como uma vitória das comunidades, principalmente, pela manutenção da suspensão do acesso da Cargill às comunidades.

Ao longo desses 60 dias, aconteceram as oitivas das comunidades organizadas pela Defensoria Pública do estado do Pará e os movimentos e organizações sociais das comunidades, com participação do Ministério Público do estado do Pará.

Nas oitivas novas denúncias surgiram, como o assédio de empresas terceirizadas para a implantação de projetos produtivos, denominados como “projetos sociais” financiados pela Cargill as instituições, como o Instituto Peabiru e a ECAM. Essas denúncias foram apresentadas, na audiência subsequente, como mais uma forma de acesso da empresa que deveria ser suspensa.

Esse processo de escuta foi importante não apenas para denúncias, mas para as comunidades reafirmarem que estão a séculos nesse território, produzindo alimentos para a população do município, de forma harmoniosa e respeitando o ambiente em que estão inseridos.

Também, foram frequente falas que denotam, que se a produção das ilhas acabar o primeiro sintoma será o desabastecimento da feira do município que hoje é

sinônimo de diversidade, o que se contrapõe a produção de soja e milho da Cargill que não alimentaria a população abaetetubense.

Foi, amplamente, explanado pelos ribeirinhos que as atividades de reprodução social e econômica, realizada nas ilhas de Abaetetuba, geram receita para o município, desde o pagamento de impostos na compra de insumos até a geração de emprego e renda, ressaltando que esse dinheiro fica no município.

Em contrapartida, argumentaram-se a Cargill geraria empregos e renda para todos os pescadores, agricultores, extrativistas, artesãos e as cadeias de trabalhos indiretos relacionados a essas atividades que não teriam mais possibilidade de trabalhar com a implantação do empreendimento.

Também, nas oitivas, foram apresentados a importância dos pesqueiros e do seu acesso coletivo, o que levantou a não concordância com o raio de 10 km de impacto direto definido na Portaria interministerial 60/2015⁴⁵. Portanto, considerando o acesso coletivo dos pesqueiros por comunidades que estão além desse raio, foi levantada a necessidade de repensar as comunidades a serem consultadas, defendendo a não aplicabilidade dessa portaria na realidade de Abaetetuba.

Em abril de 2023, aconteceu a segunda audiência pública. Após as apresentações e discussão dos pontos presentes no plano de trabalho, foi decidido doze comunidades inegociáveis de serem consultadas. Entretanto, a Procuradoria Geral do Estado ficou com a responsabilidade de, juntamente, com as comunidades visitar e definir quais comunidades podem ser acrescentadas a essa lista inicial.

Outro ponto definido no plano de trabalho foi a não participação da Cargill na consulta e que essa não será realizada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente a fim de não violar o caráter da boa-fé da consulta.

Em agosto 2023, aconteceria uma nova audiência. Entretanto, em junho deste mesmo ano, o Ministério Público Federal pediu o reconhecimento da competência da Justiça Federal para julgar ambas as ações protocoladas na Justiça do estado do Pará, por

⁴⁵ Portaria Interministerial 60 de 24 de março de 2015, estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. E em seu anexo I determina que o raio da área diretamente afetada por empreendimentos portuários é de 10km. (http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf, acessado em jul, 2023.)

se tratar de uma área de domínio da União, e, também, manteve a suspensão já estabelecida na última audiência. Desde então, ambos os processos passaram para esfera federal e as audiências foram paralisadas.

Durante as audiências, que ocorreram em Abaetetuba, houveram de forma concomitante atos públicos⁴⁶, em frente ao fórum, que foram mobilizados pelos movimentos sociais, Paróquia Rainha da Paz e organizações sociais atuantes nas comunidades. Esses atos contaram com representação de todas as comunidades das Ilhas de Abaetetuba, ribeirinhos e quilombolas.

Descrédibilizando o discurso da Cargill de que apenas um pequeno grupo nas Ilhas não aceita o TUP e que isso não reflete o desejo de todas as comunidades. Logo, os atos demonstram a unidade na luta e passam a mensagem de que são todas as comunidades, lutando contra o empreendimento. Isso é fundamental para as comunidades do PAE Santo Afonso serem fortalecidas, visto que são as mais assediadas e as que já sofrem os efeitos imediatos da presença da empresa no território.

A mensagem, também, chega até a Cargill, a Bricks e suas terceirizadas, de que o PAE Santo Afonso não está sozinho, o que seria fácil contra um PAE fica mais difícil quando são 24 PAEs e dois territórios quilombolas.

Vale destacar que houve tentativa de desmobilização na véspera da audiência por meio de mensagens falsas via whatsapp que mudavam o local da mobilização e se espalhavam rapidamente. Entretanto, a relação de confiança entre as comunidades, os movimentos e organizações sociais impediram que a desmobilização acontecesse. Mas, ficou claro que algumas das partes acusadas do processo temiam as manifestações das comunidades.

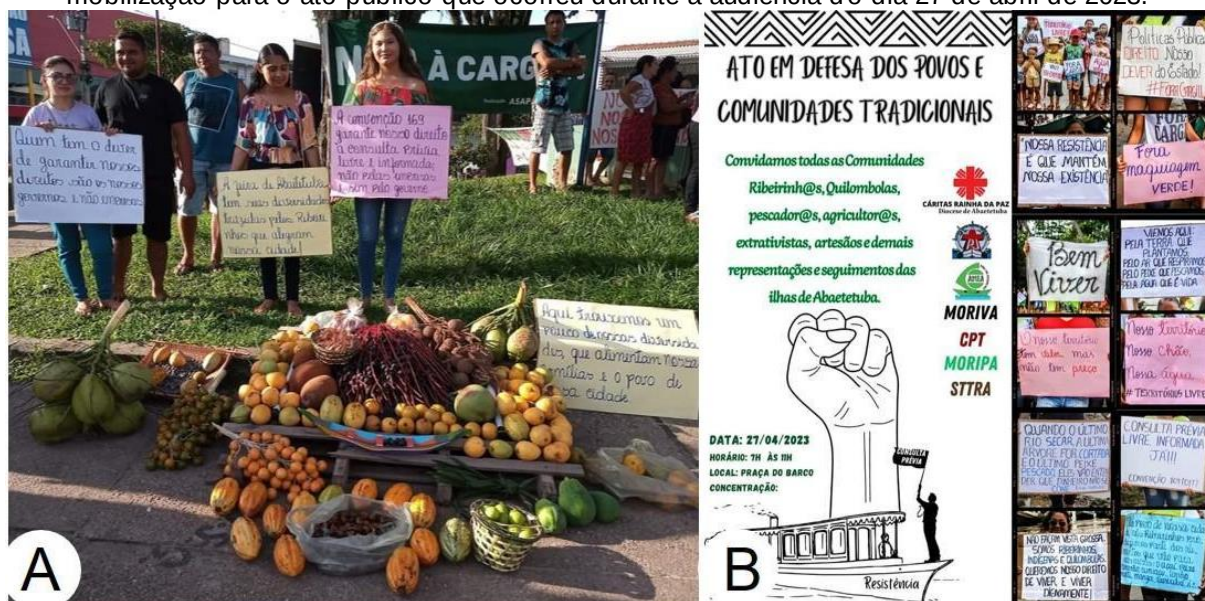
E essa luta conjunta ficou evidente quando a segunda audiência precisou ocorrer na Câmara dos vereadores, pois não havia espaço suficiente no Fórum de Abaetetuba. Apesar disso, não esvaziou o ato público das comunidades.

⁴⁶ <https://fase.org.br/pt/noticias/comunidades-protestam-contr-a-implantacao-do-porto-privado-da-cargill-durante-audiencia-em-abaetetuba/>

https://www.oliberal.com/para/moradores-de-abaetetuba-protestam-nesta-quinta-feira-27-contr-a-instalacao-de-terminal-portuario-1.673799?fbclid=IwAR0Td1etl5kXaXF_h2FIMzX24IEUBh7jrZm35zFbASUC_6Z6xDumeJKFsNc

Os atos aconteceram de forma pacífica, com muita música, falas e cartazes contra a instalação do TUP e demais grandes projetos em Abaetetuba, contando, ainda, com reivindicações de direitos, como: consulta prévia e políticas públicas para o povo das Ilhas de Abaetetuba. Também, compunha o ato a mística que incluía um cenário com diversas frutas e demais produtos das comunidades (Figura 35).

Figura 35 - Atos públicos contra a implantação do TUP Abaetetuba. A - Ato público em frente ao fórum de Abaetetuba durante audiência pública realizada dia 07 de fevereiro de 2023; B - Card de mobilização para o ato público que ocorreu durante a audiência do dia 27 de abril de 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

5.4 Grito das Águas

O grito das águas é um evento que teve sua primeira edição no ano de 2018 na Ilha Xingu, especificamente na comunidade Areia. Esse evento ocorre no intuito de utilizar o dia mundial da água (22 de março) para manifestar, denunciar, debater diversas pautas do povo ribeirinho. O uso dessa data é muito representativo, pois, para nós ribeirinhos, a água é literalmente nossas vidas, são nossas “ruas” e de onde tiramos nosso alimento.

Este grito é resultado das primeiras mobilizações contra a instalação do TUP que inicia com curso de formação para lideranças acerca da convenção 169 em 2017. Esse empoderamento sobre os direitos e as constantes ameaças de implantação de grandes projetos no município que resulta em efeitos diretos sobre as comunidades ribeirinhas, aliadas aos desastres que essas comunidades já sofrem cotidianamente, levaram a criação do evento Grito das águas em 2018 (Figura 36).

A terceira edição desse evento aconteceu no ano de 2022, após dois anos sem ocorrer devido a pandemia. Nesse ano, teve como tema “Por territórios livres e vida digna dos povos da Amazônia” e, assim como nas primeiras edições, foi organizado pelos ribeirinhos com apoio da Cáritas da paróquia Nossa Senhora Rainhada Paz (Paróquia das ilhas) e participação de movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e instituições de ensino e pesquisa. Mesmo o evento tendo um importante apoio da igreja católica, é importante ressaltar a presença dos evangélicos em todas as edições.

Figura 36 - Ribeirinhos no evento Grito das águas. A - Primeira edição do Grito das águas em 2018, na Comunidade Areia na Ilha Xingu; B - Segunda edição do Grito das águas em 2019, na Comunidade Guajará de Beja; C - Terceira edição do Grito das águas em 2022, na Comunidade Areia na Ilha Xingu.



Fonte: A e B - Redes sociais, 2021; C - Pesquisa de campo, 2022.

Muito embora, o evento tenha surgido a partir das ameaças da instalação de um grande projeto nas ilhas de Abaetetuba, as pautas de reivindicação não se

resumem a isso, mesmo sendo a principal bandeira de luta. Entre as reivindicações no terceiro Grito das águas, apareceram: Implementação de políticas públicas, a gestão federal Bolsonaro e a retirada das boias de atracação de barcaças. Algumas falas deixam isso explícito:

“Somos de várias comunidades, mas somos um único povo, o povo das ilhas de Abaetetuba. Estamos aqui para gritar por nossos direitos, direito de viver na nossa terra do nosso jeito. Que a nossa voz possa se unir e ecoar e que ninguém cale a nossa voz, pois gritamos não só por nós, mas também pelas gerações que hão de vir. E para concluir fora Bolsonaro”!

Liderança do Setor 6, 30 anos.

“Nós viemos trazer o nosso grito, contra Cargill, contra esse projeto miserável que quer implantar nosso município, contra também esse governo que vem massacrando o nosso povo. Queremos gritar por políticas públicas, e eles querem implantar grandes projetos e nós queremos como povo ribeirinho investimento, esse é o nosso desejo, investimento para o povo ribeirinho”.

Liderança do Setor 7, 50 anos.

“Esse povo não sai de madrugada para calçar um sapato e uma meia, coloca uma gravatinha e sentar atrás de um balcão, não. Esse povo sai na chuva para pegar o peixe, e essas empresas ancorar essas balsas que a gente tá presenciando aí, tirando o ponto de pesca. Então nós não vamos aceitar, gente isso, nós vamos impugnar o quanto nós tiver força. E eu digo, eu fiz um cartaz ali “o território é nosso então as regras são nossa”, e eu grito hoje para vocês, e enquanto eu tiver vida, Fora Cargill”!

Liderança do Setor 8, 40 anos.

O IV Grito das águas aconteceu em 2023 e teve como temática “Água sagrada. É direito, não mercadoria”, destacando a centralidade da água na vida das comunidades. As falas, nessa edição do evento, reforçaram a temática, destacando como os empreendimentos desconsideram a sacralidade da natureza e desrespeitam, poluem.

Porém, infelizmente, também, apontaram como, apesar disso tudo, há uma conivência do Estado para a implantação desses projetos em detrimento à vida das comunidades em favor de um “desenvolvimento” que não inclui as populações tradicionais das ilhas de Abaetetuba.

O evento acontece na Praia do Areia, na comunidade de mesmo nome, que fica às margens da Baía do Marajó e do Furo do Capim e ao lado do terreno adquirido ilegalmente onde tentam implantar o TUP Abaetetuba.

Nas duas últimas edições, um contraste tem sido constante, as comunidades chegando até o local da manifestação com suas embarcações coloridas, com

bandeiras, cheias de homens e mulheres, cantando; em contraponto, o trapiche do terreno do TUP está cheio de homens de preto com armas a amostra e uma lancha fechada, toda branca, e, ao mesmo tempo, um drone sobrevoando o evento a fim de intimidar e coibir uma possível tentativa de acesso ao terreno, o que nunca foi a intenção da mobilização.

Outro aspecto é a assimetria que permeia esse conflito que é compreendido pelas comunidades. No 3º grito das águas, havia uma grande faixa que indicava um trecho bíblico do versículo 49, do Capítulo 1 e do livro de Samuel, que trata da batalha entre Davi e Golias marcada pela assimetria entre os oponentes.

O versículo 49 descreve o momento que Golias cai ao ser atingido pela pedra, contrariando o que era esperado, trazendo, assim, a mensagem de que as comunidades têm ciência de que não se trata de um conflito entre forças iguais. Entretanto, assim como na história bíblica, apenas a força não é determinante para a vitória. Esse argumento alimenta a esperança e encoraja à resistência.

A assimetria, também, é encarada pelas comunidades quando os funcionários da Cargill e Bricks estão armados com armas de fogo e as comunidades contam apenas com seus corpos. Essa tem sido mais uma forma de resistência: a utilização literal do corpo nos movimentos chamados de “Trancaço”.

5.5 O Trancaço

Em fevereiro de 2021, foram colocadas bóias de atracação de balsas (Figura 37) em pesqueiros⁴⁷ centenários, ao leste da ilha do Capim, que são pontos de pesca tradicionais utilizados não apenas pelos pescadores da ilha do Capim, mas também por mais de dez comunidades, incluindo Santo Afonso.

Em sete de fevereiro de 2021, os ribeirinhos, não só de Santo Afonso, mas de diversas ilhas de Abaetetuba, realizaram um protesto chamado de Trancaço (Figura 38), onde diversas embarcações atracaram-se às bóias e a balsa, que as estava

⁴⁷De acordo com Azevedo *et al.* (2019), estes pesqueiros são pontos específicos do mar onde os cardumes de peixe são encontrados em maior quantidade de acordo com sua espécie. Essas ecozonas foram identificadas pelos agroextrativistas ao longo de mais de 150 anos, sendo seu conhecimento transferido entre as gerações

instalando, e acusavam a Cargill de ter instalado as boias numa tentativa de burlar a legislação.

O segundo trançaço chamou a atenção das autoridades. A prefeita de Abaetetuba deslocou-se até o local em busca de um acordo com os ribeirinhos, que exigiam a retirada das bóias. A pressão crescia, pois o funcionário, que instalava os atracadouros, declarava não ter autorização pra informar quem o contratou e a prefeita, em contato telefônico, afirmava que se tratava de uma empresa terceirizada da Cargill. Esse desencontro de informação levantava ainda mais a indignação daquela invasão ao território.

O protesto obteve sucesso parcial e trouxe luz a essa situação de violação de direito que os ribeirinhos vêm passando, já que estava muito restrita as partes envolvidas e uma pequena parcela da sociedade acadêmica. Mesmo não havendo a instalação de novas boias, a promessa de remoção daquelas já instaladas não foi cumprida. Além disso, as balsas ficam atracadas constantemente, limitando os pontos de pesca e reduzindo o espaço para circulação de embarcações menores (Figura 39).

Figura 37 - Instalação de boias atracadouros à leste da ilha do Capim, sobre pesqueiro centenário.



Fonte: Redes sociais

Figura 38 - Protesto Trancaço, embarcações cercando a balsa que fazia a instalação das boias.



Fonte: Redes sociais

Figura 39 - Comboio de balsas atracadas as boias que permanecem instaladas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O Trancaço já havia sido realizado pelos ribeirinhos, anteriormente, em junho de 2019 (Figura 40 A), quando utilizaram suas embarcações para “trancar” - palavra que dá origem ao nome do protesto e, localmente, tem o sentido não de fechar, mas de impedir a passagem de algo - a entrada do rio Caripetuba, impedir a entrada dos representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e da empresa americana Cargill, reivindicando, portanto, o direito à Consulta Prévia Livre e Informada.

Dia 28 de março de 2023, houve um Trançaço (Figura 40 B) no Rio Caripetuba novamente, a comunidade, no início da manhã, foi informada que saía uma lancha em direção a comunidade Caripetuba com funcionários da Cargill. Rapidamente, se mobilizaram e atravessaram o rio com suas canoas, rabetas e rabudinhos e com os remos em punhos gritavam a plenos pulmões “Fora Cargill”,

A lancha que, de fato, tentava adentrar a comunidade sem permissão não teve alternativa e retornou. Vale destacar que, nesse período, a Cargill, a Brick Logística e suas terceirizadas deveriam estar cumprindo o acordo judicial que impedia a entrada dessas empresas nas comunidades.

O Trançaço é um movimento que surge pela necessidade de uma atitude emergencial, ele não é, previamente, planejado. Por isso, não é comum haver uma presença tão massiva quando ele acontece, mas tem-se uma resposta imediata; porém, há uma maior exposição das pessoas que utilizam seus corpos para e embarcações como impeditivo de passagem.

Figura 40 - Ribeirinhos durante o “Trançaço”. A - Trançaço para impedir a entrada dos representantes da SEMA e da empresa Cargill. B - Trançaço para impedir a entrada de funcionários da Cargill e do Instituto Peabiru.



Fonte: Rede Social; Foto: Jacy Santos. Fonte: <https://www.cataamazon.net/post/ribeirinhos-de-abaetetuba-fazem-tranca%C3%A7o-fechando-o-rio-para-impedir-a-entrada-da-empresa-cargill>

5.6 Pós Trançaço

Cerca de um mês, após o Trançaço em 2021, a Cargill foi convidada pela Câmara Municipal a apresentar o projeto do TUP Abaetetuba em sessão plenária. A reunião foi realizada on-line, no dia três de março desse ano, e transmitida pelas redes sociais oficiais da prefeitura, porém não houve participação presencial da população.

O representante enviado pela multinacional, conforme se apresentou, era Diretor de relações governamentais e tratou, ainda, sobre a instalação de balsas na

Baía do Capim, negando que a Cargill tenha até o momento qualquer atividade em Abaetetuba; mesmo a prefeita, durante o trancaço, tendo dito tratar-se de uma empresa terceirizada da Cargill.

E a respeito da suspensão da audiência pública em Abaetetuba, responsável pela paralisação do processo de licenciamento ambiental, confessou que acredita que houve falha na comunicação, mas minimizou ao dizer que o rito a ser cumprido para obtenção do licenciamento ambiental não demanda o diálogo direto com as comunidades.

A escuta da Cargill deu-se em função do convite dos vereadores de Abaetetuba. Em contrapartida, as comunidades nunca foram ouvidas por essa que devia ser a casa do povo, o que deixa bem claro qual o projeto de desenvolvimento a gestão municipal apoia.

5.7 “Não é só a terra”: o conflito ontológico

A construção dos protocolos de consulta e os eventos de resistência – Grito das Águas e Trancaço - evidenciam o conflito ontológico entre as comunidades das ilhas de Abaetetuba, em especial a comunidade Santo Afonso, e a empresa Cargill.

Neste cenário de conflito ontológico entre o TUP Abaetetuba e os ribeirinhos, os atores estão em pontos diferentes na sociedade capitalista, de modo que o primeiro está em uma sociedade organizada pelo mercado e o segundo (os ribeirinhos) estão em uma dominada por ele, como apontado por Taussig em seu livro *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*, “*certas realidades humanas tornam-se mais claras na periferia do sistema capitalista, facilitando um afastamento com relação à apreensão mercantilizada da realidade*” (Taussig, 2010, p., ano, p.). Essa diferença de localização social, contribui para as ontologias diferentes que se apresentam nesse conflito.

A comunidade Santo Afonso, em uma das assembleias de construção do protocolo de consulta, enquanto discutia a notável diminuição do público em relação à assembleia anterior, observava a necessidade de que todos tomassem ciência da importância do que está sendo construído.

Um dos presentes disse que pensou em não vir, pois, provavelmente, seu terreno seria o último a ser “tomado” devido à localização na comunidade e foi aí que

um dos representantes da colônia dos pescadores da comunidade justificou com uma frase simples, mas cheia de significados “*mas o problema que não é só o terreno, se fosse só a terra tudo bem, mas não é só a terra*”. Assim, deixando claro que a relação com o território vai além de recursos naturais, são relações com humanos e não humanos, pressupostos ontológicos, evidentemente, incompreensíveis pela Cargill.

“Não é só a terra” expressa o encontro entre o território e os pressupostos ontológicos da comunidade Santo Afonso, mas que isso são postulados, evidenciado quando os presentes no momento compreenderam a que se referia a frase, sem necessidade de maiores explicações.

Além disso, essa frase revela que os argumentos ontológicos estão presentes na luta política em defesa do território. Deve-se destacar que locais como o Pirí, que abrigam uma diversidade de humanos e não humanos e toda uma cosmologia, não são uma exclusividade de Santo Afonso. Há vários exemplos nas ilhas de Abaetetuba, como a Ilha da Pacoca e a Cachoeira do rio Abaeté.

A relação com o território é o lugar que evidencia as diferenças ontológicas entre a comunidade Santo Afonso e o TUP Abaetetuba. Entretanto quando analisamos o conflito posto, com mais profundidade, fica evidente que é muito além da relação com o território, pois são formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

Logo são ontologias diferentes em disputa, onde a cosmologia de Santo Afonso permite a co-existência de outras ontologias diferentes. Mas, na cosmologia capitalista do TUP, não existe essa possibilidade, ou seja, trata de uma ontologia em que, para existir, precisa dizimar todas as outras.

Fato explícito na sentença “não é só a terra”. Para a Cargill, é só o recurso natural como fonte geradora de lucro. No discurso do representante da Cargill, que explicou todo o funcionamento do TUP previsto pra Abaetetuba em sessão plenária, não foi mencionada a existência de pessoas, animais ou qualquer ser vivo, reduzindo-se a navios, balsas e grãos, relativizando os danos do TUP para a população ribeirinha e reduzindo o território apenas a um ambiente propício para a circulação dos navios graneleiros

“Já passam na frente do quilombo (Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio), já passam vinda dos estreitos (Furo do Capim) dez milhões de toneladas de grãos destinados aos três terminais de Barcarena, então passando tudo isso, esse ano (2020), é capaz de passar 12, e nós estamos

falando de um terminal que vai embarcar daqui a 5 anos, um milhão, um milhão e meio é 10% do que já passa”.

O reducionismo com que o representante da Cargill trata o território das ilhas de Abaetetuba é a representação de uma ontologia capitalista onde tudo é reduzido a um universo homogêneo formado por valor e trabalho.

Para os ribeirinhos, a relação com o território está, diretamente, relacionada com as suas existências. Um dos cartazes, durante o segundo Trançaço, carregava a seguinte frase “*Aqui existe vidas*” (Figura 41). Essa frase traduz, exatamente, o conflito ontológico instaurado: enquanto na ontologia capitalista do TUP, só há vida em valor e trabalho e tudo é conversível em dinheiro e aquilo que não pode ser convertido em valor monetário é inexistente; na cosmologia de Santo Afonso, abarca não só os humanos, mas uma diversidade de formas de vida visíveis e invisíveis que coexistem e se relacionam em um mesmo território.

Figura 41 - Ribeirinhas durante o Trançaço com cartaz “aqui existe vidas”.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1741264209389439&set=pcb.1741265942722599>

É essa diferença de concepção sobre conceitos homônimos que Cadena trata como equívoco. A partir do conceito de Eduardo Viveiros de Castro, a autora toma como conceito homônimo o ‘território’. No caso que descrevi acima, podemos entender ‘vida’ como tal. Cadena aponta que essa diferença

complica o conflito: em vez de um abuso de poder que pode ser desfeito (com dificuldade, se fosse possível, é claro), o conflito se torna um mal-entendido impossível de ser resolvido sem um envolvimento nos termos que tornam o território outro em relação à capacidade de compreensão do estado e, portanto, a seu reconhecimento. (CADENA, 2018, p.98).

A autora reforça que isso se torna um desafio que, quase sempre, tem como resposta a eliminação da raiz do conflito, que acaba sendo a negação dos termos de existência do povo e/ou comunidade tradicional. Portanto, os caminhos trilhados pelas comunidades ribeirinhas abaetetubenses com base na construção do protocolo de consulta e em todos os protestos em torno da construção do TUP, tratam-se de tentativas de não terem seus termos de existências negados.

Ao mesmo tempo, a compreensão da comunidade Santo Afonso aponta que, na ontologia do TUP, não existe o Caçador. Dessa forma, ele não consegue causar qualquer tipo de represália a empresa nem as pessoas que prestam serviço a ela. Por isso, busca se comunicar e emitir sinais aqueles que percebem sua existência, por exemplo, os ribeirinhos de Santo Afonso.

Mas entidades como o dono do terreno onde está TUP, apresentado no capítulo 4 desta tese, reacendem a esperança dos ribeirinhos, quando ele garante que não permitirá a concretização do TUP naquele local. Isso dá ânimo para a comunidade lutar, entendendo que há seres com muito mais força, lutando ao lado deles, o que diminui a assimetria do conflito e, também, os impulsiona a fazerem resistência.

O relato sobre a entidade, que é dona do terreno onde tenta implantar o TUP, aconteceu durante uma das oficinas do protocolo de consulta. É importante observar que momentos com argumentos, abertamente, baseados na cosmologia de Santo Afonso, foram apresentados apenas durante a construção do Protocolo de Consulta ou durante minha estadia em campo. Já, em eventos e mobilizações, cuja presença excedia os ribeirinhos, esses argumentos ficaram nas entrelinhas, não são ditos, mas podem ser interpretados.

Logo, em momentos como o Grito das águas, as audiências públicas, os atos públicos e o Trançaço, embora haja mensagens com interpretações ontológicas nas entrelinhas, o debate fica muito mais na esfera das afetações ao meio ambiente e aos modos de vida. Em momentos internos, como a construção do protocolo de consulta, os argumentos baseados nas agências das entidades afloram com muito mais força.

Essa escolha argumentativa, para cada arena do conflito, não é previamente orientada nem decidida, pois acontece naturalmente. Em nenhum evento público ou até mesmo na comunidade com presença de pessoas e organizações oficiais do Estado, houve qualquer tipo de discurso que evocasse os não humanos como justificativa de proteção ou defesa do território. Isso me traz inquietações na busca por compreender em que ponto se rompe a argumentação ontológica, como prioritária, para as comunidades ribeirinhas de Abaetetuba na esfera pública.

Na busca de compreender esse movimento de argumentos, faço algumas reflexões. Primeiro, partindo da minha experiência pessoal, esse cambio de argumentos seria a busca por credibilidade, visto que a nossa cosmologia e a relação com a paisagem, em que estamos inseridos, são, rotineiramente, desacreditadas e, até mesmo, ridicularizadas na arena pública.

Uma outra possibilidade é pensar que a cosmologia no espaço público em disputa é um diálogo impossível, visto que o espaço da política ocidental não abarca a ontologia de Santo Afonso e os seres não humanos que interferem nas decisões políticas da comunidade. Por isso, há uma busca pela utilização de argumentos que serão melhor acolhidos pela esfera pública.

Talvez, sejam os sintomas da opressão que as comunidades e povos tradicionais sofrem nessa guerra ontológica em que só há uma ontologia possível, cuja natureza e cultura estão completamente separadas, sendo a primeira uma fera a ser domada e controlada pelo homem na busca pelo acúmulo financeiro. Porém, inconscientemente, ou quem sabe conscientes, as comunidades buscam defender e proteger suas cosmologias, expondo apenas para os seus iguais. Talvez, por isso, eu possa ter tido a honra de conhecer e refletir sobre a cosmologia de Santo Afonso.

CONCLUSÃO

A política moderna aprofunda a separação entre natureza e cultura bem como exclui a possibilidade de não humanos participarem. Entretanto, as comunidades e os povos tradicionais, cada vez mais ativos na esfera política, têm dado voz e incluído os não humanos nas lutas, mobilizações e atuações políticas.

A Comunidade de Santo Afonso, negando a separação entre natureza e cultura, traz para arena política sua cosmologia. Como Cadena (2019) aborda a cosmologia muito além da política, pois não são apenas não humanos, mas são seres senscientes que estão a sinalizar e, também, lutam pelo seu mundo que está sendo ameaçado. Logo, a base argumentativa fundamentada na cosmologia, mesmo que internamente, motiva e tem influência direta na luta dos ribeirinhos do PAE Santo Afonso contra a instalação do TUP Abaetetuba.

O PAE Santo Afonso, assim como todas as demais ilhas de Abaetetuba, há mais de 30 anos sofre com os efeitos dos grandes empreendimentos nos municípios vizinhos, como a UHE de Tucuruí e o Distrito Industrial de Barcarena (Mesquita; Alves, 2020; Rodrigues, 2021; Vilhena 2011, Caetano, 2012; Araújo, 2015). Entretanto, os ribeirinhos de Abaetetuba resistem em seu território e na manutenção do seu modo de vida tradicional há pelo menos dois séculos.

Esse histórico de resistências ocorre desde da criação de movimentos sociais para a implementação de políticas públicas e, consequentemente, para garantia de direitos básicos aos ribeirinhos até a implementação do direito fundiário e o pioneirismo na criação dos primeiros PAEs em terra de marinha do Brasil. São os ribeirinhos que encampam essas lutas, de modo que os seus descendentes se mobilizam contra o TUP Abaetetuba hoje. Toda essa memória de lutas e conquistas é enquadrada (Pollak, 1989) na resistência contra o TUP Abaetetuba.

Essas comunidades ribeirinhas, em especial Santo Afonso, apresentam uma estreita relação com o ambiente. Na verdade, fazem parte da natureza e isso reflete no cotidiano, na leitura da paisagem e em seus sinais, o que implica as atividades produtivas, o respeito aos limites impostos pela natureza e a busca por viver como parte da natureza e não a controlando nem a dominando.

Essa forma de interação com o ambiente, também, possibilita a interação com os seres não humanos que permeiam o cotidiano de Santo Afonso onde a cosmologia

é centralizada no Pirí, compreendido e respeitado pelos ribeirinhos como um microecossistema específico singular no “centro” da ilha Xingu.

Destaco que essa centralidade não se refere à localização geográfica, mas sim a importância desse lugar devido a fartura de alimento ofertada em um período de escassez, ao abrigo das nascentes dos principais e igarapés e aos encantados, visagens, bichos ou não humanos senscientes que coabitam o território com os humanos e demais seres visíveis. Esses encantados agenciam espaços como o Pirí, protegem os animais, mas também sinalizam os riscos da instalação do TUP Abaetetuba, sendo que esses sinais são interpretados pelos ribeirinhos e fundamentam sua luta.

Entretanto, estamos inseridos em uma sociedade que busca cada vez mais a unificação dos mundos. Essa homogeneização vem com a humanidade separada da natureza. Essa separação possibilita que essa última seja vista como recurso a ser explorado e/ou controlado e não mais como espaços de reprodução de vida no qual estamos inseridos (Krenak, Christo e Anjos, 2020). Não é difícil enxergar que a cosmologia dos ribeirinhos de Santo Afonso se choca, diretamente, com essa outra visão de mundo.

Esse conflito de ontologias ficou mais evidente a partir de 2015, quando os ribeirinhos tomam conhecimento do interesse da empresa Cargill Agrícola em instalar um TUP na Ilha Xingu. Isso trouxe o cercamento do terreno como precursor de uma série de violências que a empresa vem cometendo contra os ribeirinhos, como: assédios, violência psicológica e implementação de segurança armada no terreno.

Os ribeirinhos, atrelados às experiências com os grandes projetos nos municípios vizinhos e ativando as memórias dos crimes e desastres ambientais que vêm sofrendo ao longo de décadas, compreendem não somente que suas existências e seus modos de vida não serão compatíveis com a instalação e atividade do TUP na Ilha Xingu, como também temem, principalmente, pelos outros entes que são inferiores aos olhos da empresa: o Pirí e todos os seres não humanos que ali habitam, uma vez que essa comunidade os percebe senscientes a partir dos sinais e contatos nas relações existentes entre a comunidade e a natureza .

Tudo isso tem fomentado diferentes estratégias e formas de resistências e enfrentamento contra a implantação do TUP, por exemplo, a construção dos

Protocolos de Consulta, porá realização de atos e manifestações públicas, como o grito das águas e os trancaços, e abertura de duas ações na esfera judicial estadual com a abertura de duas ações.

Essas lutas são encampadas em diferentes espaços e com diferentes públicos. Logo, os discursos transitam entre a ontologia mercantilista (Almeida, 2021) e a cosmologia de Santo Afonso; por isso, podemos identificar duas linhas de argumentação: 1) pública – baseada nos impactos socioambientais que o TUP causará, caso seja instalado; 2) interna – baseada na cosmologia e nos sinais que os encantados tem manifestado para a comunidade.

Portanto, o que se constata é que de fato os ribeirinhos e sua relação com o ambiente têm conexão direta com suas manifestações, lutas e resistências contra o TUP, utilizando variados argumentos, desde os socioambientais aos cosmológicos, evocados de acordo com o público a quem se dirige.

Destaco, ainda, que a literatura tem discutido a cosmologia como parte integrante da atuação política, principalmente entre os indígenas da América Latina. Entretanto, as comunidades tradicionais, como Santo Afonso em Abaetetuba, também, apresentam cosmologias muito intrínsecas à arena política, o que é abordado nesta tese ao apresentar este caso das Ilhas Abaetetuba. Nesse sentido, espero que esta tese possa inspirar outras pesquisas, com essa temática na Amazônia, conduzidas, principalmente, por nós comunidades e povos tradicionais, que estamos no espaço acadêmico, para que nossas vozes, cada vez mais, possam contar e refletir nossas histórias, lutas e resistências.

Nesse sentido, os grandes empreendimentos e suas ontologias mercantilistas, ao longo da história da Amazônia, são impostos as comunidades e povos tradicionais sob a justificativa do “desenvolvimento”. Entretanto, esta mesma história da Amazônia, e esta tese também mostra, que essas comunidades e povos resistem, fundamentados em suas ontologias, como a de Santo Afonso ancorada no Piri e na co-habitação com os não humanos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Ed.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo ea gestão empresarial do" social"**. Garamond, 2018.
- ADAMS, T.; BOCHNER, A.; ELLIS, C. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v.36, p. 273-290, 2011.
- ALENCAR, E.F. Terra caída: Encante, lugares e identidades. Tese de doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. Brasília. 245p. 2002.
- ALMEIDA, Mauro *et al.* Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, 2021.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.
- ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. Ubu Editora, 2021.
- AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas *et al.* A Imprensa Sindical alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia. Uma contra hegemonia deflagrada com a ditadura militar de 1964. **Lumina**, v. 9, n. 2, 2015.
- ANDERSON, S. D. Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. (Org). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991. p. 101-121
- APG IV. Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. – **Botanical Journal of the Linnean Society** 181(1): 1-20.2016.
- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 82-99, 1994.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca. **Território de ação local: uma etnografia da vida associativa na Amazônia Tocantina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2015.
- ARAÚJO, Luís Ricardo Rodrigues; SOUZA, Rosemeri Melo. "Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual." **Nature and Conservation**, v.5 n.2, 2012, p.19-27.
- Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito: Danos ambientais na bacia hidrografica do rio Pará**. Belém, Pará. 2018.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. 395 p. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/98>.
- BARROS, Cândida; MONSERRAT, Ruth; PUDENTE, Gabriel. O “ocapora” em listas de repartição de índios e nas fontes da língua geral na Amazônia no século XVIII: um vassalo indígena? **Tellus**, p. 75-99, 2014.

BARROS, Flávio Bezerra. Os caçadores do Riozinho do Anfrísio: Saberes e práticas culturais entre narrativas e imagens. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, v. 5, n. 1, 2017.

BARROS, Juliana Neves. **A Mirada Invertida de Carajás**. Tese de Doutorado. Tese Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2018. 258f

BASTOS, N. R. **Territórios em resistência no mundo social da várzea: A cartografia social de ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e identidades, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2020.

BECKER, Bertha. Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros de Carajás. In: LENA, Philippe; Oliveira, A.E. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1991. p. 333-350.

BERREMAN, Gerald D. 1975 – “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, org. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editara, pp. 123-174.

BRASIL. RETIFICAÇÃO DA PORTARIA No - 37, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28, NOV.

BRASIL. PORTARIA No - 37, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2022.

BRITTO, Marcelo Ribeiro de. Filogenia da subfamília Corydoradinae (Siluriformes: Callichthyidae). 1997.

BRUNNER, E.; TURNER, V. Introduction; “Ethnography as narrative” In: TURNER, V.; BRUNNER, E. (eds.) **The anthropology of experience**, University of Illinois Press, 1986, pp.01-19.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CADENA, M. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. **Maloca**. Revista de Estudos Indígenas, Campinas, SP. v. 2, p. 1 – 37, 2019.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antropego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 95-117, 2018.

CAETANO, M. C. **Memória das Águas: práticas culturais e educativas de pescadores artesanais nas ilhas de Abaetetuba – Pará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza. 2012.

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe**: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal. 2016.

CASTRO, E. V. A propriedade do conceito. **ANPOCS 2001 / ST 23**: Uma notável reviravolta: antropologia (brasileira) e filosofia (indígena). Disponível em

<www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st23-1/4695-ecastro-a-propriedade>. Acesso em 06 Set. 2020.

CHRISTO, Dirce Cristina; ANJOS, José Carlos Gomes. Relações raciais na comunidade quilombola Macaco Branco: resistência negra em meio a conflitos territoriais e ontológicos. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 395-417, 2020.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. **CORDEIRO, IMCC; RANGEL-VASCONCELOS, LGT; SCHWARTZ, G**, p. 19-58, 2017.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes e. **O Arranjo produtivo local dos construtores de barcos artesanais: fundamentos para o desenvolvimento endógeno do Baixo-Tocantins (PA)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Belém, 2009. 125f.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. **Construção naval artesanal e a metamorfose do trabalho, capital na Amazônia: um estudo sobre construtores de embarcações de madeira em Igarapé-Miri (PA)**. 2016. 165 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 10, n. 1, p. 71-91, 2016.

COUDREAU, Henri Anatole. **Voyage au Tocantins-Araguaya, 31 décembre 1896-23 mai 1897... illustré de 87 vignettes et d'une carte des rivières" Tocantins-Araguaya."**. A. Lahure, 1897.

COUTINHO, Marcius Vinicius. Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades: Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba. 2016.

DAMASCENO, José Roberto Pereira *et al.* EXPANSÃO PORTUÁRIA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA): DESAFIOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2020.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 1 v.

DE FRANCESCO, Ana Alves. **Terror e resistência no Xingu**. Instituto Socioambiental. São Paulo. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/25100027.pdf>> 2021.

DESCOLA, Phillipe. Além de natureza e cultura. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 3, n. 1, p. 7, 2015.

ELLIS, C. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Cadernos de antropologia social** , n. 41, pág. 25-38, 2015.

EUSÉBIO, Albino José ; MAGALHÃES, Sônia Barbosa . Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: Henri Acselrad. (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2022, p. 267-310.

EUSÉBIO, ALBINO JOSÉ. Contra laudos e judicialização do conflito: lutas por existências e estratégias empresariais de desarmamento da crítica em Onça Puma.. In: **45 Encontro Anual da ANPOCS**, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 45 Encontro Anual da ANPOCS. Sao Paulo: ANPOCS, 2021. v. GT09

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Brujeria, magia y oráculos entre los Azande**. Barcelona: Anagrama, 1976.

FERRANTI, Adelino. **A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008: realidade e limites**. 2013.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia**: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA. 2013.

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves de; BARROS, Flávio Bezerra. Caçar, preparar e comer o 'bicho do mato': práticas alimentares entre os quilombolas na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Pará). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 691-713, 2016.

FREITAS, Márcio Antônio Farias de. A terceira margem do rio: conflitos ontológicos no litoral norte capixaba. 2020.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pesqueiros reais & pontos de pesca**. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. 2002.

GALVÃO, E. **Santos e Visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá. Amazonas.2ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 202p, 1976.

GARZÓN, B. R., BATISTA J. P. **Direitos das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais no licenciamento ambiental**. In: CUNHA, M. C., MAGALHÃES, S. B., ADAMS, C. (Orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC. 2021.

GOMES, Flávio. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. **História Unisinos**, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006.

GOMES, Jaqueline. Uma perspectiva ontológica para uma análise etnoarqueológica das paisagens do Lago Amanã, Baixo Japurá, Amazonas. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, p. 60-81, 2018.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. Belém e Abaetetuba. In: ALVES, F. (Ed.). **A função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 359.

HAYANO, D. M. Auto-ethnography: Paradigms, Problems and Prospects. **Human Organization**, v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979.

HETHERINGTON, Gregg; CAMPBELL, Jeremy M. **Nature, infrastructure, and the state: Rethinking development in Latin America**. 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAURINDO, Luiz Carlos; BEZERRA, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). **História (São Paulo)**, v. 37, 2018.

LEITE, R. A. N. **Efeitos da usina hidrelétrica de Tucuruí sobre a composição da ictiofauna das pescarias experimentais da malhadeira realizadas no baixo rio Tocantins (Pará)**. Dissertação (Mestrado) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Fundação Universidade do Amazonas, Manaus. 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, 1943.

LIRA, S. B. (Coord.). **Polo Oleiro Cerâmico de Abaetetuba: expansão e crise**. Belém, UFPA, NUMA, POEMA, IDESP, 1998.

LITTLE Paul Elliot. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. Anais... Belém: ANPPAS, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em: 16 de jul de 2021.

MACHADO, J. **O município de Abaetetuba: geografia física e dados estatísticos**. Abaetetuba, Edições Alquimia, 24 p. 2008.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OS ASSENTAMENTOS NAS ILHAS DO PARÁ/Land reform of the Lula government: the land regularization and the settlements in the islands of Pará. **Revista Nera**, n. 35, p. 153-173, 2017.

MALABARBA, L. R.; FIALHO, C. B.; BERTACO, V. A.; CARVALHO, F. R.; DUFECH, A. P. S.; FERRER, J.; GIORA, J. Peixes. In: WITT, P. B. R. (Coord.). **Fauna e Flora da Reserva Biológica Lami José Lutzenberger**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2013b. p. 144-184.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARINHO, T. A. S., PAULA, J. D., RÍOS-VILLAMIZAR, E. A. & SCHÖNGART, J. Tipos de Áreas Úmidas Amazônicas. In Lopes, A. & Piedade, M. T. F (Eds.). **Conhecendo as áreas úmidas amazônicas: uma viagem pelas várzeas e igapós**. (Pp 33-40) Manaus: INPA, 2015.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Modelo da Agroindústria Canavieira no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia**. Editora Universitária UFPA, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, P. M.; ALMEIDA, A. L. S.; LUCENA, R. F. P.; SOUTO, F. J. B.; ALBUQUERQUE, U. P. O uso de estímulos visuais em Pesquisa etnobiológica. In: Albuquerque, U. P.; Lucena, R. F. P.; Cunha, L.V..F.C. 2010. (Orgs). **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife-PE: NUPEEA, p. 153-159. 2010.

MEIRA, M. A. F. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico**. Tese (Doutorado)—Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 322f.

MÉRONA, B., JURAS, A. A., SANTOS, G. M. & CINTRA, I. H. A. (2010). **Os peixes e a pesca no baixo Rio Tocantins: vinte anos depois da UHE Tucuruí**. Brasília : Electrobras Eletronorte.

MESQUITA, Jaqueline Raquel Cardoso. **Conflitos socioambientais e resistência camponesa: estudo do efeito da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, Instituto Amazônico de Agricultras Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Belém, 2020.

MESQUITA, Jaqueline Raquel Cardoso; DE FREITAS NAVEGANTES-ALVES, Lívia. Territorialização do agronegócio no estuário amazônico e re-existência camponesa: estudo de caso na Ilha do Capim, Abaetetuba/PA. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 17, p. 01-18, 2020.

Mighty Earth. **Cargill: A Pior Empresa Do Mundo**. 2019. Disponível em:<https://stories.mightyearth.org/cargill_a_pior_empresa_do_mundo/>

MOURÃO, LEILA. “**Memórias Da Indústria Paraense**.” In XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 30. Niterói. [http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE 2017/10.2017](http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%2017/10.2017).

MUÑOZ, Joaquín Guerrero. Las claves de la autoetnografía como método de investigación en la práctica social: conciencia y transformatividad. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales**, volume 3, p. 130 -134, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

OTA, R. **Revisão taxonômica e filogenia morfológica de Metynnis Cope, 1878 (Characiformes: Serrasalminidae)** Manaus: [s.n.], 2015. 478 f. Tese (Doutorado) INPA, Manaus, 2015.

PACHECO, Juacéli Correa. **Engenhos Remanescentes de Cana no Município de Abaetetuba (PARÁ)**. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Graduação em Geografia, Campos Universitários do Baixo Tocantins, Abaetetuba, 1988.

PALHETA, João Marcio da; SILVA, Christian Nunes da. **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. 2011.

PATERNOSTRO, Julio. Viagem ao Tocantins. **Brasiliana**, 1945.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, Maria das Graças da Silva; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Da resistência silenciosa ao grito das águas: elementos autoetnográficos (da atualização) de um conflito. In: FARIAS, André Luís Assunção de *et al.* **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 2023.

PEREIRA, Oswaldo Galvão. Breves considerações gerais sobre a cultura canavieira na região amazônica. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 1962.

PINTO, R. G. Apropriações empresariais das ciências sociais: o caso da “responsabilidade social corporativa” no setor extrativo. H, **Acseirad, Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”(131-157)**. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2018.

PIRAUX, M.; SOMBRA, D.; SIMÕES, A. A diversidade sócio-espacial do território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. In: Simões, A.; Benassuly, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas** (pp. 79-110). Belém: NUMA/UFPA, 2017.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

QUARESMA, Madson *et al.* Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2016.

REIS, R. E. Revision of the Neotropical genus *Hoplosternum* (Ostariophysi : Siluriformes : Callichthyidae) with the description of two new genera and three new species. **Ichthyological Exploration of Freshwaters**, 7 (4): 299-326. 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai à procura de Deus**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.

RIBEIRO, G. L. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de reducción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Económico**, v. 27, n. 105, pp. 3-27. Apr. - Jun., 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1ªED. UNICAMP, 2012. p.536.

ROCHA, F. M. L.; GOULART, M. D. C; FREITAS, E. M. (Org.) Estudo de impacto ambiental do Terminal Portuário de Uso Privado TUP Abaetetuba (RIMA). **Cargill Agrícola. Ambientare**, 2018.

ROCHA, F. M. L.; GOULART, M. D. C; FREITAS, E. M. (Org.) Relatório de impacto ambiental do Terminal Portuário de Uso Privado TUP Abaetetuba (RIMA). **Cargill Agrícola. Ambientare**, 2018.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. EDUFU, 2020.

RODRIGUES, Jondison Cardoso *et al.* Produção territorial portuária na Amazônia: ajustes, ordenamentos e práticas espaciais face a produção do complexo portuário de Santana, Amapá, Brasil. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 3, 2020.

RODRIGUES, S. C. M. **Acordos de pesca como instituição social de governança dos territórios de pesca em prol do manejo sustentável dos recursos pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru-Pa**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém. 2021.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações [e] Universidade Federal do Pará. Rio de Janeiro. 1971.

SANTOS, S. M. S. M.; HERNANDEZ, F. M. (ed.). Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Belém: **Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte**, 2009. 230p. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf.

SAUMA, Julia. " Moramos no mundo dos invisíveis": justaposição, ruptura e movimento em uma área coletiva quilombola. In: STOLL, Émilie *et al.* **Paisagens Evanescentes. Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos**. 2019.

SILVA, Cristiano Bento da. **A água do rio vai crescer: o “evento” da hidrovía AraguaiaTocantins e a memória da barragem de Tucuruí**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. 233 f.

SILVA, Felipe Kevin. UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE A CULTURA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA-MARAJOARA (PARÁ)/A PHENOMENOLOGICAL STUDY ON RIBEIRINHA CULTURE IN AMAZÔNIA-MARAJOARA (PARÁ). **Revista GeoAmazônia**, v. 6, n. 12, p. 143-164, 2018.

SILVA, K. C. **O poder do campo e o seu campo de poder**. UNB-DAN. SÉRIE ANTROPOLOGIA 385, 2005

SIMMEL, G. **Conflict**. Nova York: The Free Press, 1964

SOUZA, Leandro Ricarte Castro; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 14, p. 2-12, 2016.

STOLL, Émilie *et al.* **Paisagens Evanescentes. Estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos**. 2019.

TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução: Priscila Santos da Costa. 1º Ed. São Paulo. Editora Unesp, 2010. 386 p.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2020.

TELES, E. (Coord.) Ribeirinhos, pescadores e pescadoras do Vilar e Moju na Ilha Xingu – PAE Santo Afonso: território e resistência de nossas origens. **Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado**, N. 2, São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2019.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. **Brasília: IEB Mil Folhas**, 2019.

VAN VELTHEM, L.; EMPERAIRE, L. Orgs. **Manivas, aturás e beijos: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, patrimônio cultural do Brasil**. 2016.

VILHENA, J. R. **Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins no Estado do Pará**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, p. 115-144, 1996.

WAWZYNIAK, João Valentin. **Assombro de olhada de bicho** : uma etnografia das concepções e ações em saúde entre ribeirinhos do baixo rio Tapajós, Pará Brasil.. 2008. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. Traduzido por Irene Sofia Silva McGowan. **Teor. soc.** [online]. 2006, vol.1, 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. **Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM**, 2010.

GLOSSÁRIO

Apanha - Termo usado para designar o ato de coletar o açaí.

Beço - Borda da raza que é tecida de forma diferente do restante do cesto.

Comidia - Local em que a caça vai se alimentar, normalmente árvore frutíferas ou até mesmo a roça.

Debulhadoras - Pessoas que tiram o fruto do açaí do cacho. Normalmente mulheres são quem realizam essa atividade.

Freteira - embarcação de médio porte que faz o transporte de pessoas e cargas entre as comunidades e a cidade mediante pagamento de passagem

Gapuia - pesca em pequenas poças, que se formam nos igarapés quando a maré baixa. Essa pesca consiste em retirar o máximo de água da poça e posteriormente com as mãos ou com um pedaço de madeira agitar a água deixando os peixes e mariscos desorientados, facilitando a captura que é feita com as mãos.

Mundiado - está sob efeito de encantamento de alguma entidade.

Peconha - Uma espécie de laço feito com a folha do açaí ou com sacas de ração ou açúcar, que auxilia a subida na palmeira do açaí.

Peconheiros - As pessoas que sobem na árvore do açaí para coletarem a fruta, normalmente homens. Esse termo é cunhado pois, estes usam a peconha para subir.

Pesqueiro - pesqueiros são pontos específicos do mar onde os cardumes de peixe são encontrados em maior quantidade de acordo com sua espécie.

Praia - é uma faixa que pode ser de areia ou lama que se forma na margem do rio.

Rabudinho - embarcação de pequeno porte com motor de poupa com extenso eixo aparente. É comumente usada pelos ribeirinhos para seus deslocamentos.

Razas - cestos tecidos com fibra de arumã, atualmente também é tecido com fibra plástica, utilizados para transportar o açaí

Sanambi - látex seco que ficava na cuia e formava uma película.

Urucú - Líquido extraído da semente do Urucum, utilizado para temperar a comida.